



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Fábio Santino Bussmann

**A Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil:
um racionalismo periférico**

Rio de Janeiro
2016

Fábio Santino Bussmann

**A Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil:
um racionalismo periférico**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Mello Valença.

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

B981 Bussmann, Fábio Santino.
A Escola de Brasília da inserção internacional do
Brasil: um racionalismo periférico / Fábio Santino
Bussmann. – 2016.
135 f.

Orientador: Marcelo Mello Valença.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Brasil – Relações exteriores – Teses. 2. Política
internacional – Teses. I. Valença, Marcelo Mello. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 327(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Fábio Santino Bussmann

**A Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil:
um racionalismo periférico**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Aprovada em 13 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Mello Valença (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Mauricio Santoro Rocha
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Isabel Rocha de Siqueira
Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

À minha avó Decinha, que me foi, e é, inspiração de entusiasmo, alegria e amor pela vida, incluindo a paixão pela sua profissão, que era a de pesquisadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Marcelo Valença pela sua orientação eficaz e motivadora e pelo apoio em contratempos, acadêmicos e pessoais, que ocorreram durante o processo de elaboração desse trabalho;

Agradeço, também, à professora Isabel Siqueira pelo grande apoio pessoal, motivação acadêmica e avaliação pormenorizada da minha produção textual, assim como pela transmissão de conhecimento essencial à elaboração desse trabalho; Agradeço, ainda, ao professor Maurício Santoro por ter motivado a pesquisa sobre o tema e indicado caminhos que se mostraram muito produtivos;

Agradeço, por último, mas não menos importante, à professora Miriam Saraiva por ter sido a primeira pessoa a me transmitir o termo Escola de Brasília e por me ter lecionado conhecimento essencial à elaboração desse trabalho.

Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia.

Leon Tolstoi

RESUMO

BUSSMANN, F. S. *A Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil: um racionalismo periférico*. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O trabalho investiga a existência de uma Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil, por meio do estudo das influências e produção conceitual comum de autores que estudam essa inserção e pertencem ao círculo intelectual mais amplo da Escola de Brasília das Relações Internacionais. Chega-se à conclusão de que existe uma Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil com marcas conceituais próprias, que podem ser enquadradas no termo racionalismo periférico.

Palavras-chave: Escola de Brasília. Inserção internacional do Brasil. Racionalismo periférico. Política externa brasileira.

ABSTRACT

BUSSMANN, F. S. *The Brasilia School of Brazil's international insertion: a peripheral rationalism*. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This academic work investigates the existence of a Brasilia School of Brazil's international insertion, through the study of the influences and the common conceptual production of authors who study this insertion and belong to the broader intellectual circle of the Brasilia School of International Relations. We come to the conclusion that there is a Brasilia School of Brazil's international insertion that has its own conceptual features, which can be framed as peripheral rationalism.

Keywords: Brasilia School. Brazil's international insertion. Peripheral rationalism. Brazilian foreign policy.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	OS CONCEITOS DESENVOLVIMENTISTAS E INDEPENDENTISTAS NA ESCOLA DE BRASÍLIA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL	25
1.1	O pensamento desenvolvimentista e o independentista	25
1.1.1	<u>As teorias da dependência</u>	26
1.1.1.1	As ideias da Cepa	27
1.1.1.2	A teoria da dependência propriamente dita.....	30
1.1.2	<u>O nacional-desenvolvimentismo</u>	35
1.1.3	<u>O pensamento independentista sobre política externa brasileira</u>	41
1.2	Os conceitos do pensamento desenvolvimentista e da Política Externa Independente nos estudos da inserção internacional do Brasil na Escola de Brasília	45
1.2.1	<u>Questões sobre o objeto de estudo</u>	46
1.2.1.1	Inserção Internacional.....	46
1.2.1.2	O homem de Estado como ator	49
1.2.2	<u>Análise e prescrição: inserção internacional como instrumento do desenvolvimento do país</u>	51
1.2.2.1	O estudo da análise histórica da inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, tendo em vista a prescrição desenvolvimentista dos autores estudados.....	52
1.2.2.1.1	Inserção internacional dependente ou autônoma como, respectivamente, acomodação à economia primária ou apoio à industrialização (1822-1889)	53
1.2.2.1.2	Inserção internacional dependente ou autônoma, como, respectivamente, industrialização complementar ou com matrix tecnológica própria (1945-1979)	58
1.3	Considerações finais	60
2	A INFLUÊNCIA DA ESCOLA FRANCESA SOBRE A ESCOLA DE BRASÍLIA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL	63
2.1	A Escola Francesa	63

2.2	Causalidades e finalidades dentro de uma visão de mundo centro-periférica e uma prescrição desenvolvimentista	67
2.2.1	<u>Os conceitos de autonomia e dependência nos estudos da inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília diante da influência integrada da Escola Francesa</u>	70
2.2.1.1	Os conceitos de autonomia e dependência de inserção internacional entre 1822 e 1889 diante da influência da Escola Francesa	70
2.2.1.2	Mudança nos fatos, mas permanência do modelagem (1945-1979) .	76
2.3	Considerações finais	79
3	A INFLUÊNCIA DA ESCOLA INGLESA SOBRE A ESCOLA DE BRASÍLIA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL	82
3.1	Escola Inglesa: da teorização clássica à crítica para a periferia .	83
3.1.1	<u>A teorização clássica da Escola Inglesa</u>	84
3.1.2	<u>A visão histórica e crítica-periférica da Escola Inglesa</u>	87
3.2	O impacto das versões histórica e crítica-periférica, e clássica da Escola Inglesa sobre os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília	90
3.2.1	<u>O impacto das versões histórica e crítica-periférica da Escola Inglesa sobre a Escola de Brasília</u>	91
3.2.1.1	A influência da visão histórica e crítica-periférica da Escola Inglesa sobre a visão da sociedade internacional dos autores da inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília	93
3.2.1.1.1	A consequência de uma nova visão da sociedade internacional para os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília.....	99
3.2.2	<u>A influência dos conceitos clássicos da Escola Inglesa sobre os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília</u>	103
3.2.2.1	Conceitos clássicos da Escola Inglesa aproveitados a partir dos pressupostos do pensamento dependentista, em sentido amplo, nacional- desenvolvimentista e da PEI.....	103
3.2.2.2	Conceitos clássicos da Escola Inglesa que foram alterados pela visão dependentista, <i>lato sensu</i> , nacional-desenvolvimentista e da PEI, e enquadrados nas ideias da Escola Francesa	108
3.2.2.2.1	O tipo ideal de inserção internacional autônoma	111
3.2.2.2.2	O tipo ideal de inserção internacional dependente	115

3.3	Considerações finais: racionalismo central e periférico.....	123
	CONCLUSÃO	127
	REFERÊNCIAS.....	132

INTRODUÇÃO

Segundo Gelson Fonseca, a análise da política internacional do Brasil tem seu primeiro momento de adensamento entre os anos 50 e 70 (FONSECA, 1989, p. 278). Durante os anos de 1950 teriam existido pouquíssimos centros de pesquisa de relações internacionais: a produção do conhecimento acerca das relações exteriores do Brasil estava, portanto, centralizada no Instituto Rio Branco (IRBR) (FONSECA, 1989, p. 275), que levava adiante discussões de cunho quase exclusivamente prescritivo: as questões principais diziam respeito a recomendações políticas e, não, a conceitos e teorias (FONSECA, 1989, p. 276, 278).

A marca das opções políticas nas metodologias de pesquisa permanece mesmo quando, entre as décadas de 1950 e 1970, a política externa do país era estudada com referência a um modelo teórico, como o foi em relação aos pensamentos dependentista e geopolítico (FONSECA, 1989, p. 278-279; LIMA, 1992, p. 58). Além do mais, a política externa brasileira não ocupava papel central nos estudos sobre o Brasil que eram realizados dentro dessas matrizes teóricas deterministas (FONSECA, 1989, p. 279-280).

A escola da dependência, com sua ontologia estruturalista e seu diagnóstico imperialista das relações internacionais, via o Brasil como uma nação incompleta, cujos valores viriam de fora (FONSECA, 1989, p. 278). Nesse enquadramento, o jogo diplomático e a política externa não importavam em si. Eles eram reflexos da atuação do país como representante sub-imperialista dos Estados Unidos da América (EUA) na América do Sul, de forma que a formulação da política externa brasileira viria sobretudo de fora. (FONSECA, 1989, p. 279; LIMA, 1992, p. 56, 67)

O pensamento geopolítico brasileiro, tal como foi concebido por Golbery do Couto e Silva tinha um viés realista, com origem no pensamento de Hans Morgenthau, no sentido de que enxergava o sistema internacional da Guerra Fria como uma bipolaridade rígida (FONSECA, 1989, p. 279-280). Aqui, o fator determinante da política externa brasileira seria a balança de poder mundial e sul-americana (FONSECA, 1989, p. 280). Esse ponto de vista se refletia em uma visão determinista da política externa brasileira, que tinha de escolher o lado dos EUA, já que essa aliança seria a única capaz de garantir a paz e a estabilidade na América

do Sul, mediante o reconhecimento do papel de liderança do Brasil na região e do menor poder relativo da Argentina (LIMA, 1992, p. 57-58).

Por outro lado, para Maria Regina Soares de Lima (1992, p. 58-62) existiu, ainda, uma matriz realista separada, nos anos 60 e 70, de viés não determinista e que reconhecia a política externa como objeto de estudo em si mesma. Essa matriz se aproximaria do pensamento geopolítico ao entender a estrutura internacional como um jogo de poder, mas se afasta desta corrente de pensamento ao não enxergar o Brasil como ator central desse sistema. De forma que a ocupação principal da política externa do país não deveria ser diretamente a segurança internacional ou hemisférica, mas, sim, as consequências dessa dinâmica de poder das grandes potências para os Estados da periferia. Nessa linha de raciocínio, Araújo Castro (1972) apresentou sua análise e crítica do congelamento do poder mundial entre as superpotências da Guerra Fria, e Hélio Jaguaribe (1958) defendeu a inconveniência de um alinhamento incondicional aos EUA.

Na interpretação de Gelson Fonseca (1989, p. 281-282), Araújo Castro e Hélio Jaguaribe representam a emergência do estudo especializado dos movimentos peculiares da política externa brasileira. Nessa mesmo viés, existiram também as obras de um conjunto de autores que trabalhavam com o conceito de autonomia na dependência. Essa imagem é bem exemplificada pelo trabalho de Gerson Moura (1980) em relação ao I Governo Vargas, onde teria havido uma barganha internacional, o que implica ter havido um grau de liberdade do ator nacional — autonomia, mesmo que em um contexto assimétrico — dependência.

Assim, pode-se dizer que há, tanto para Gelson Fonseca (1989) como para Maria Regina Soares de Lima (1992), uma flexibilização paradigmática e uma especialização nos estudos de política externa brasileira (PEB), que vai ganhando forma desde fins dos anos 1950, de forma incipiente, e que se consolida na década de 1980. Essa transformação, portanto, significou o afastamento de teorias sistemáticas, sem que, contudo, os trabalhos de PEB abrissem mão de adaptações teóricas e do aproveitamento de conceitos advindos das matrizes teóricas acima ressaltadas.

Antônio Carlos Lessa (2006), em um balanço mais recente, a partir da década de 1990, da produção acadêmica brasileira sobre Relações Internacionais, observa, em uma continuação dessas conclusões de Gelson Fonseca (1989) e Maria Regina Soares de Lima (1992) referentes à flexibilização teórico-conceitual nos estudos de

PEB, que passou a haver um diálogo entre história e teoria na sub-área de História das Relações Internacionais, em geral, e, especificamente, na de história da PEB (LESSA, 2006, p. 481). O autor vê, nesse abandono da dicotomia entre teoria e história, a formação de uma *tradição brasileira* de análise (LESSA, 2006, p. 481). Essa forma de pensar a PEB teria sido tributária da moderna escola francesa de História das Relações Internacionais e dos métodos de interpretação ingleses (LESSA, 2006, p. 482).

Ainda, essa tradição estaria inscrita, sobretudo, em uma escola de pensamento latino-americana. Esta busca evidenciar a essência distinta das Relações Internacionais para os Estados periféricos e para os desenvolvidos. (BERNAL-MEZA, 2000, p. 20). De forma que se pode argumentar que essa *tradição brasileira* soube aproveitar o pensamento dependentista (LIMA, 1992, p. 55) de forma não determinista, garantindo *status* de objeto de estudo separado à política externa brasileira (LIMA, 1992, p. 62), o que se deve, como registrado por Lima (1992, p. 62), à influência do pensamento nacional-desenvolvimentistas acerca da PEB, de Hélio Jaguaribe, e das ideias independentistas sobre PEB de Araújo Castro, já que esses absorveram, em primeira mão, a influência do pensamento dependentista não pelo viés da Escola da dependência, propriamente dita¹, mas pelo contato com o pensamento produzido na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) (LIMA, 1992, p. 62). Essa filtragem teria sido importante para os estudo posteriores de PEB pelo motivo de que a Escola da dependência, propriamente dita, era pouco apta a promover a política externa como objeto de estudo independente (LIMA, 1992, p. 56, 67), ao mesmo tempo em que as ideias cepalinas tornaram possível, pelo pensamento positivo acerca da possibilidade de desenvolvimento industrial mesmo em um cenário de reprodução internacional do subdesenvolvimento, visualizar a política externa como esforço complementar e instrumental a esse esforço autônomo de desenvolvimento industrial e, portanto, como um objeto de estudo válido em si (LIMA, 1992, p. 62).

Lessa (2006, p. 474) identifica, em uma cronologia das instituições de pesquisa em Relações Internacionais no Brasil, que a criação da pós-graduação em História na Universidade de Brasília (UnB), em 1979, foi inflexão fundamental para a

¹ A Escola da dependência, em sentido amplo, inclui o pensamento da Cepal, e, por isso, faz-se necessário uma distinção entre essa Escola geral e o pensamento dependentista, propriamente dito. Mais detalhes sobre essa distinção podem ser encontrados na seção 2.1.1.

estruturação da área de História das Relações Internacionais no Brasil. Esse programa manteve, desde o início, um programa de pesquisa sólido e uma formação consistente de pesquisadores (LESSA, 2006, p. 474). Assim, esse ambiente acadêmico teria marcado a evolução da historiografia das Relações Internacionais no Brasil, condicionando sua agenda de pesquisa (LESSA, 2006, p. 474).

O surgimento do primeiro doutorado em História das Relações Internacionais, em 1994, nessa instituição, consolidou a posição da UnB como o polo brasileiro mais dinâmico nessa área de pesquisa. Sem esquecer que esse desenvolvimento na área de História das Relações Internacionais pode ser visto, também, e na mesma medida, como o progresso dos estudos de PEB, já que estes fazem parte daquele campo de pesquisa. (LESSA, 2006, p. 475)

Adicionalmente, é possível observar que o programa de pós-graduação em Relações Internacionais, que havia sido criado, no nível de mestrado, em 1984, foi fundido à pós-graduação em História na UnB, o que deu origem, em 2000, ao Instituto de Relações Internacionais da UnB, com mestrado e doutorado unificados. Esse Instituto incluía, além do já mencionado estudo da História das Relações Internacionais, o campo de Política Internacional e Comparada. (LESSA, 2006, p. 475-476)

Interessa, no presente trabalho, no entanto, apenas as características conceituais e metodológicas, da pesquisa em História das Relações Internacionais da UnB, já que, como dito, ela inclui a área de inserção internacional do Brasil² da mesma instituição, o que é base do objeto de estudo dessa dissertação. Esse arranjo intelectual da PEB que Lessa (2006, p. 481) caracterizou como uma *tradição brasileira*, quando se leva em conta o papel iniciador e de consolidação da UnB na estruturação desse campo de estudo, pode ser tomado como integralmente aplicável à pesquisa da inserção internacional do Brasil nessa instituição acadêmica.

Esse argumento a favor da caracterização dos estudos de inserção internacional do Brasil na UnB conforme os elementos identificados na investigação de História das Relações Internacionais (HRI) no Brasil é, ainda, fundamentado por José Flávio Sombra Saraiva (2008). Esse autor revela que a maior contribuição dos estudiosos da UnB à modernização da história das relações internacionais tem sido

² O uso, nesse trabalho, do conceito de *inserção internacional* e, não, de *política externa brasileira*, deve-se ao fato de que os autores aqui estudados têm como objeto de estudo o primeiro, o que pode ser observado na análise do item 2.2.1.1.

a pesquisa sobre a inserção internacional do Brasil dos últimos dois séculos (SARAIVA, 2008, p. 37).

Da mesma forma que Lessa (2006, p. 482) argumenta em relação às influências da produção de conhecimento das HRI e da PEB em todo o Brasil, Saraiva (2008, p. 37) indica que esse círculo intelectual de Brasília teve grande influência dos historiadores franceses e britânicos das relações internacionais. Outra influência também teriam sido as teorias da dependência advindas do próprio Brasil e da América Latina, cuja influência intelectual sobre os estudos de HRI e PEB em nosso país também foi apontada por Bernal-Meza (2000, p. 20), como descrito acima. Esse pensamento dependentista, como se demonstrou acima (LIMA, 1992, p. 56, 62, 67), teria sido influente nos estudos de PEB principalmente pelo pensamento da Cepal.

Esse conjunto de influências compõem o que Saraiva (2008, p. 37) denomina de *tradição brasiliense* de estudos internacionais. Em uma análise mais recente desse movimento intelectual das Relações Internacionais de Brasília, Saraiva (2009, p. 28–32) chega a denominá-lo de Escola de Brasília fazendo eco, em relação à essa Escola, aos próprios apontamentos anteriores sobre as influências das teorias da dependência, assim como das escolas francesa e inglesa das Relações Internacionais sobre os acadêmicos brasilienses das relações internacionais (SARAIVA, 2008, p. 37, 39).

Focalizando sobre como essas influências operam nessa Escola de Brasília das Relações Internacionais (SARAIVA, 2009), denominação também utilizada por Bernal-Meza (2000, p. 23), Saraiva (2009, p. 20) tem uma visão parecida a de Lessa (2006) sobre o diálogo entre teoria e história e identifica que esse círculo acadêmico trabalha com uma visão do conhecimento avessa ao uso e elaboração de teorias generalizantes, mas, também segundo Cervo (2008a), ao mesmo tempo, rica na aplicação crítica (SARAIVA, 2006, p.137; CERVO, 2008a, p. 21³) de ideias advindas

³ Esses dois textos tratam da necessidade de incorporar teorias estrangeiras desde um ponto de vista crítico, mas não se referem diretamente a essa precisão na Escola de Brasília das Relações Internacionais. Como, todavia, esses dois autores são parte dessa Escola, como reconhece o próprio Saraiva (2008, p.37) e figuras de destaque como pesquisadores, como se pode, por exemplo, observar na presença de suas obras nos manuais dos candidatos do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (VIZENTINI; PEREIRA, 2012 p. 281, 282; PECEQUILO, 2012, p. 381, 383, 385, 389), viu-se como cabível tomar o ponto de vista desses duas obras como representativas da maneira pela qual o Escola em questão lida com teorias alienígenas. No caso do texto de Cervo, especificamente, toma-se, também, pelos mesmos motivos, seu argumento sobre a deseabilidade de produzirem-se conceitos brasileiros, como uma característica da Escola.

desses pontos de vista teóricos e na produção de conceitos brasileiros (CERVO, 2008a, p. 22).

Assim, o diálogo entre teoria e história da *tradição brasileira* pode ser traduzido na reinterpretação, a partir de uma visão crítica desde o ponto de vista dos problemas próprios do Brasil (SARAIVA, 2006, p.137; CERVO, 2008a, p. 21), das teorias vindas de fora e na produção de conceitos brasileiros (CERVO, 2008a, p. 22), já que esses dois movimentos apontados por Saraiva (2009) significam, respectivamente, uma flexibilização das teorias estrangeiras e uma produção conceitual a partir dessa visão crítica (SARAIVA, 2006, p.137; CERVO, 2008a, p. 21) das escolas francesa e inglesa da história das relações internacionais, assim como a partir da herança das teorias latino-americanas da dependência⁴

A despeito dessas inspirações metodológicas e conceituais serem as mesmas para os estudos de HRI e inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, Saraiva (2008, p. 38) identifica, especificamente na área de inserção internacional do Brasil, uma resultante analítica desses *inputs*. Para o autor, a produção de conhecimento em inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, sustenta a tese de que a inserção internacional assumiu, desde os anos 1930 (com

⁴ É interessante lembrar, nesse ponto, que existe uma forte oposição de importantes autores brasileiros à importação por imitação de teorias de relações internacionais elaboradas desde o centro. Assim, Saraiva (2006, p.137) denomina essa tendência de adoção acrítica de teorias das relações internacionais de países centrais de subdesenvolvimento mental dos Estados do Sul global. Cervo (2008a) apresenta um argumento que se coaduna com esse risco de assimilar inocentemente teorias produzidas em outras localidades. Para esse autor, toda teoria traz consigo uma armadilha porque deseja:

...embutir interesses e valores de meios intelectuais em que são elaboradas, com fins conscientes ou inconscientes de promover a desigualdade entre as nações, em âmbito global. (CERVO, 2008a, p. 21)

A leitura crítica dessas teorias pode apontar, no entanto, conceitos aproveitáveis ao pensamento sobre relações internacionais desde a periferia. No caso do Brasil, admite-se que a elaboração de conceitos brasileiros originais e valiosos é tributário, além de grandes pensadores brasileiros, também da influência do pensamento estrangeiro (CERVO, 2008a, p. 22).

Assim, como já se vem observando no decorrer desse trabalho, as influências sofridas pela Escola de Brasília de teorias das relações internacionais elaboradas a partir dos países centrais se fazem por esse aproveitamento fortemente crítico.

As influências estrangeiras apontadas são, todavia, de origem européia, francesas e inglesas. A ausência de referência a contaminações por teorias norte-americanas, consideradas predominantes no campo das Relações Internacionais como um todo (HOFFMANN, 1977), na Escola de Brasília, pode ser explicada pela recusa de autores dessa escola a utilizarem conceitos dessas matrizes, o que pode ser atribuído ao fato de esses autores verem como maiores os riscos de assimilação acrítica quando se trata de teorias norte-americanas (LESSA, 2005, p. 10; CERVO, 2003).

continuidades até o presente), uma posição supletiva à busca do desenvolvimento nacional, tal como também apontado por Lima (1992, p.162), como visto acima, para os casos do pensamento nacional-desenvolvimentista e independentista acerca da PEB. De forma que essa tradição de análise se presta a identificar as possibilidades externas concretas de desenvolvimento econômico e social. (SARAIVA, 2008, p. 39)

Apesar de já existir esse reconhecimento do quadro geral de quais são as influências principais dos estudos de inserção internacional do Brasil na Escola de Brasília das Relações Internacionais, tributário, como vimos, do pensamento de Lessa (2006), de Saraiva (2006; 2008; 2009)⁵, assim como de que o produto intelectual desejado são conceitos brasileiros (CERVO, 2008a, p. 22), fica ainda, pouco claro como as escolas inglesa e francesa da história das relações internacionais, assim como as teorias latino-americanas da dependência, exercem influência, desde uma absorção crítica, sobre a pesquisa, especificamente a da inserção internacional do Brasil, na Escola de Brasília. Da mesma forma, também é pouco específica a forma como Cervo (2008a) aponta para conceitos brasileiros na Escola de Brasília das Relações Internacionais, deixando em aberto quais são os denominados conceitos brasileiros dessa Escola e como eles se fazem presentes na produção de conhecimento sobre a inserção internacional do Brasil na Escola.

Esse conjunto de apontamentos incertos faz que reste investigar, de forma fundamentada nas obras dos autores brasilienses, a presença das influências e produtos conceituais indicados nos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola em questão. Possibilitando, a partir da análise específica dessas influências

⁵ As ideias de Saraiva (2008, 2009) e Lessa (2006) sobre as influências e produto conceitual nos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, seja pelo viés mais específico da tradição brasiliense de Saraiva (2008, p. 37) ou mais geral da tradição brasileira presente nos estudos de inserção internacional do Brasil da UnB de Lessa (2006, p.475, 482), são tomadas como pressupostos nesse trabalho. A confiança em ambos os autores deriva do sua reputação como pesquisadores de excelência, que se espelha em recomendações das suas obras nos manuais de candidatos do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (VIZENTINI; PEREIRA, 2012 p. 281, 282; PECEQUILO, 2012, p. 381, 383, 385, 389). Fundamentado nesse mesmo reconhecimento de autoridade intelectual, a própria ideia de tradição brasiliense e de grupo de Brasília de Saraiva (2008, p. 37) ou, ainda, de Escola de Brasília (SARAIVA, 2009) no sentido amplo, referente ao estudo como um todo das Relações Internacionais, é tido como pressuposto, inclusive porque a afirmação dessa Escola, nesses termos, é, ainda, como se viu, reforçada por Bernal-Meza (2000, p. 23). O que cumpre, nesse trabalho, como melhor explicado no corpo do texto, é ver os resultados conceituais específicos sobre os estudos da inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília a partir das referidas influências, esperando-se assim, demonstrar a existência específica de uma Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil, mediante a verificação de marcas conceituais próprias dessa.

e dos produtos conceituais, confirmar a existência de uma linha analítica própria da Escola de Brasília sobre inserção internacional do Brasil.

A investigação da existência dessa Escola faz-se importante na medida em que a confirmação da existência da Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil, em termos de semelhanças conceituais entre seus autores, representaria a demarcação atualizada de um círculo de pensamento e pesquisa sobre o tema. Esse, que se pode chamar, de forma menos precisa e mais genérica, de Política Externa Brasileira, é parte essencial dos estudos das Relações Internacionais no Brasil (LESSA, 2006; SARAIVA, 2008) de forma que o reconhecimento de uma das suas Escolas é uma contribuição para a organização e classificação dos estudos de PEB, etapa que é facilitadora da continuação da pesquisa nesta área.

Desse modo, o presente trabalho se prestará a investigar todas essas relações de influência na Escola de Brasília, de modo a chegar a uma genealogia mais completa dos conceitos analíticos e prescritivos utilizados na Escola de Brasília no estudo da inserção internacional do Brasil.

Esse objetivo cumpre o ensejo de responder a três perguntas que permeiam esse trabalho. Sendo a principal delas a de como é possível caracterizar, no campo das Relações Internacionais do Brasil uma Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil. Para responder a essa questão, é necessário descobrir se determinado corpo de obras e autores que estudam a inserção internacional do Brasil (que serão definidos logo mais nas notas metodológicas dessa introdução), dentro do âmbito mais amplo da Escola de Brasília das Relações Internacionais, têm influências e um processo intelectual semelhantes. Essa necessidade, leva, assim, a duas perguntas suplementares à principal: quais são e como são absorvidas as principais influências intelectuais nesse corpo de autores e obras? E quais são os conceitos produzidos nesse mesmo círculo intelectual?

A hipótese relacionada à primeira pergunta auxiliar é a de que esse círculo intelectual é fortemente influenciado, não apenas pelas teorias latino-americanas da dependência, mas também pelo pensamento nacional-desenvolvimentista brasileiro delas derivado, assim como pelo pensamento acerca da Política Externa Independente (PEI) do Brasil⁶, que, por sua vez é tributário do nacional-

⁶ A incorporação do nacional-desenvolvimentismo e das ideias da PEI ao quadro hipotético de influência sobre a Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil foi motivada pelo argumento

desenvolvimentismo. Além dessa linha de heranças intelectuais, também seriam relevantes a influência da Escola Francesa da História das Relações Internacionais e da Escola Inglesa das Relações Internacionais. A influência dessas duas últimas escolas, como se verá, é absorvida criticamente pela adaptação às linhas de pensamento da dependência, do nacional-desenvolvimentismo e da PEI.

Em relação à segunda pergunta suplementar, a hipótese é de que a Escola de Brasília toma a análise da ação externa brasileira em termos de um objeto de estudo separado, digno de atenção própria. Esse ponto de vista seria herdado do nacional-desenvolvimentista e do pensamento da PEI, e possibilitado pela recusa do viés determinista da teoria da dependência, propriamente dita, em favor da visão de que a ação política da nação pode ser exercida de forma bem sucedida apesar dos constrangimentos estruturais do capitalismo mundial, argumento derivado do pensamento cepalino. Essa dualidade não-excludente entre estruturas internacionais e o papel do agente nacional é sistematizada pela influência que a Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil recebe da Escola Francesa das História das Relações Internacionais. O terceiro conceito seria justamente o de inserção internacional, esse uma mudança na perspectiva do objeto de estudo, que deixa de ser, exclusivamente, o campo da política externa do Estado e passa a levar em conta, o papel de forças sociais na ação externa do país. Esse conceito de inserção internacional do Brasil seria tributário da visão de mundo da cepal, da teoria da dependência propriamente dita, do nacional desenvolvimentismo e do conceito da PEI de Política Internacional do Brasil.

Também espera-se poder confirmar que essa Escola trabalha, predominantemente com versões adaptadas próprias das duplas conceituais desenvolvimento-subdesenvolvimento, centro-periferia, autonomia-dependência⁷, herdadas do pensamento da dependência. Entre esses conceitos se destaca o argumento cepalino, que seria adotado pela Escola de Brasília, de que a estrutura econômica internacional reproduz o subdesenvolvimento dos países periféricos. O par conceitual, autonomia-dependência, em específico, deriva da ideia das teorias da dependência de que há dominação política sobre o ordenamento e as regras da

de Maria Regina Soares de Lima (1992, p. 62), visto acima, de que essas linhas de pensamento exercem forte influência sobre os estudos de política externa brasileiro como um todo.

⁷ A definição desses conceitos encontra-se item 1.1.1.2 desse trabalho.

sociedade internacional por parte dos países centrais, os quais fariam pender esses elementos políticos internacionais a favor de uma manutenção da desigualdade econômica entre as nações. Esse quadro, então, significaria a manutenção dos países centrais em uma posição política e econômica internacional de controle sobre os próprios desígnios — autonomia — e os países periféricos em uma situação internacional econômica e política subordinada à vontade dos países centrais — dependência. Essa interpretação da Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil das ideias de autonomia e dependência seria resultado da conjunção das influências do pensamento dependentista em geral e da Escola Inglesa.

Além desses conceitos analíticos, existiria um importante aspecto prescritivo na Escola em questão, de forma que se valoriza como autônomas⁸ as inserções internacionais do Brasil que visem ao desenvolvimento econômico e social — entendido como industrialização tecnológica e científica plena —, e, por consequência, à superação da condição internacional de subdesenvolvimento, periferia e dependência. Esse elemento prescritivo seria incorporado à Escola pela influência da Cepal, dos pensamentos nacional-desenvolvimentista e da PEI, e da Escola Inglesa, assim como receberia um enquadramento epistemológico apropriado pelos conceitos da Escola Francesa.

Esse reconhecimento, por outro lado, deveria levar o país ao entendimento de que seus interesses são eminentemente político-econômicos, ao invés de confundir os interesses internacionais do país com aqueles dos países centrais, os quais estão muito mais envolvidos com as questões estratégico-militares e agir como se fosse um deles, se alienando dos reais interesses e necessidades nacionais e ignorando os desafios político-econômicos internacionais que a esses se colocam. Argumento esse herdado das análises de política externa do nacional-desenvolvimentismo e do pensamento da PEI.

No que tange à hipótese relacionada à pergunta central, de como é possível caracterizar, no campo das Relações Internacionais do Brasil uma Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil, pode-se dizer que a hipótese em questão

⁸ É importante, ao leitor, no decorrer do trabalho, distinguir entre os termos autonomia e dependência que descrever as diferentes classificações das inserções internacionais do Brasil por parte dos estudiosos brasileiros que as analisam e a terminologia homônima que se refere, como visto, não à inserção internacional de determinado ator, mas às tendências políticas e econômicas internacionais com as quais esse atores lidam em suas inserções internacionais.

pressupõe a síntese dos elementos combinados das duas hipóteses auxiliares. Essa síntese seria a de que o desafio internacional que se coloca ao Brasil vem tanto da reprodução, nos países periféricos, do subdesenvolvimento econômico, pelas tendências duradouras da economia internacional, quanto da dependência econômica e política, pela dominação que os países centrais exercem sobre o ordenamento e as regras estabelecidas na sociedade internacional.

O Brasil, desse modo, deve atuar, no entendimento, suposto nesse trabalho, da Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil, sobre ambos esses aspectos, tanto o econômico quanto o político, da realidade internacional, promovendo, assim, seu desenvolvimento econômico e social tanto pela ação internacional propriamente econômica, buscando eliminar os obstáculos e adquirir os insumos externos, como também pela ação política internacional, procurando alterar o ordenamento e as regras da sociedade internacional de modo a torná-las mais justas no sentido distributivo.

Dessa forma, o Brasil não se acomodaria às realidades externas, se afastando de um realismo em sua inserção internacional e, ao mesmo tempo, não estaria engajado na derrubada radical dessa realidade, não estando, assim, tampouco, próximo a uma atitude revolucionária. Situando-se, assim, no meio termo do espectro de Martin Wight (1991): o Brasil, segundo a Escola de Brasília, deveria ter uma inserção internacional racionalista direcionada a uma transformação evolucionária do seu desenvolvimento, mudando por dentro o sistema capitalista internacional e o ordenamento da sociedade internacional. Uma inserção internacional racionalista periférica, em suma. Seria, portanto, o racionalismo periférico o traço marcante da Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil. Essa marca seria construída pelas opções conceituais dos autores da Escola, que se refletiriam em análises e prescrições dessa linhagem de pensamento própria.

Em termos metodológicos, esse trabalho se propõe a testar essas hipóteses pela apresentação, em primeiro lugar, das linhas de pensamento que se supõe sejam influentes sobre a Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil, como já dito, o pensamento dependentista, o nacional-desenvolvimentismo, o pensamento sobre a PEI, a Escola Francesa da História das Relações Internacionais e a Escola Inglesa das Relações Internacionais. Em um segundo momento, pretende-se identificar os produtos conceituais derivados dessas

influências no corpo de obras, considerados pertencentes à Escola de Brasília, que se irá selecionar.

As obras que se consideram parte dessa Escola são as mesmas que Saraiva (2008 p. 37) indica como sendo parte da *tradição brasiliense* de estudo internacionais dedicada ao estudo da História da Relações Internacionais e, mais especificamente, à inserção internacional do Brasil. Essas seriam as obras de Amado Luiz Cervo (O parlamento brasileiro e as relações exteriores, 1826-1889), Clodoaldo Bueno (A República e sua política exterior, 1889-1902), Cervo e Bueno (História da política exterior do Brasil) e a publicação coletiva *O desafio internacional: A política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*, de autoria de Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno, Moniz Bandeira, León Bieber, José Flávio Sombra Saraiva e Antônio José Barbosa (SARAIVA, 2008, p. 37). Afora essas obras gerais e basilares para o entendimento da inserção internacional do país, uma outra corrente de pesquisa se ocupou do estudo das parcerias estratégicas, as quais se mostraram relevantes para a elaboração das sínteses gerais (SARAIVA, 2008, p. 37). Assim, devem ser destacados, no que diz respeito às relações do Brasil com os Estados Unidos, a Alemanha, a Argentina e a América Latina, os estudos de Moniz Bandeira; os de Amado Luiz Cervo, no que toca o relacionamento do país com a Itália; a obra de José Flávio Sombra Saraiva que analisa os vínculos com a África; e, por fim, o trabalho de Francisco Monteoliva Doratioto sobre as relações Brasil-Paraguai (SARAIVA, 2008, p. 37-38). Inclui-se aqui também Paulo Vizentini, que é considerado por Saraiva (2008, p. 37) como autor da *tradição brasiliense* em termos mais gerais e que identificamos como autor também engajado nos estudos de inserção internacional do Brasil, principalmente a partir da sua obra *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. Outra adição importante é o livro *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*, de Amado Cervo, como visto, considerado por Saraiva um dos mais prolíficos expoentes da *tradição brasiliense*.

Tendo como ponto de partida essa lista, elaborada por um dos principais⁹ autores da própria *tradição brasiliense*, fez-se uma segunda seleção baseada na

⁹ As ideias de Saraiva (2008) sobre os principais autores e obras, nos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, são tomadas como ponto de partida (apesar de sofrer alterações) nesse trabalho. A confiança na opinião do autor deriva do sua reputação como pesquisadores de excelência, que se espelha em recomendações das suas obras nos guias e manuais de candidatos do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (VIZENTINI; PEREIRA, 2012 p. 281, 282; PECEQUILO, 2012, p. 381, 383, 385, 389).

necessidade desse trabalho de identificar conceitos de amplitude geral, que possam caracterizar uma Escola de pensamento. Foram, assim, aproveitadas, do levantamento de Saraiva (2008), as obras que analisassem a inserção internacional do Brasil em mais de um período da História do Brasil (quais sejam o Império, a República Velha, a Era Vargas, a Período Democrático, a Ditadura Militar e a República Nova) e que não se restringissem a apenas um tema ou a uma relação bilateral do país. Espera-se assim poder visualizar ideias sistemáticas e, não apenas, conjunturais restritas a um tema ou período histórico, nas obras estudadas. Assim, acredita-se, devam ser levados adiante o estudo das análises de Amado Luiz Cervo (*Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*), de Cervo e Bueno (*História da política exterior do Brasil*) e de Paulo Vinentini (*Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*). Adicionalmente, vê-se a necessidade, de incluir, de forma suplementar a esses trabalhos de síntese sobre a inserção internacional do Brasil, outros trabalhos dos mesmos autores, que sejam capazes de incrementar o entendimento dos conceitos utilizados por esses estudiosos em sua concepção da inserção internacional do Brasil.

Partindo dessa triagem, observa-se, ainda, que algumas obras são mais explícitas que outras em suas opções analíticas (*Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros* e *História da política exterior do Brasil*) e mais completas na sua explanação factual (*História da política exterior do Brasil*). Por causa dessa primeira constatação, optou-se por iniciar o estudo das influências sobre os conceitos desse corpo de obras justamente pelos trabalhos que apresentam uma reflexão sobre a própria análise que empreendem. Em seguida, vai-se proceder, mediante as conclusões provisórias tiradas desse estudo prévio, à verificação de se a obra menos explícita quanto aos seus pressupostos analíticos (*Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*) acompanha, nas suas análises da história da inserção internacional do Brasil, as opções conceituais do primeiro grupo de trabalhos.

Isso será feito com escolhas diferentes, em cada capítulo, e neles justificadas, quanto à explicitação dos estudos de períodos históricos da inserção internacional do Brasil. Ainda, constata-se, em relação a esses períodos, uma maior exposição de fatos na obra *História da política exterior do Brasil*. Por esse motivo, quando houver um fato presente nessa obra, mas não nas outras duas, que, todavia, seja preciso

expor no presente trabalho, mostrar-se-á que esse fatos complementam e confluem com as interpretações das duas outras obras.

O trabalho, além dessa introdução (parte 1) e de uma conclusão final (parte 5), vai organizar-se em 3 capítulos. O primeiro (parte 2) vai apresentar, em linha de continuidade intelectual o pensamento dependentista, incluindo as ideias da Cepal e da teoria da dependência, propriamente dita, o nacional-desenvolvimentismo e as ideias sobre a PEI. Em sua segunda parte, esse capítulo vai relacionar os argumentos desses círculos intelectuais aos conceitos que se pode observar na análise da inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília.

O segundo capítulo (parte 3) vai seguir esse mesmo modelo, apresentando a Escola Francesa da História das Relações Internacionais e os conceitos que dela deriva a Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil, assim como o terceiro capítulo (parte 4) vai fazer o mesmo com a Escola Inglesa das Relações Internacionais.

1 OS CONCEITOS DESENVOLVIMENTISTAS E INDEPENDENTISTAS NA ESCOLA DE BRASÍLIA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

O primeiro capítulo vai se dedicar à influência das teorias da dependência, do nacional-desenvolvimentismo — ambas essas correntes intelectuais classificadas, pela conveniência da redação desse trabalho, como pensamento desenvolvimentista — e das ideias sobre a Política Externa Brasileira (PEI) sobre a produção intelectual da Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil. Ele se iniciará por uma retomada das principais idéias das teorias da dependência, do nacional-desenvolvimentismo e do pensamento brasileiro independentista (ou da PEI), de tal forma que se possa ver o parentesco conceitual entre essas Escolas (item 1.1). Em seguida, será observado como essas ideias são influentes sobre os conceitos de análise dos autores brasilienses¹⁰ da inserção internacional do Brasil (seção 1.2).

1.1 O pensamento desenvolvimentista e o independentista

Essas três matrizes de pensamento são, como se verá em 1.2, fortemente influentes sobre o estudo da inserção internacional do Brasil na Escola de Brasília. A apresentação dessas três Escolas na ordem proposta se dá devido a influência sequencial que uma tem sobre a outra. Como se verá, as ideias das teorias da dependência (1.1.1) têm forte influência sobre o pensamento nacional-desenvolvimentista (1.1.2), enquanto ambas essas matrizes de conhecimento impactam de forma decisiva sobre a produção de conhecimento da PEI (1.1.3).

¹⁰ A palavra *brasiliense* é usada nesse trabalho para designar autores ou conceitos que estejam no âmbito do círculo intelectual da Escola de Brasília, que inclui autores que não têm suas atividades profissionais-acadêmicas centradas na cidade de Brasília.

1.1.1 As teorias da dependência

Gilbert Rist (2008) destaca os principais traços do pensamento dependentista. Em primeiro lugar, esse autor afirma que a escola da dependência foi uma conexão informal e flexível entre pensadores que compartilhavam de uma mesma sensibilidade intelectual, mas que nunca estiveram todos organizados em uma única instituição ou sob uma liderança geral comum (RIST, 2008, p. 109).

Essa descentralização teria se expressado, inclusive na dispersão geográfica dos autores. Dessa forma, houve um início intelectual nos EUA, com Paul Baran e Paul Sweezy, o qual teve continuidade no Chile, na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), liderada do Paúl Prebisch e Osvaldo Sunkel (RIST, 2008, p. 109), mas também contando com a importantíssima contribuição de Celso Furtado no Brasil. O Pensamento da CEPAL teve, então, seus desdobramentos no próprio Chile, com o trabalho de Enzo Faletto, e no Brasil, com destaque para os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, assim como na Colômbia, representada por Orlando Fals Borda, e no México, com a obra de Rodolfo Stavenhagen. Posteriormente, ainda, somaram-se os importantes trabalhos de Samir Amin, na África, e de André Gunder Frank, Pierre Jalée, Dieter Senghaas e Johan Galtung, na Europa. (RIST, 2008, p. 109)

Não obstante seja necessário, diante desse levantamento geográfico do pensamento dependentista, ter em mente a dimensão transcontinental dessa escola, é possível, ao mesmo tempo, observar uma concentração na América Latina, já que, nesse subcontinente, surgiram 7 dos 14 autores principais citados acima, sendo que o segundo continente em número de nomes expressivos de autores é a Europa, com apenas 3 autores. Dentro dessa inteligência latino-americana, serão estudados, assim, o pensamento voltado para a economia (RIST, 2008) de Raúl Prebisch, Celso Furtado e Osvaldo Sunkel, no âmbito da CEPAL, e a contribuição sociológica (RIST, 2008, p. 116) de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, assim como a de Theotônio do Santos¹¹.

¹¹ Esses autores que revelam uma preocupação sociológica também são classificados como dependentistas (RIST, 2008, p. 116). Assim, para que não haja confusão com a classe dos teóricos da dependência como um todo, ou *latu sensu*, nos quais estão incluídos os pensadores da Cepal, esses

Segundo Rist (2008, p. 110-111), os trabalhos dos teóricos da dependência, *lato senso*, se contrapuseram à doutrina desenvolvimentista predominante da época: a teoria da modernização, principalmente Rostow (1990). Esse modelo pregava o desenvolvimento de países não-industriais pela transferência massiva de capital privado, exportação de matérias-primas e o benefício universal do comércio internacional, segundo a teoria ricardiana das vantagens comparativas (ROSTOW, 1990). Será analisado, em primeiro lugar, como essa teorização alternativa se dá a partir dos estudos da Cepal (na partição 1.1.1.1.), para depois ver como esse fenômeno também acontece na teoria da dependência, *estricto senso* (item 1.1.1.2.)

1.1.1.1 As ideias da Cepal

Ao investigar fontes originais e secundárias do pensamento cepalino, pode-se perceber que o pensamento basilar dessa Escola é o da reprodução constante do subdesenvolvimento pelo sistema capitalista internacional. Essa tendência foi observada, em primeiro lugar, no nível das trocas comerciais. Para Prebisch (1982a, p. 205), o comércio internacional favorecia mais as economias industriais, já que as economias agro-exportadoras eram desfavorecidas pela deteriorização dos termos de troca. Outra sustentação analítica dessa produção internacional do subdesenvolvimento é o fluxo financeiro desequilibrado, que se expressa nos déficits externos (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 14) criados pelo comércio desigual e a consequente não-apropriação do aumento de produtividade mundial pelos países subdesenvolvidos (PREBISH, 1982a, p. 208; 1982b, p. 100), assim como a transferência para os Estados avançados da mais-valia gerada nos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1961, p. 221). Segundo Celso Furtado (1961), há também, todavia, momentos em que existem investimentos produtivos dos países desenvolvidos nos subdesenvolvidos, mas esses ocorrem somente no setor exportador (FURTADO, 1961, p. 221), de modo que mantêm a divisão internacional

estudiosos de viés mais sociológico serão denominados de dependentistas propriamente ditos, assim como seu círculo intelectual será chamado de Escola ou teoria da dependência *stritu senso*.

do trabalho, as trocas deterioradas e, assim, os déficits e endividamentos externos no longo prazo (FURTADO, 1961, p. 195-219)

Esse dualismo econômico, comercial e financeiro, que se reforça constantemente é o que fundamenta a visão estrutural da cepal sobre a economia mundial, definida no pensamento de Prebisch (1982b, p. 99) pela estratificação das nações em centro e periferia.

Celso Furtado apregou o papel das diferenças no domínio tecnológico como elemento constitutivo dessa configuração dual do mundo." Esse autor define os próprios conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento em função do papel da técnica em dada economia. Assim,

Numa simplificação teórica se pode admitir como sendo plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade (a produção real per capita) introduzindo novas técnicas. Por outro lado, as regiões cuja produtividade aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas são consideradas em graus diversos de subdesenvolvimento. (FURTADO, 1961, p. 90)

Essas observação de Furtado sustenta-se no argumento de que a importação da cultura de consumo dos países desenvolvidos (FURTADO, 2000, p. 45) cria uma demanda por novas tecnologias que antecede o progresso técnico dentro do país subdesenvolvido (FURTADO, 1973, p. 133). Situação que faz com que a nação periférica acabe por não inovar, mas simplesmente assimilar a tecnologia concebida desde o centro (FURTADO, 1961, p. 90). Dessa forma, o potencial de acumulação de capital é direcionado para fora do sistema econômico nacional, havendo a transferência do excedente gerado internamente para os países centrais (FURTADO, 1961, p. 221), o que reproduz e aprofunda essa situação em que o centro cria tecnologia e a periferia apenas a importa (FURTADO, 1961, p. 90-91).

Esse argumento faz ver que não apenas as economias agro-exportadoras, mas também aquelas que atingiram algum grau de industrialização por substituição de importações continuam em posição periférica. Desse modo,

[...] a natureza substitutiva de importações constitui uma das causas básicas da especificidade da industrialização dos chamados países subdesenvolvidos. Outra causa de significação não menor está em que ela se vem realizando mediante a assimilação de uma tecnologia que é fruto de um processo histórico específico dos atuais países desenvolvidos (FURTADO, 1973, p. 14 e 15)¹²

¹² Tradução livre do extrato correspondente em inglês.

A reprodução do subdesenvolvimento por meio da técnica se dá, portanto, não apenas pelo consumo de novos produtos importados, mas também pela introdução de novos processos produtivos visando substituir a importação de bens de consumo final, de forma que a periferia é importadora de tecnologia, seja na forma de bens finais ou de produtos intermediários, assim como de capital, que possibilitem a substituição da importação desses novos produtos finais.

Oswaldo Sunkel e Pedro Paz (1970, p. 37), aprofundam a análise das implicações da estratificação do mundo em países periféricos e centrais. Nesse sentido, afirmam que

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento podem ser compreendidos, assim, como estruturas parciais, mas independentes, que conformam um sistema único. A característica principal que diferencia ambas as estruturas é que a desenvolvida, em virtude de sua capacidade endógena de crescimento, é a dominante, e a subdesenvolvida, dado o caráter induzido de sua dinâmica, é dependente [...]¹³

Para Sunkel e Paz (1970, p. 37,), portanto, a complementariedade entre países centrais e periféricos não implica sua integração equânime em um sistema de produção internacional. Os Estados centrais são dominantes e os periféricos são dependentes. Os primeiros, então, difundiriam um ordenamento político-econômico internacional de constituição liberal. Os autores, entretanto, não expõem apenas o poder do centro de ditar as regras, instituições e valores sobre economia, mas sobre a ordem internacional em sentido geral.¹⁴

¹³ Tradução livre do trecho:

El desarrollo y el subdesarrollo pueden comprenderse, entonces, como estructuras parciales, pero interdependientes, que conforman un sistema único. La característica principal que diferencia ambas estructuras es que la desarrollada, en virtud de su capacidad endógena de crecimiento, es la dominante, y la subdesarrollada, dado el carácter inducido de su dinámica, es dependiente[...]" (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 37).

¹⁴ Para os autores é possível visualizar tal quadro já no século XIX e início de XX, período no qual os países capitalistas europeus, particularmente, a Inglaterra teriam sido dominantes no ordenamento mundial em geral (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 225) e teriam, em particular, estabelecido relações econômicas liberais com os países periféricos, especialmente, a América Latina (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 272). A montagem desse modelo liberal de relações econômica liberais de domínio britânico, expresso, por exemplo, no padrão ouro (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 225), teria se dado pela influência ideológica e cultural europeia (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 327). Algo similar teria acontecido depois da Segunda Guerra Mundial, na relação dos Estados periféricos com os EUA. Ao final da Primeira Guerra Mundial, esse país já tinha assumido definitivamente o predomínio no sistema econômico internacional (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 344). Após o fim da segunda conflagração global, teria havido um propósito, de todos os Estados de levar adiante a criação de um nova ordem internacional que fosse capaz de lidar com problemas econômicos, político, militares e sociais,

Diante desses diagnósticos, a teoria econômica cepalina recomenda o protecionismo e a industrialização por substituição de importações (PREBISH, 1982b, p. 102), que deveria contar com uma cooperação financeira complementar (PREBISH, 1982c p. 255) e técnica estrangeiras (PREBISH, 1982c, p. 256), o regionalismo econômico (PREBISH, 1982d), e o papel do Estado em diminuir as desigualdades sociais, mediante, principalmente, à reforma agrária e à indução da melhor distribuição dos investimentos (RIST, 2008, p. 115).

Houve, contudo, uma crítica da própria esquerda às ideias da CEPAL. Considerava-se que esse grupamento intelectual se ocupava apenas da acumulação de capital e, não, das relações de classe, que seriam o substrato mais profundo da realidade do subdesenvolvimento. Uma abordagem mais completa, desde o ponto de vista dessa crítica, viria com o trabalho dos dependentistas propriamente ditos. (RIST, 2008, p. 115-116).

1.1.1.2 A teoria da dependência propriamente dita¹⁵

Essa corrente de pensamento dava continuidade à ideia de assimetria econômica da periferia em relação ao centro capitalista, mas esse novo corpo de pesquisadores, principalmente sociólogos, deram um passo adiante ao analisar o que esse fenômeno econômico implicava em termos de estrutura social internacional

inclusive o do desenvolvimento (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 18). Todavia, as preocupações com o desenvolvimento da periferia, expressa inicialmente no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) acabariam por ser esforços apenas transitórios na nova ordem que se estabelecia. Esse impulso inicial arrefeceria após a reconstrução das áreas afetadas pela guerra e do reestabelecimento do funcionamento normal da economia e do comércio mundial, com destaque para papel do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Acordo Geral de Livre Comércio (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 19).

¹⁵ Como já foi indicado na introdução, Maria Regina Soares de Lima (1992, p. 56) acredita que o pensamento de o que chamamos aqui de teoria da dependência propriamente dita, não teve grande influência sobre os estudos de inserção internacional no Brasil, já que essa teoria da dependência não teria contribuído para a consolidação da análise de política externa brasileira como um campo de estudo próprio, por apontar muito mais para fatores internos relacionados à questão do desenvolvimento. Não obstante, insistiu-se, nesse trabalho, em apresentar essa linha intelectual e em procurar observar seus efeitos sobre o estudo da inserção internacional do Brasil na Escola de Brasília. Espera-se, no mínimo, observar como essa Escola nega pressupostos dependentistas em favor de outros e, no máximo, ver como que, apesar desse empecilho metodológico apontado por Lima (1992, p. 56), algumas ideias da teoria da dependência propriamente dita foram aproveitados nas análises de inserção internacional do Brasil dessa Escola.

(RIST, 2008, p. 116). Esse interesse deu origem a uma investigação das relações sociais e políticas intra-nacionais.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1977, p.10) procuraram mostrar a relação entre forças internas e externas, que estabelecem conexões que não se podem reduzir à exploração e coerção externas que incidem sobre os países periféricos, mas que compõem situações de assimetria econômica internacional pela coincidência de interesses das classes dominantes locais e das estrangeiras. Desse modo, a dominação alienígena é também interna, já que se dá pelo acordo das elites da periferia com as do centro (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 14).

Ainda, as classes dominantes aliadas com as elites internacionais que ocupam o poder em um país subdesenvolvido mudam de acordo com a estrutura econômica interna. Assim, na sociedade agrário-exportadora, os detentores do capital internacional detinham controle econômico sobre as áreas onde existiam economias de enclave, ao mesmo tempo em que faziam uma aliança de substrato político com as classes dominantes locais (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 35). Nas economias onde existe um controle nacional do sistema produtivo, seja agrícola ou minerador, existiria, por outro lado, uma dominação econômica e política dos produtores nacionais de bens primários de exportação, que, todavia, estariam em conluio com as elites financeiras e comerciais das economias centrais (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 21). Já na fase de industrialização por substituição de importações a burguesia nacional passou a figurar no jogo político e social, promovendo uma aliança desenvolvimentista com o Estado e com os trabalhadores (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 44) Por fim, com a internacionalização da produção latino-americana, depois da Segunda Guerra Mundial, as corporações internacionais passaram a aliar seus interesses às classes dominantes nacionais (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 54), assim como à classe- média ligada a essa nova produção industrial internacionalizada (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 65).

Essa última situação daria origem a países periféricos, industrializados e dependentes (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 59), já que o fluxo de capital e as decisões econômicas passam a ser controlada desde fora (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 58), o que restringe a autonomia do sistema econômico nacional e, por consequência, também as decisões políticas de desenvolvimento (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 59).

Para poder falar em países periféricos, industrializados e dependentes (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 59), que estariam em um processo de desenvolvimento dependente (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 65), os autores viram a necessidade de fazer uma diferenciação conceitual entre os termos: subdesenvolvimento (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 12-13), periferia e dependência. Cardoso e Faletto (1977, p. 12) admitem, de antemão, que os termos estavam sendo usados pelo pensamento desenvolvimentista¹⁶ de forma sobreposta. Assim, a ampliação do sentido de subdesenvolvimento-desenvolvimento pela dupla conceitual periferia-centro, a qual inclui as noções de desigualdade de posições e de funções dentro de uma mesma estrutura global de produção, seria correta, mas o uso das categorias de dependência e autonomia como sínteses, ao mesmo tempo, das noções de subdesenvolvimento e desenvolvimento e de centro e periferia seria equivocada.

Os conceitos em questão se referem, para os autores, a dimensões diferentes e têm, portanto, significados teóricos distintos. A ideia de subdesenvolvimento (e de desenvolvimento)¹⁷ diz respeito apenas “[...] ao estado e grau de diferenciação do sistema produtivo [...]” (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 12). Essa definição ampla está de acordo com a mais específica de Furtado (1961, p. 90), apresentada acima. Para esse autor, a diferenciação no sistema produtivo se dá pela tecnologia, de forma que um país desenvolvido seria aquele onde não há desocupação de fatores e, portanto, só é possível aumentar a produtividade pela inovação tecnológica,

¹⁶ É importante ressaltar, aqui, que a teoria da dependência, propriamente dita, sucede, temporalmente, o pensamento cepalino e o nacional-desenvolvimentista (apesar de esse trabalho, por motivos argumentativos, apresentar a teoria da dependência, propriamente dita, antes do nacional-desenvolvimentismo) dialogando e criticando aspectos de ambas as correntes (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 9). Consideramos, portanto, que o ponto intelectual a partir do qual Cardoso e Faletto (1977) reorganizam a definição das duplas conceituais em questão é justamente o tratamento que essas ideias vinham recebendo por essas duas Escolas antecessoras, o que será mostrado.

¹⁷ Cardoso e Faletto (1977) definem apenas os termos dependência e subdesenvolvimento. A indicação de que as definições também se aplicam aos opostos conceituais: autonomia e desenvolvimento é feita por nós. Acreditamos lógica essa extensão, já que as definições feitas por esses autores têm caráter apenas analítico e, não, prescritivo, de forma que os significados atribuídos aos conceitos explicitados pelos autores são perfeitamente transferíveis aos pares dessas ideias. Essa conclusão é ainda reforçada pelo fato de, logo em seguida à exposição dos conceitos de dependência e subdesenvolvimento, os autores em questão definirem periferia e centro de forma unificada, o que deixa a impressão de que a omissão dos pares conceituais das ideias de dependência e subdesenvolvimento ter sido apenas uma questão de redação e não algo proposital em relação ao argumento pretendido por Cardoso e Faletto (1977).

enquanto o subdesenvolvido seria aquele onde se pode aumentar a produtividade ocupando mais fatores pela introdução de técnicas já conhecidas.

Por outro lado, os conceitos de centro e periferia se relacionam “[...] às funções que cumprem as economias subdesenvolvidas (e desenvolvidas) no mercado mundial [...]” (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 13). Essa definição de coaduna com a visão de Prebisch (1982b, p. 99), já exposta anteriormente, sobre centro e periferia. Segundo esse autor, os países desenvolvidos e subdesenvolvidos cumprem funções desiguais no comércio e finanças internacional, como, respectivamente, exportadores de manufaturados e de produtos primários (PREBISH, 1982a, p. 205) e de devedores e credores de divisas (PREBISH, 1982b, p. 100). Assim esses países de funções econômicas internacionais contrapostas podem ser chamados de centro e periferia, inclusive porque, como visto, essas relações econômicas desiguais tendem a se perpetuar (PREBISH, 1982a, p. 205; PREBISH, 1982b, p. 100), de forma que os termos não mostram apenas um retrato das relações econômicas internacionais, mas uma tendência.

Já a noção de dependência (e de autonomia) se refere às “[...] condições de existência e de funcionamento do sistema econômico e do sistema político [...]” e mostra os vínculos, no plano interno e externo, entre ambos (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 12).¹⁸ ¹⁹ Essa definição é menos generalizável ao pensamento desenvolvimentista como um todo, principalmente no que diz respeito aos vínculos entre os sistemas econômicos e político no âmbito interno, campo de investigação particular dos teóricos da dependência *stritu senso*. A parte da definição mais geral, entretanto, que mostra a integração entre economia e política nos conceitos de dependência e autonomia, é compartilhada por Sunkel e Paz (1970, p. 37). Segundo esses autores cepalinos, como visto, a complementariedade econômica entre países centrais e periféricos não implica uma relação de poder político simétrica entre ambos: os Estados centrais são dominantes e os periféricos são dependentes. Os

¹⁸ As citações diretas desse parágrafo são resultantes de traduções livres dos correspondentes extratos do texto original em espanhol.

¹⁹ Essas definições, mesmo que não levem às mesmas conclusões de Cardoso e Faletto (1977), por serem a organização, como se viu, dos conceitos utilizados por todas as correntes de pensamento desenvolvimentistas compendiadas nesse capítulo, serão aproveitadas no restante desse trabalho, de forma que se possa ver, com mais precisão, como esses conceitos são incorporados nos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília.

primeiros teriam, assim, difundido um ordenamento político-econômico internacional de constituição liberal (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 18-19, 225, 272, 327, 344).

A partir dessas definições, os autores concebem a possibilidade de que um país pode passar por mudanças profundas em seu sistema produtivo, como o desenvolvimento, sem, que, no entanto, constituam-se, em consequência, centros de decisão político-econômica plenamente autônomos na nação em questão (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 13). Essa virtualidade, como vimos, se concretiza, após a Segunda Guerra Mundial, nos países latino-americanos (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 54), que passam, então, por um processo de desenvolvimento dependente (CARDOSO e FALETTO, 1977, p. 65), configurando-se como países industrializados, mas periféricos e dependentes (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 59).

Essa observação de Cardoso e Faletto de que a dependência pode ser mantida apesar da industrialização, encontra continuidade lógica no pensamento de Theotônio dos Santos (1970). Esse autor procura explicar a manutenção do subdesenvolvimento latino-americano, após a Segunda Guerra, apesar da industrialização havida anteriormente, principalmente a partir dos anos de 1930. O desenvolvimento capitalista teria ocorrido na América Latina na primeira metade do século XX, mas teria passado a ser uma necessidade do próprio centro do capitalismo na segunda metade do mesmo século, de tal forma que a industrialização não seria mais meio de romper com o subdesenvolvimento, mas, pelo contrário, uma nova forma de reforçá-lo nas economias periféricas. Isso evidencia-se pelo fato de as atividades industriais mais dinâmicas na periferia passarem a estar em mãos de empresas multinacionais. Assim, a dependência deixa de manifestar-se, principalmente, pelas trocas desiguais entre centro e periferia e passa a ocorrer, no setor produtivo, pela dependência de tecnologias e pelos direitos autorais e, nas finanças externas, pelos investimentos diretos externos, os fluxos de capitais especulativos, o envio de remessas de lucros, o endividamento externo e a imposição de políticas monetaristas. Esse novo cenário assimétrico é sumarizado no termo *dependência tecnológico-industrial*. (SANTOS, 1970, p. 55)

1.1.2 O nacional-desenvolvimentismo

Segundo Ricardo Bielschowsky (2004, p. 127) o pensamento desenvolvimentista nacionalista se originou no setor público e remonta em sua forma embrionária ao I Governo Vargas, às ideias e práticas dos técnicos civis e militares que atuaram em órgãos governamentais voltados para a solução de problemas do desenvolvimento nacional. Esses servidores públicos, como sejam Barbosa Caneiro, Horta Barbosa, Macedo Soares, Anápio Gomes e Aldo Franco, teriam sido os mentores de desenvolvimentistas nacionalistas que viriam a se destacar nos anos 50, tais como Jesus Soares Pereira, Américo Barbosa de Oliveira, Tomás P. Accioly Borges e Rômulo de Almeida (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 127).

Esses primeiros expositores do nacional-desenvolvimentismo tiveram expressão política importante durante o II Governo Vargas. Eles, liderados por Celso Furtado e Barbosa Oliveira, constituíram, nos anos 50, o primeiro grande agrupamento nacional-desenvolvimentista, denominado Clube dos Economistas. Esse grupo editou a Revista Econômica Brasileira, principal responsável pela difusão das ideias cepalinas no Brasil nessa época. (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 129)

Outro grande veículo de divulgação as ideias do movimento foi a revista Cadernos do nosso tempo, do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp). Esse órgão e o seu sucessor, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), foram as instituições fundamentais na formulação e difusão do pensamento nacional-desenvolvimentista entre 1953 e 1964. O Iseb revelou uma discussão interdisciplinar em torno das ideias nacional-desenvolvimentistas, já que contou tanto com a divulgação de ideias econômicas cepalinas, como com contribuições de destacados sociólogos, filósofos e historiadores, tais como Helio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Vieira Pinto, Candido Mendes e Nelson Werneck Sodré. (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 130)

As ideias econômicas, em específico, do nacional-desenvolvimentismo ganharam síntese e unidade no pensamento de Celso Furtado, autor que trouxe os conceitos estruturalista da Cepal, dos quais era co-autor, para a análise da economia brasileira. (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 132) Três foram esses argumentos econômicos próprios da corrente do nacional-desenvolvimentismo: a defesa da

liderança do Estado no processo de desenvolvimento, a submissão das políticas monetárias e cambiais ao desenvolvimento e as reforma de base. (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 134)

Furtado apresenta a necessidade do protagonismo do Estado no desenvolvimento econômico com base no argumento de que a acumulação de capital necessária para o prosseguimento da industrialização não poderia vir da poupança privada interna, por causa dos hábitos de consumo da elite brasileira (FURTADO, 1961, p. 221), como já visto no item 1.1.1.1, como tampouco poderia advir da entrada descontrolada de capitais externos, já que esses, para o autor, gerariam, se deixados às forças do mercado, uma evasão de renda do país para o estrangeiro (FURTADO, 1962, p. 111). Exigindo-se, portanto, uma política estatal que discipline a entrada desses capitais externos (FURTADO, 1962, p. 111). Mais do que isso, o economista acreditava que setores básicos da economia, como siderurgia e petróleo, deveriam ter autonomia em relação ao mercado, cabendo ao Estado seu controle (FURTADO, 1962, p. 112).

No tocante a políticas monetárias e cambiais, o autor não as defendia em prejuízo do desenvolvimento, mas nem tampouco ignorava o fato de que o desenvolvimento não pode prescindir de estabilidade econômica (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 134). A inflação era, para Furtado, resultado, no Brasil do início da década de 1960, da contradição entre o consenso político em torno da necessidade de investimentos estatais para o desenvolvimento e a simultânea ausência de entendimento sobre a necessidade de uma reforma tributária que capacitasse o Estado para esse papel (FURTADO, 1962, p. 43; BRASIL, Presidência da República, 1963, p. 38-39).

Para o autor, essa reforma era a chave para, ao mesmo tempo, combater a inflação (FURTADO, 1962, p. 43) e garantir a capacidade de investir do Estado (BRASIL, Presidência da República, 1963, p. 194).

No que diz respeito às reformas de base, Furtado daria, na fase em que estava ligado ao pensamento nacional-desenvolvimentistas, uma atenção a essas questões distributivas, não como fins em si mesmas, mas como requisitos para o processo de industrialização plena, com reduzidos custos sociais e sem riscos revolucionários. A industrialização plena era, essa sim, considerada a solução estrutural para os problemas sociais básicos (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 154, 162).

A reforma tributária figurava entre essas mudanças basilares. Como já observado acima, essa seria o meio adequado para aumentar a capacidade de investimento do Estado. Ela, no entanto, não deveria incidir igualmente sobre todas as classes, incrementando a carga tributária, principalmente, dos grupos sociais que acumulavam mais renda, de forma que se tornaria também um mecanismo distributivo (FURTADO, 1962, p. 43) necessário do desenvolvimento. Isso porque, para o autor, as elites econômicas acabavam, no Brasil, não por concentrar investimentos, mas consumo (FURTADO, 1958, p. 47), de forma que a poupança compulsória dessas classes pela ação fiscal do Estado se apresentava como saída para aumentar a taxa de investimento no Brasil. (GRUPO MISTO CEPAL-BNDE²⁰, 1957a, p. 23)

Argumento semelhante é apresentado por esse autor na sua defesa da reforma agrária. A concentração de propriedade geraria uma agricultura que não responde ao aumento da procura pela absorção de técnicas e de capitais, mas pelo aumento de estéril dos preços, de forma a apenas aumentar a renda relativa dos proprietários e incrementar seu consumo. (FURTADO, 1958, p. 49; FURTADO, 1962, p. 14, 45) A não redução dos preços agrícolas por causa da não incorporação de novas técnicas e capitais manteria baixos os salários reais da economia brasileira, dificultando, assim, a expansão interna do mercado consumidor para os industrializados nacionais (BIELSCHOWSKY, 2004, p.161; FURTADO, 1962, p. 14).

Como foi observado, o pensamento nacional-desenvolvimentista não se restringia às ideias econômicas, tendo tido, no âmbito do Iseb (incluindo intelectuais próximos mas não filiados à instituição), contribuições de diversas áreas do conhecimento (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 130). Assim, essa instituição, além da divulgação dos conceitos econômicos cepalinos (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 130), tais como os de Celso Furtado, trouxe importantes contribuições sociológicas e filosóficas ao nacional desenvolvimentismo (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 130).

O tema do nacionalismo ganhou uma interpretação própria nesse contexto, afastando os riscos de xenofobia e advogando um nacionalismo econômico, que trouxesse a consciência de que "...o desenvolvimento se realiza nos quadros nacionais, em mercado ou a partir de um mercado nacional..." envolvendo, assim, a

²⁰ O grupo misto Cepal-BNDE foi outro *locus* do pensamento nacional-desenvolvimentista e foi chefiado por Celso Furtado entre 1954 e 1955 (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 133)

afirmação do Estado nacional, que "...define as fronteiras e as instituições desse mercado" (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 16)

Assim,

O que pretendia o ISEB é que o Brasil fosse tão nacionalista quanto são os países desenvolvidos. Que possua um Estado, uma elite política no governo, e cidadãos na vida social tão capazes de defender os interesses nacionais quanto aqueles que existem nos Estados Unidos, na Inglaterra, ou na França. (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 16)

Ainda, para Hermes Lima (1955, p. 87), um dos autores de Cadernos do nosso tempo, o nacionalismo brasileiro ganharia sentindo quando alicerça a industrialização e a conseqüente incorporação das grandes massas a níveis de renda maiores.

Esse nacionalismo econômico deveria contrapor o que Hélio Jaguaribe (1953, p. 2) diagnosticava como alienação colonialista, a partir da qual

O problema do nosso tempo, inclusive aqueles que afetam diretamente o Brasil, são considerados segundo as perspectivas dos interesses alienígenas. Recebemos do estrangeiro, juntamente com os problemas, sua interpretação pré-fabricada. (JAGUARIBE, 1953, p. 2)

Na interpretação, *a posteriori*, de Luiz Carlos Bresser-Pereira sobre essa questão nacional-desenvolvimentista, a alienação intelectual

Reproduz no Brasil a cultura estrangeira de forma transplantada, ornamental, desligada dos problemas reais do país; reproduz inclusive a oposição esquerda-direita nesses termos, revelando-se incapaz de pensar os problemas nacionais com originalidade e autenticidade. (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 17)

O conceito isebeiano de nacionalismo teve uma explanação mais completa na obra do filósofo Álvaro Vieira Pinto. Para o filósofo o nacionalismo é crucial à existência da nação, de modo que "[o] dilema entre nacionalismo e não-nacionalismo é de caráter ontológico, diz respeito ao ser da nação, a qual deve permanentemente reafirmar-se sob pena de desintegrar-se" (PINTO, 1960, p. 316).

Ainda, o nacionalismo é um conceito móvel diante da história da nação, de forma que, no caso do Brasil, houve, diante do colonialismo, a preocupação primeira com a definição da forma jurídica da nação. Essa realidade, no entanto, evoluiu, e, na fase de industrialização, o desenvolvimento econômico passa a ser o conteúdo, o requisito para a existência plena da nação e, portanto, o nacionalismo dessa segunda fase precisa ser a consciência dessa necessidade de desenvolvimento. (PINTO, 1960, p. 300).

Mas não é apenas a nação que requer o desenvolvimento, esse também só se torna possível, na periferia, diante de uma coesão nacional. Isso porque a industrialização tardia enfrenta problemas dissimilares daqueles encontrados pelos países pioneiros da Revolução Industrial. Enquanto estes países, que mais tarde se tornaram centrais, tiveram como opositores do seu desenvolvimento apenas as suas próprias elites agrárias e mercantis, os países periféricos encontram como obstáculos adicionais os interesses localizados no centro do capitalismo e as elites locais a eles aliadas. Assim, para contrapor esse conluio e garantir o sucesso do desenvolvimento, esse precisa ser um fenômeno de massas com consciência nacional. (PINTO, 1956, p. 29)

É possível encontrar, na obra de Hélio Jaguaribe (2013²¹, p. 45-46), uma análise mais específica de quem seriam essas massas, assim como o ponto de vista de que também parcelas da classe-média e da elite brasileira seriam nacionalistas. Assim, a partir do desenvolvimento que se inicia na década de 1930, a classe trabalhadora teria expandido sua capacidade de consumo e, por consequência, identificado o nacionalismo econômico com seus próprios interesses (JAGUARIBE, 2013, p. 42-43, 45).

A mesma transformação econômica também foi o contexto no qual tornaram-se nacionalistas os quadros técnicos e administrativos ligados ao planejamento desenvolvimentista do Estado e a *intelligentsia* da classe média (JAGUARIBE, 2013, p. 42-43, 45). O argumento para o nacionalismo dos quadros técnicos e administrativos seria o da consciência crítica sobre os problemas e potencialidades nacionais derivada da funcionalidade desse indivíduos dentro dos planos de desenvolvimento do governo (JAGUARIBE, 2013, p. 46-47).

Já o nacionalismo dos intelectuais da classe média se explica por argumentos que se referem ainda mais a questões culturais e deslocadas dos interesses materiais desse segmento. Seria o nível cultural mais elevado desse grupo social que lhe permitiria ter o conhecimento "sociológica e historicamente qualificado da realidade brasileira" (JAGUARIBE, 2013, p. 47), que possibilita um pensamento crítico, mas, ao mesmo tempo afirmativo em relação à nação (JAGUARIBE, 2013, p. 46-47).

²¹ É importante lembrar aqui que essa obra é, originalmente de 1958, tendo sido elaborada no âmbito do Iseb.

No que diz respeito às classes superiores, o nacionalismo estaria presente na consciência da burguesia industrial brasileira — também denominada de burguesia nacional em outra obra de Jaguaribe (1956) —, já que essa teria interesse na proteção da industrialização endógena que ela ajudava a promover. (JAGUARIBE, 2013, p. 45).

Esse mesmo autor também apresenta uma reflexão sobre política externa brasileira. Para Hélio Jaguaribe, o conjunto desses segmentos sociais nacionalistas e desenvolvimentistas possibilita, tanto pela opinião pública quanto nas estruturas do Estado, uma política externa independente ou autônoma. Esta, por seu turno, reforçaria o próprio desenvolvimento econômico e social, fortalecendo essas classes e a funcionalidade do Estado e, portanto, consolidando a política externa autônoma. (JAGUARIBE, 2013, p. 347-353)

Além desse alicerce interno, seria necessário também, no plano externo, obter o apoio da América Latina para essa autonomia internacional brasileira, começando pela concórdia com a Argentina (JAGUARIBE, 2013, p. 356), já que o fim da discórdia entre o Brasil e esse país seria fundamental, por causa do grande peso de ambos no sub-continente, para possibilitar a cooperação política e o consequente aumento do poder de barganha das repúblicas latino-americanas (JAGUARIBE, 2013, p. 357). Essa busca por apoio externo se dá, para o autor, pela necessidade de juntar forças para contrapor a oposição dos EUA a essa autonomia em assuntos externos, esta se expressaria em neutralismo à época da Guerra-Fria (JAGUARIBE, 2013, p. 355-356).

Tendo visto a análise de Jaguaribe sobre as condições internas e internacionais de sustentação de uma política externa autônoma, resta mostrar o conteúdo desta para o autor. A independência de ação externa é a contraproposta do intelectual a uma aliança incondicional do Brasil com os EUA. Essa duramente criticada por Jaguaribe, já que inseriria o Brasil no eixo de conflito das superpotências, onde prevalecia a rivalidade estratégico-militar e um ordenamento político-jurídico mundial que não estava sujeito às diferenças ideológicas entre americanos e soviéticos. Esse americanismo ilimitado alienaria o país do eixo de rivalidade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, no qual estariam em jogo os verdadeiros interesses, centrados na questão do desenvolvimento, de um país como o Brasil. (JAGUARIBE, 2013, p. 315-317)

Nesse sentido, Helio Jaguaribe visualiza uma coalizão do sul global, cuja eficácia dependeria da capacidade de unir países com diferenças políticas, mediante o reconhecimento da semelhança da sua situação econômica internacional — o subdesenvolvimento. Esse bloco de países em desenvolvimento deveria se contrapor a pressão exercida sobre eles, no plano individual, pelas superpotências. (JAGUARIBE, 2013, p. 342)

Maria Regina Soares de Lima considera que essa ideia de aliança do sul global é onde se expressa a influência principal do pensamento de Raúl Prebisch sobre os conceitos de política externa de Hélio Jaguaribe. Para a autora, Prebisch, além de ter lançado a fundamentação para a importância dada por Jaguaribe ao desenvolvimento econômico e social do país e, por conseguinte, ao papel instrumental e complementar que a política externa deve ter em relação a esse imperativo, também construiu, por meio de conceitos econômicos e materialistas, as bases para um novo fator psicológico: a identidade comum dos países do sul por meio do seu auto-reconhecimento como economicamente periféricos —, o que serviria como substrato simbólico para unir politicamente os países latino-americanos e do terceiro mundo em geral. (LIMA, 1992, p. 61-62)

Do ponto de vista epistemológico, Hélio Jaguaribe, teria alçado a ação externa no Estado a um fenômeno digno de análise própria (LIMA, 1992, p. 62), já que o autor, apesar de não prescindir das bases conceituais econômicas e estruturalistas herdadas da Cepal, não as transforma em determinismo. Assim, para o intelectual, a ação externa do Brasil não é produto automático do interesse da potência econômica hegemônica (LIMA, 1992, p. 62). O país, apesar de sua situação periférica no capitalismo internacional, encontra forças, a partir de sua articulação nacionalista, para promover uma política externa de interesses próprios.

1.1.3 O pensamento independentista sobre política externa brasileira

Segundo Maria Regina Soares de Lima, o paradigma globalista, uma teoria de ação diplomática de vertente autonomista (LIMA, 1994, p.77) — também descrita pela autora como uma teoria da autonomia (LIMA, 1994, p.81), encontra sua explanação mais completa nos trabalhos de Araújo Castro e é fortemente

influenciado pelas ideias cepalinas e nacional-desenvolvimentistas, principalmente, pelos conceitos elaborados, dentro dessas vertentes de pensamento, por Raúl Prebisch e Hélio Jaguaribe, respectivamente (LIMA, 1994, p.76).

Assim, seria possível remontar os antecedentes intelectuais de Araújo Castro desde todas as suas fontes originais, mas, como o pensamento da Cepal influenciou direta e decisivamente o nacional-desenvolvimentismo, de forma que o último incorporou em plenitude e desenvolveu as ideias da primeira Escola (como se viu no item 1.1.2), considera-se mais parcimonioso e favorável ao entendimento da progressão do pensamento sobre política externa brasileira analisar apenas a influência mais imediata, a do nacional-desenvolvimentismo sobre o paradigma globalista. Ainda, mais especificamente, em prol dessa mesma clareza de compreensão, vê-se como possível, extrair, sem perdas conceituais, do pensamento sobre política externa brasileira de Hélio Jaguaribe as influências nacional-desenvolvimentistas acumuladas e já desenvolvidas em seus desdobramentos teóricos para a PEB (como também foi visto na partição 1.1.2) que incidiram sobre as ideias de Araújo Castro.

Ao analisar, portanto, o pensamento deste intelectual-diplomata com referência a esse legado conceitual sintetizado no pensamento sobre política externa de Hélio Jaguaribe, é preciso, antes de mais nada, atentar para uma distinção que Araújo Castro faz em relação ao seu objeto de estudo. Existe, para esse pensador, uma distinção entre política externa brasileira e política internacional do Brasil.

A primeira representaria os elementos históricos da diplomacia brasileira, tais como a defesa dos princípios de igualdade soberana e das normas de solução pacífica de controvérsias, definidos no cenário internacional (CASTRO, 1972, p. 8). A política externa corresponderia, para Araújo de Castro, ao conceito de tática no âmbito da segurança militar, necessitando ser complementada por uma estratégia (CASTRO, 1972, p. 9).

Essa seria a Política Internacional do Brasil, a qual é mais do que a mera relação do Brasil com as questões que podem ter tratamento suficiente no campo da ação diplomática imediata, como demarcação de fronteiras e declarações de princípios (CASTRO, 1972, p. 8), incluindo, outrossim, um sentido programático em relação a interesses nacionais que não se resolvem apenas no contado diplomático externo, mas na integração desse com as necessidades internas do país. A Política

Internacional do Brasil definiria, assim, uma política propriamente brasileira frente aos problemas do mundo (CASTRO, 1972, p. 8). Essa política brasileira deve ter como diretriz, para o embaixador, o objetivo de eliminar os obstáculos, principalmente ao desenvolvimento econômico tecnológico e científico pleno, à preservação da cultura e identidade nacionais (CASTRO, 1972, p. 8, 22). Além disso, ao buscar essas metas, o país não pode ter um alinhamento aos EUA, já que os interesses dos dois países nem sempre coincidem (CASTRO, 1972, p. 27), sendo necessário assim, uma política internacional independente do Brasil.

Essa necessidade de remover empecilhos ao desenvolvimento deriva da visão do diplomata-intelectual sobre o contexto internacional. Nesse inexistiria um sistema de justiça distributiva, fato que conferiria aos países subdesenvolvidos o direito e, até, o dever de promover ativamente o seu interesse nacional (CASTRO, 1972, p. 22).

É possível observar, na definição do conteúdo de uma Política Internacional do Brasil, de Araújo Castro, forte influência do pensamento nacional-desenvolvimentista sobre política externa brasileira de Hélio Jaguaribe. Para esse autor, como vimos, a cultura e a identidade nacionais bem definidos, ou nos termos desse pensador, a afirmação do nacionalismo brasileiro é condição para uma política externa autônoma (JAGUARIBE, 2013, p. 347-353), tal qual a Política Internacional do Brasil proposta por Araújo Castro. De tal forma que se pode compreender a importância dada por este autor à defesa dessa identidade nacional no campo externo: ela seria a pedra fundamental para sustentar a ação externa relativa ao primeiro objetivo de Política Internacional do Brasil elencado pelo embaixador: o desenvolvimento econômico pleno.

Outro pilar de sustentação dessa Política Internacional do Brasil, desenvolvimentista e de natureza autônoma, seria o desenvolvimento industrial prévio (CASTRO, 1972, p. 9). Existe aqui uma analogia indireta com o pensamento de Jaguaribe (2013), já que para este autor o desenvolvimento fortalece o nacionalismo econômico e esse é condição para uma política externa mais autônoma (JAGUARIBE, 2013, p. 347-353). Pode-se dizer, ainda, desse modo, que para Araújo Castro (1972) o desenvolvimento industrial é condição, enquanto o desenvolvimento pleno, incluindo ciência e tecnologia, é finalidade da Política Internacional do Brasil.

A própria orientação da Política Internacional do Brasil para esta meta, no pensamento de Castro (1972), também aponta para uma ponte com as ideias de Jaguaribe (2013), já que, para o último, como visto, o desenvolvimento é o verdadeiro interesse nacional de um país como o Brasil e aquilo que deve ser buscado no plano internacional (JAGUARIBE, 2013, p. 315-317).

No pensamento de Araújo Castro (1972, p. 15-16), o desenvolvimento deveria ser buscado por uma estratégia de política internacional que se inserisse no eixo norte-sul, já que seria nesse que estariam estruturados os obstáculos internacionais ao desenvolvimento²². E, não, no eixo leste-oeste onde haveria um congelamento do poder entre as superpotências na época da Detente, o qual se manifestaria pela consolidação do poder dessas frente ao restante do mundo e, nesse sentido, pela oposição aos esforços internacionais dos países subdesenvolvidos (CASTRO, 1972, p. 15).

Na interpretação de Maria Regina Soares de Lima (1992, p. 59), essa diferenciação que Araújo Castro faz entre os eixos leste-oeste e norte-sul, revela, também uma diferença temática entre os dois eixos. No primeiro prevaleceria a oposição de interesses político-estratégicos entre superpotências, enquanto no segundo predominaria o conflito econômico entre países desenvolvidos e periféricos. Como vimos, pensamento muito semelhante já havia sido exposto por Jaguaribe (2013, p. 315-317), quando esse critica o americanismo justamente pelo fato de esse inserir o país na rivalidade estratégico-militar das superpotências e, não, nas questões de desenvolvimento presentes nas relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Adicionalmente a essa influência, Araújo de Castro (1972) também adere à ideia de Jaguaribe (2013, p. 342) de que se faz necessária uma aliança do sul global

²² Esses conceitos de norte e sul, concebido por Castro (1972), são a expressão, em termos espaciais, geográficos, das duplas conceituais conceituais: desenvolvimento-subdesenvolvimento, centro-periferia e dependência-autonomia utilizados em todo o pensamento desenvolvimentista visto nesse capítulo e definidos, de forma precisa, por Cardoso e Faletto (1977). O enquadramento na categoria norte-sul desses conceitos, ao mesmo tempo que tem o mérito analítico de identificar que a maioria dos países subdesenvolvidos, periféricos e dependentes se encontram no hemisfério sul e as nações com as características opostas estão localizadas, predominantemente, no norte do globo e que possui a vantagem de simplificar a discussão teórica, transformando os conceitos em instrumento para o discurso e ação política em prol de uma identidade econômica dos países do Sul, incorre no risco de obscurecer as nuances e combinações desse conceitos em realidades específicas. Por esse motivo a ideia de norte e sul não vai substituir, mas apenas se justapor, nesse trabalho, às duplas conceituais acima expostas na análise de sua influência sobre os estudos de inserção internacional do Brasil na Escola de Brasília.

para fortalecer suas demandas internacionais frente ao mundo desenvolvido. Para o primeiro autor, os países em desenvolvimento compartilham interesses comuns e, portanto, devem fazer um esforço comum de superação das estruturas internacionais que os desfavorecem. (CASTRO, 1972, p. 16)

É importante observar, por fim, que Araújo Castro (1972, p. 9-10) defende essa Política Internacional independente na forma de um pragmatismo sem entusiasmos líricos, mas, também, sem pessimismos irracionais. Uma via intermediária de ação, portanto.

1.2 Os conceitos do pensamento desenvolvimentista e da Política Externa Independente nos estudos da inserção internacional do Brasil na Escola de Brasília

Identifica-se, nessa partição, que as três correntes do pensamento desenvolvimentista latino-americano: o ideário cepalino, a teoria da dependência e o nacional-desenvolvimentismo, assim como as ideias das PEI, têm uma forte influência sobre a definição do objeto de estudo (1.2.1) e sobre as opções analíticas e prescritivas nas investigações desse objeto (1.2.2) nos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília. Tão forte que se pode chegar a dizer que existe uma herança intelectual, ou, até, uma continuidade entre essas linhas de pensamento e as análises de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília. É possível, observar, mesmo, uma linha de evolução, desde o pensamento cepalino até os estudos dessa Escola. Ao longo do item 1.1 observou-se que existe essa linha intelectual, que vai do campo da economia ao do pensamento de política externa, passando pela sociologia e pela história, mediante influências cumulativas, entre a Cepal, o nacional-desenvolvimentismo e as ideias da PEI. Nessa seção, vai procurar-se mostrar que os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília são parte dessa linha de sucessão, mas também serão revelados o pontos de diferenciação das análises da referida Escola em relação aos seus antecedentes intelectuais.

1.2.1 Questões sobre o objeto de estudo

Nesse item, procurar-se à, tendo como referência principal o pensamento da PEI, ver como as ideias metodológicas desse, mas também, por vezes, da cepal, do nacional-desenvolvimentismo e da teoria da dependência, propriamente dita, são incorporados (e, em menor escala, negados, ou modificados) aos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília. Os temas principais aqui são a definição do objeto de estudo como a inserção internacional do Brasil (1.2.1.1) e a discussão em torno do papel do homem de Estado como ator dessa inserção internacional (1.2.1.2).

1.2.1.1 Inserção Internacional

Nas obras *Inserção Internacional*, de Amado Cervo (2008c, p. 3), *Relações Internacionais do Brasil*, de Paulo Vizentini (2005, p. 12) e *História da Política Exterior do Brasil*, de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2010, p. 14), os respectivos autores denominam o seu objeto de estudo de inserção internacional do Brasil.

O conceito de inserção internacional tem a sua melhor elucidação na obra *Inserção Internacional*, de Amado Cervo²³ (2008c). Para esse autor, o termo inserção internacional é capaz de abranger tanto a ação externa do Estado, a política externa²⁴, como a de agentes sociais (CERVO, 2008c, p. 3), sendo, assim,

²³ Esse autor é considerado como pai-fundador da Escola de Brasília (SARAIVA, 2003, p. 21–23), o que se confirma na sua presença, como autor, na maioria das obras de sentido global sobre a inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília (as quais foram selecionadas para serem estudadas nesse trabalho). Por esse motivo, as explicações conceituais de Cervo, muitas vezes bastante completas e esclarecedoras, se comparadas às dos outros autores aqui estudados, serão tomadas como representativas de todas as obras da Escola de Brasília aqui estudadas, desde que encontrem ressonância afirmativas nas obras dos outros autores aqui estudados (as quais também serão mostradas).

²⁴ Além da definição do que é inserção internacional, ponto mais importante nesse trabalho, também cabe definir o que é política externa, já que essa está incluída no conceito mais amplo de inserção internacional. A explanação completa está em Cervo (2008c). Para esse autor, política externa, por seu turno abrange a diplomacia, definida como campo de negociação. Esta, quando desprovida de uma diretriz nacional de ação externa — uma política externa — (CERVO, 2008c, p. 10), tem sua agenda e resultados conformados aos interesses das nações mais poderosas, que têm a capacidade

mais adequado para se referir às relações internacionais do Brasil, termo que diz respeito tanto a interações inter-estatais, como a transnacionais, assim como à pressão de agentes sociais, que espelham, principalmente, o grau de desenvolvimento econômico do país, sobre a formulação da política externa no interior do próprio Estado (CERVO, 2008c, p. 11).

A afirmação de Vizontini (2005, p. 12) de que sua obra trata da inserção internacional do Brasil é, nesse sentido, respaldada pelos comentários do próprio autor de que o tema envolve, além do Estado, diversas forças sociais (VIZENTINI, 2005, p. 9), o reconhecimento dessas forças para Vizontini (2005) não é, todavia, a mera inclusão dos chamados "novos atores" das Relações Internacionais (termo que ganhou força na década de 1990), mas se trata, principalmente dos atores econômicos, aqueles que, consciente ou inconscientemente, sempre estiveram envolvidos na inserção internacional do Brasil, interna e externamente, já que "...a definição do nosso espaço internacional influencia decisivamente na própria possibilidade de implementarmos um projeto nacional de desenvolvimento com justiça social, e vice-versa" (VIZENTINI, 2005, p. 9). Vizontini (2005, p. 9) explana, assim, de forma mais completa a ideia de Cervo (2008c, p. 11), vista acima, de que as forças sociais espelham, sobretudo, as forças econômicas transnacionais e o grau de desenvolvimento econômico interno, que são decisivos em relação a como essas forças exercem pressão sobre a formulação da política externa no interior do Estado e de como essa política externa age, por sua vez, sobre as condições econômicas, podendo modificar a configuração das forças econômicas do país.

de projetar seu interesse próprio na constituição de valores e padrões de conduta comuns (CERVO, 2008c, p. 8) (o reconhecimento dessa dinâmica pelos autores brasileiros será mais bem desenvolvida na parte 4 desse trabalho). Esses passariam a ser o objeto de negociação de todos os demais países, mostrando como a diplomacia, por si, é incapaz, de promover o interesse nacional, de países como o Brasil, no âmbito externo. Esse caráter externo da agenda da diplomacia também é reconhecido por Castro (1972, p. 8). Embora esse autor faça referência a esse campo de negociação como política externa, é visível a ponte com o conceito de diplomacia de Cervo (2008c). Para Castro (1972, p. 9), a política externa se refere à tática na interação com os demais países, e, assim, desprovida de outros conteúdos, acaba por tratar de questões de princípios, valores e condutas que dizem respeito, tanto em sua problematização como em sua solução, apenas ao contexto externo (CASTRO, 1972, p. 8), como a solução pacífica de controvérsias, a não-intervenção e a igualdade soberana, que acabaram sendo incorporados à tradição diplomática brasileira, mas que não são temas correspondentes, necessariamente, ao interesse nacional (CASTRO, 1972, p. 8). Essas precisariam de um tratamento estratégico — a formulação de diretrizes, conformadas ao interesse nacional, que dariam um conteúdo interno ao que, como vimos, Castro (1972) chama de política externa e Cervo (2008c) de diplomacia. Essa estratégia de ação externa ligada ao interesse nacional é chamada, por outro lado, de Política Internacional do Brasil por Castro (1972) e de política externa por Cervo (2008c).

De forma semelhante, Cervo e Bueno (2010, p.14) afirmam que a inserção internacional do Brasil se dá na dinâmica do sistema capitalista internacional e impacta sobre ele, promovendo ou retardando o desenvolvimento econômico e social interno, e que a formulação da política externa leva em conta as causalidades (2010, p. 12), que, como se verá melhor na parte 3 desse trabalho, se referem a forças sociais, principalmente às forças econômicas no caso de Cervo e Bueno (2010, p. 12) e, portanto, a agentes econômicos internos e externos que incidem sobre a formulação da política externa, a qual, por seu turno impacta sobre as possibilidades econômicas, desenvolvimento ou subdesenvolvimento, desses agentes internos.

Desse modo, pode-se dizer que as obras estudadas não expandem seu objeto de estudo da política externa à inserção internacional ao incluir outros atores internacionais, além do Estado, desde um ponto de vista da globalização dos anos de 1990 ou da interdependência concebida por Keohane e Nye, mas pelo ponto de vista da dependência, em sentido amplo. Essa visão de mundo, compartilhada pelas teorias desenvolvimentistas, assim como pelas ideias da PEI vistas nesse capítulo, leva a crer que forças sociais estiveram envolvidas na formulação e impacto da ação externa de um país desde o momento em que esse país passa a fazer parte do sistema capitalista mundial, já que este inclui, desde sempre, relações transnacionais de dependência

O reconhecimento disso está na análise dos fluxos comerciais e financeiros internacionais de Prebisch (1982a, p. 205, 208; 1982b, p. 99-100), que mostra a integração global entre as forças econômicas de cada país e o seu impacto sobre as condições de vida, desenvolvimento ou subdesenvolvimento, em determinado país, e também se encontra na descrição de Cardoso e Faletto (1977, p. 10, 14) de como setores sociais internos se ligam a classes externas na reprodução de laços de dependência internacional, assim como, no estudo de Jaguaribe (2013, p. 347-353) sobre a necessidade de uma aliança nacionalista entre forças sociais brasileiras para levar a frente uma política externa desenvolvimentista e, finalmente, na afirmação de Araújo Castro (1972, p. 9, 22) de que o desenvolvimento econômico é condição para uma política externa independente e desenvolvimentista e de que essa pode favorecer o desenvolvimento nacional pleno.

Pelo que vimos nas obras de Cervo (2008), Vizentini (2005) e Cervo e Bueno (2010) essas são, sobretudo, influenciadas, ao definir seu objeto de estudo como

inserção internacional do Brasil, pelos pensamentos cepalino de Prebisch (1982a; 1982b) e da PEI, de Castro (1972). Como mostrado, para Prebisch (1982a, p. 205, 208; 1982b, p. 99-100) e Castro (1972, p. 9, 22), respectivamente, assim como para os autores brasileiros (CERVO, 2008c, p. 11; CERVO; BUENO, 2010, p. 12; VIZENTINI, 2005, p. 9), as forças econômicas capitalistas estão globalmente interligadas e reproduzem desenvolvimento e subdesenvolvimento em países distintos do mundo. Essas condições econômicas, que se configuram como forças sociais econômicas internas e externas, impactam sobre a formulação de política externa. E, essa, por sua vez, tem a capacidade de alterar as forças econômicas internas que sobre ela incidem.

Vimos, até aqui, que a inserção internacional do Brasil, objeto de análise das obras estudadas, não diz respeito apenas à ação externa do Estado, mas também às forças sociais, internas e externas, que incidem sobre as relações exteriores, as quais, por outro lado, são capazes de alterar as forças econômicas, já que podem favorecer o desenvolvimento econômico. Assim, como indicado anteriormente, o termo inserção internacional não diz respeito à justaposição de novos atores ao Estado, como se poderia supor a partir do pensamento interdependente relativo à globalização, mas à integração entre os atores, principalmente econômicos, e a ação externa do Estado.

1.2.1.2 O homem de Estado como ator

Na lógica da inserção internacional, como vista acima, o Estado, apesar de não ser o único ator envolvido na ação internacional do país é uma espécie de digestor dos interesses desses outros atores, de forma que a política externa do Estado acaba por abarcar os interesses econômicos, internos e externos ao país. Além desse papel de formulador de uma política externa representativa dos interesses sociais agregados — uma inserção internacional, portanto, como mostrado no item anterior — o Estado, mais precisamente o homem de Estado, tem também, como se tentará mostrar nessa seção, um peso próprio nas decisões sobre a ação externa do país.

Nesse sentido, Cervo e Bueno (2010, p. 12) apontam que os objetivos externos do homem de Estado podem se vincular em menor ou maior grau às forças sociais. Esse comentário corrobora a afirmação de Cervo (2008c, p. 11) de que as decisões sobre a ação exterior do país também dependem da subjetividade do homem de Estado. Ainda, no mesmo viés, Vizentini (2005, p. 11-12) dá importância aos homens de Estado ao vincular mudanças de objetivos na inserção internacional a diferentes presidentes da República e ministros das relações exteriores.

O peso do Estado, especificamente do homem de Estado (veremos na parte 3 que é de fato esse último que está em questão) sobre as decisões da ação externa do Brasil recebe um enquadramento teórico apropriado nos conceitos da Escola Francesa da História da Relações Internacionais, como se verá na parte 3. O que convém dizer, nessa parte do trabalho, é que o peso atribuído ao homem de Estado pelos autores estudados, afasta os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília das concepções da teoria da dependência propriamente dita, principalmente Cardoso e Faletto (1977) e do nacional-desenvolvimentismo, Jaguaribe (2013), que, como visto, concebem, respectivamente, o Estado como mera resultante de alianças de forças econômicas internas e internacionais e como derivação do predomínio de uma aliança nacionalista ou cosmopolita entre os setores sociais no interior do país.

Por outro lado, é possível dizer que os estudos da inserção internacional do Brasil, se aproximam da visão da Cepal (PREBISH, 1982b, p. 102; 1982c p. 255-256), já que essa vislumbrava um papel protagônico do Estado, como agente em si mesmo, no desenvolvimento econômico, ideia que, como se viu, é transposta ao campo da ação externa, na figura do homem de Estado, pelos estudos da inserção internacional do Brasil. Também há, aqui uma aproximação com o pensamento sobre PEI de Castro (1972, p. 9), que atribui ao elemento subjetivo — a vontade política — papel decisivo, ao lado das forças sociais, na implementação de uma política internacional do Brasil.

1.2.2 Análise e prescrição: inserção internacional como instrumento do desenvolvimento do país²⁵

Em sua obra *História da Política Exterior do Brasil*, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2010, p. 12), destacam, já na introdução, que as necessidades que se relacionam com os objetivos externos do Estado são sobretudo econômicas. Também afirmam que a interpretação histórica de sua obra está fundamentada na hipótese de que o setor externo, em um país como o Brasil, assume um caráter supletivo em relação ao desenvolvimento econômico e social. Isso se deve, segundo os autores, ao fato de que a inserção do país se dá no sistema capitalista internacional, de modo que a política presente nas relações externas do Brasil pode promover ou retardar o desenvolvimento nacional.

Ao aspecto desenvolvimentista também é atribuído papel interpretativo central na obra *Inserção Internacional*, de Amado Cervo (2008c). Na análise presente nesse livro, os conceitos e paradigmas da inserção internacional brasileira são tributários, principalmente, de teorias e modelos econômicos diversos no que tange ao desenvolvimento econômico. Assim, os conceitos de desenvolvimento que derivam, como visto acima, dos pensamentos desenvolvimentistas e da PEI, informam os paradigmas de inserção internacional valorizados pelo autor, quais sejam o desenvolvimentista e o logístico, enquanto são criticados momentos da inserção internacional onde predominaram as ideias liberais nas ações dos homens de Estado, tal como foi o caso dos paradigmas liberal-conservador e neoliberal.

Ainda, Vizentini (2005, p. 9), em sua obra *Relações Internacionais do Brasil*, ao dizer que “[...] a definição do nosso espaço internacional influencia decisivamente na própria possibilidade de implementarmos um projeto nacional de desenvolvimento com justiça social [...]” revela o ponto de vista analítico de que a inserção internacional é decisiva na realidade econômica social e, também, o argumento prescritivo de que essa inserção deve ser usada para promover um desenvolvimento nacional com justiça social.

²⁵ Outra influência (particularmente legada pelo pensamento da PEI) importante sobre os estudos de inserção internacional da Escola de Brasília corresponde à ideias dos eixos de inserção internacional e a predominância temática (político-econômica ou político estratégica), em cada um deles. Considerou-se, no entanto, que essa discussão seria mais bem desenvolvida na parte 3 desse trabalho.

Dessa forma, pode-se ver, nessas três obras a ponte com os argumento do nacional-desenvolvimentista e da PEI de que a ação externa do Brasil deve ter como objetivo primeiro o desenvolvimento (JAGUARIBE, 2013, p. 315-317; CASTRO, 1972, p. 8, 22), desobstruindo esse no cenário internacional, de modo a permitir seu avanço, inclusive no sentido de ciência e tecnologia (CASTRO, 1972, p. 8, 22).²⁶

1.2.2.1 O estudo da análise histórica da inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, tendo em vista a prescrição desenvolvimentista dos autores estudado

Essa seção vai analisar alguns períodos históricos da inserção internacional do Brasil tratados pelos autores selecionados. Escolheu-se trabalhar com o período Imperial (1822-1889), já que esse mostra, como Amado Cervo (2008c) e Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2010)²⁷ identificam, já dentro desse período que antecede uma industrialização efetiva do país, uma inserção internacional autônoma com ação externa desenvolvimentista (1844-1860), no sentido de industrialização, e equiparam uma inserção internacional acomodada à realidade econômica de produção primária com uma ação e externa dependente (1822-1844 e 1860-1889).

O segundo foco de análise, aqui, serão os estudos de Vizentini (2005), Amado Cervo (2008c) e Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2010) sobre o momento histórico que compreende o Período Democrático (1945-1964) e a Ditadura Militar (1964-1985). Essas análises, contudo, não vão ser exploradas exaustivamente, mas serão selecionados governos mais representativos dos tipos de inserção internacional autônoma e dependente, classificação dual que, tentar-se-á mostrar, é comum a análises dos três autores. Nesse sentido, foram selecionado em ambos esses momentos históricos, os governos que têm suas inserções internacionais marcadamente desvalorizadas por esses pesquisadores — os governos Dutra e

²⁶ É importante observar, ainda, que as obras brasileiras, apesar do seu foco no desenvolvimento, abordam também outras agendas da inserção internacional brasileira. Nesse capítulo, no entanto, serão apresentadas apenas as análises do aspecto econômico da inserção internacional do Brasil. A parte 4 desse trabalho se ocupará também dos temas políticos e militares.

²⁷ O estudo histórico de Vizentini (2005) trata apenas do período a partir de 1945.

Castelo Brando — e por eles valorizadas — o II Governo Vargas²⁸, o período Jânio Quadros e João Goulart e o Governo Geisel. O intuito mais importante ao analisar os estudos dos autores sobre esses períodos é ver como inserções internacionais que mesmo prezando pelo desenvolvimento são, todavia, caracterizadas de forma negativa — como dependentes —, por buscarem um desenvolvimento associado ao capital internacional — Dutra e Castelo Branco —, enquanto são vistas como positivas — autônomas — as inserções internacionais do II Governo Vargas, de Jânio e Jango, e de Geisel, já que esses buscavam um desenvolvimento nacional, autônomo e tecnológico (esse último traço mais característico do Governo Geisel).

Será possível, assim, ver a construção, embasada em interpretação histórica, feita pelos autores em questão, do conceito prescritivo que valoriza a inserção internacional quando esta promove certos tipos de desenvolvimento econômico e social.

1.2.2.1.1 Inserção internacional dependente ou autônoma como, respectivamente, acomodação à economia primária ou apoio à industrialização (1822-1889)

A análise dos estudiosos brasileiros aponta que houve, no período da Independência (1822-1828), uma inserção internacional dependente por parte dos estadistas brasileiros, de forma que as duas²⁹ obras do repertório selecionado nesse trabalho fazem referências diretas ao aspecto dependente dessa inserção internacional (CERVO, 2008c; p. 70-71; CERVO; BUENO, 2010, p. 27).

As análises dos autores aqui estudados corresponde à ideias de Prebish (1982a, p. 205, 208; 1982b, p. 99-100) sobre a reprodução de desenvolvimento e subdesenvolvimento no centro e na periferia do sistema capitalista internacional, respectivamente. Assim, Segundo Cervo (2008c, p. 68-70) e Cervo e Bueno (2010, p. 27), teria prevalecido, nesse período, um tipo de inserção no sistema capitalista

²⁸ Alguma referência também será feita ao I Governo Vargas.

²⁹ Vizentini (2005) trata apenas da história da inserção internacional do Brasil a partir de 1930, as obras de Cervo (2008c) e de Cervo e Bueno (2010) vão ser, assim, as referências para o período de 1822 a 1930.

internacional que teria colocado o país em uma posição econômica periférica, complementar à do centro, situação que reproduzia o subdesenvolvimento, ao mesmo tempo em que contribuía para a perpetuação do desenvolvimento dos países centrais.

As evidências referentes a esse argumento, no período da Independência (1822 a 1828), encontram-se principalmente nos tratados desiguais que o Brasil firmou com as potências capitalistas e no início de endividamento externo, corroborando, assim a teses de Prebish (1982a, p. 205; 1982b, p. 100) sobre a divisão internacional do trabalho e o desequilíbrio financeiro resultante nos países periféricos. Os acordos desiguais eram padronizados, desde a Europa, segundo o modelo de política de portas abertas, que abria o mercado dos países periféricos aos manufaturados europeus, bloqueando, assim, o desenvolvimento de manufaturas locais (CERVO, 2008c, p. 70, CERVO; BUENO, 2010, p. 38-39).

Também à época da Independência (1822-1828), inicia-se o ciclo de endividamento nacional com os bancos ingleses. Para Amado Cervo (2008c, p. 70), um dos objetivos dos estadistas liberais era a obtenção do crédito abundante na praça de Londres. O primeiro empréstimo inglês serviu ao pagamento da indenização de 2 milhões de libras à Portugal, devida no tratado em que esse reconheceu a independência brasileira, a 29 de agosto de 1825 (CERVO; BUENO, 2010, p. 56). Outros créditos se seguiram e, entre 1824 e 1828, mais de 3 milhões de libras foram contratadas (CERVO; BUENO, 2010, p. 56).

Em relação ao período de 1828 a 1844, teria havido uma administração de imobilismo, o que, na esfera econômica, significou uma relativa passividade diante da política comercial e financeira dependentes estabelecidas anteriormente. Dessa forma, o liberalismo das baixas tarifas não favoreceu o intercâmbio comercial brasileiro, já que o mercado europeu estava fechado aos produtos de agro-exportação do Brasil. Essa abertura econômica também não teve contrapartida em investimentos ingleses no País, e, por fim, continuou a não induzir o progresso interno, como também a comprometer a autonomia do Tesouro nacional, que, à época, dependia fortemente dos impostos alfandegários. (CERVO 2008c, p. 69-70; CERVO; BUENO, 2010, p. 54-56)

Pode-se ver que esse período até aqui analisado, 1822 a 1844, conforma-se, em seus resultados históricos, ao modelo cepalino de centro-periferia visto acima (PREBISH, 1982a, p. 205, 208; 1982b, p. 99-100), onde essa exporta matérias

primas, importa manufaturados, contrai déficit externo e envia ao exterior os valores correspondentes ao serviço e amortização da dívida. A exceção foi o fato de os países europeus resistirem à abertura para a importação de mercadorias agrícolas brasileiras.

Já o período de 1844 a 1860 é denominado de "ensaio de autonomia" (CERVO; BUENO, 2010, p. 72) e de inserção internacional soberana (CERVO, 2008c, p. 70), e nele teria havido um projeto político industrialista (CERVO; BUENO, 2010, p. 73; CERVO, 2008c, p. 70). Pode-se dizer, desse modo, que ambos os autores confluem na caracterização desse momento histórico como de inserção internacional autônoma.

Assim, essa inserção internacional, que se deu entre 1844-1860, abrangia duas diretrizes econômicas gerais, que geraram resultados significativos: a preservação da autonomia alfandegária, a fim de controlar comércio exterior e as rendas públicas; a resistência às pressões estrangeiras que queriam prejudicar essa autonomia por meio de novos acordos bilaterais; o estabelecimento da reciprocidade de fato e, não, apenas de direito nas relações econômicas com o exterior; e, como já foi antecipado, a criação das bases da indústria nacional, lançando mão do protecionismo. (CERVO; BUENO, 2010, p. 73). Adicionalmente, nas teses industrialistas dos homens de Estado da época apareceu a ideia de produtos nacionais similares (CERVO; BUENO, 2010, p. 74).

Esse industrialismo, que, em 1844, visou à transformação do Brasil em uma potência econômica, já não passou a ser tão estimulado a partir de 1857, quando as tarifas passaram a oscilar, prevenindo os efeitos manufatureiros de um protecionismo de longo prazo e fazendo da experiência industrial anterior um surto (CERVO; BUENO, 2010, p. 77-78), um malogro (CERVO, 2008c, p. 70).

Vala a pena também, nesse momento, destacar a articulação que existe entre o projeto de 1844 e a montagem do conceito de autonomia de inserção internacional da Escola de Brasília. A experiência que perdura de 1844 a 1857, quando houve uma intenção e uma prática industrialista consistente por parte do Estado brasileiro, e, inclusive a emergência da noção de similar nacional, é denominada de ensaio de autonomia (CERVO; BUENO, 2010, p. 72) e de inserção internacional soberana (CERVO, 2008c, p. 70).

Assim, em primeiro lugar vê-se a generalização espaço-temporal das ideias de Política Externa Independente de Araújo Castro (1972, p. 27). Como se viu, esse

autor elabora um conceito de política internacional independente, no contexto da Guerra Fria, com referência à hegemonia dos EUA, ao qual, o Brasil não deveria se alinhar, já que os dois países teriam interesses divergentes em diversos assuntos internacionais. A classificação da ação externa do Brasil de 1844 a 1857 como inserção internacional autônoma (CERVO; BUENO, 2010, p. 72) ou soberana (CERVO, 2008c, p. 70) se aproxima do conceito de política internacional independente de Araújo de Castro, mas apenas em seus elementos mais abstratos, como não alinhar-se à ação internacional de países hegemônicos, já que esses têm interesses divergentes do Brasil em temas internacionais importantes. No que se refere aos elementos específicos — qual Estado está na posição hegemônica e em relação ao qual é necessário ter uma ação externa autônoma—, há uma transposição dos EUA da segunda metade século XX para a hegemonia britânica e europeia do século XIX: é em relação a esta hegemonia que o Brasil era soberano e autônomo em sua inserção internacional entre 1844 e 1860, para Cervo (2008c) e Cervo e Bueno (2010).³⁰

É possível dizer, ainda, que a parte prescritiva do pensamento cepalino é, em grande parte, transferido para o conceito de autonomia de inserção internacional que encontra sua primeira aplicação na interpretação do período de 1844 a 1857. Tal coisa se dá porque as recomendações protecionistas da Cepal (PREBISH, 1982b, p. 102) estabelecem um paralelo com a observada elevação tarifária do referido momento histórico, assim como a estratégia de industrialização por substituição de importações formalizada na teoria cepalina (PREBISH, 1982b, p. 102) já é identificada, em forma embrionária, na consciência sobre a possibilidade de produzir-se similares nacionais, a qual aflora no período em questão.

A autonomia é identificada, assim, em um primeiro momento, com as medidas de inserção internacional que visam a favorecer o desenvolvimento pela industrialização de tipo cepalina. Desse modo, para os autores brasileiros aqui

³⁰ Como base nessa semelhança entre as ideias de inserção internacional não alinhada a países hegemônicos (soberanas ou autônomas) de Cervo (2008c) e Cervo e Bueno (2010), que como se verá, é aplicadas por esses autores, assim como por Vizetnini (2005), a outros momentos históricos, e a ideia de uma política internacional independente de Araújo Castro (1972), resolveu-se usar a denominação geral *autônomo* e seu oposto, *dependente*, para descrever as classificações que, como se mostra nesse trabalho, são feitas por esses autores da Escola de Brasília em relação aos diversos momentos da inserção internacional do Brasil.

estudados, a independência política é bem utilizada quando direcionada para o desenvolvimento.

Por outro lado, essa mesma autonomia é interpretada como mal direcionada e meramente compensatória quando perde de vista esse objetivo e serve apenas a outras questões, como as de segurança.

Isso é ilustrado pela interpretação dos autores em questão relativa à política de intervenções e guerras na região platina que é executada pelo Brasil à revelia da vontade inglesa e que se estende para além do industrialismo das décadas de 1840 e 1850 (CERVO 2008c, p. 124-125; CERVO; BUENO, 2010, p. 116). Dessa forma, os pesquisadores brasileiros observam que houve, nas décadas de 1860 e 1870, uma política independente em termos de guerra e segurança, a qual, no entanto, não é valorizada por esses pesquisadores. Muito pelo contrário, a intervenção no prata teria sido um "desvio de perspectiva" e um erro (CERVO; BUENO, 2010, p. 147). Isso tendo em vista que "a aventura platina [...] consumiu energias que teriam sido mais bem aplicadas no esforço de superação da dependência estrutural." (CERVO; BUENO, 2010, p. 147) e, portanto, não teria significado uma inserção internacional autônoma no Brasil do século XIX, essa só poderia existir, à época, para os estudiosos da Escola de Brasília, se tivesse conteúdo industrialista.

Esse ponto de vista dos autores brasileiros segundo o qual a inserção internacional das décadas de 1860 e 1870 não pode ser considerada autônoma, porque prioriza questões político-militares, coaduna-se com o argumento nacional-desenvolvimentista (JAGUARIBE, 2013, p. 315-317) e sobre a PEI (CASTRO, 1972, p. 15; LIMA, 1992, p. 59) segundo os quais a concentração da inserção internacional em questões de segurança e poder militar significaria uma alienação do verdadeiro desafio internacional da periferia — o desenvolvimento econômico — em prol de uma busca deslocada e estéril pelos objetivos próprios a países centrais. Na parte 4 desse trabalho, será possível ver como essa imagem — na qual a priorização de temas político-militares na ação externa dos estadistas do Brasil do século XIX é vista como incompatível com uma inserção internacional autônoma — é universalizada pelos autores brasileiros.

1.2.2.1.2 Inserção internacional dependente ou autônoma, como, respectivamente, industrialização complementar ou com matrix tecnológica própria (1945-1979)

Em relação a esse período, os autores aqui trabalhados destacam, no que diz respeito à política econômica interna do país, que um desenvolvimento autônomo, em que se retro-alimentam independência política e econômica, foi perseguido, depois da Segunda Guerra Mundial, em seu tipo ideal, apenas por Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart e Ernesto Geisel. Isso se deve ao fato de que a ideologia desenvolvimentista, apesar de ter sido objetivo comum da elite brasileira no período em questão, não gerou uma estratégia única para chegar a esse fim. Assim, houve também no período um desenvolvimentismo associada a forças econômicas externas e alinhado, em termos políticos, aos EUA. Esse modelo alternativo foi posto em prática por Dutra e Castelo Branco. Sobre o período paradigmático, como um todo, pode-se dizer que houve um desenvolvimento misto, que abria ou fechava sua produção e mercado consumidor aos fluxos econômicos externos tendo em vista a industrialização e, não, um fundamentalismo liberal. (CERVO, 2008c, p. 73-74, 130; CERVO; BUENO, 2010, p. 271, 273, 309, 368-369, 403; VIZENTINI, 2005, p. 16, 18-19, 30, 43, 50-51)

É importante mencionar ainda sobre esse período, como se viu na primeira parte desse capítulo, que as relações entre centro e periferia deixavam de estar calcadas na oposição entre produtores primários e países industrializados. Havia agora uma relativa industrialização nos países periféricos, que se contrapunha a uma industrialização mais completa e avançada nos países centrais. O modelo centro-periferia que poderia subsistir, portanto, era o de industrialização periférica, pela qual deveria haver um desenvolvimento industrial complementar, e, não, concorrencial, em relação a do centro capitalista. Isso seria garantido pela diferença tecnológica (FUTADO, 1961, p. 90-91, 221; 1973, p. 14-15, 133; 2000, p. 45) e pelo controle da industrialização periférica por parte de empresas multinacionais (CARDOSO e FALETTO, 1977, p. 58; SANTOS, 1970, p. 55). A teoria econômica que justificava essa nova forma de dependência não era o liberalismo clássico mas o liberalismo desenvolvimentista, que se expressava na teoria da modernização (ROSTOW, 1990).

Olhando-se, portanto, mais detalhadamente, para o período enquadrado como desenvolvimentista, pode-se observar que há momentos, marcadamente o início do governo Dutra e Governo Castelo Branco, em que foi levado adiante um projeto de desenvolvimento industrial que não passava por uma inserção internacional autônoma (CERVO, 2008c, p. 130-131; CERVO; BUENO, 2010, p. 271, 368-369; VIZENTINI, 2005, p. 16, 43). Ambos os governos, em seu início, fizeram eco ao desejo americano de fornecer auxílio para uma industrialização complementar a dos EUA no Brasil (CERVO, 2008c, p. 73-74; CERVO; BUENO, 2010, p. 271). Assim, foram realizadas, nos dois governos, políticas macroeconômicas ortodoxas com o fito de atrair capital externo produtivo (CERVO; BUENO, 2010, p. 271). Existiu, desse modo, uma tentativa, nos referidos momentos, de desenvolver o país adaptando esse às novas estruturas internacionais de diferenciação entre centro e periferia.

A autonomia de inserção internacional que é atribuída ao I Governo Vargas, pro ter levado a cabo a industrialização do país (CERVO, 2008c, p. 72, 128; CERVO; BUENO, 2010, p. 234; VIZENTINI, 2005, p. 15) em meio a um contexto econômico internacional em que o risco era perpetuar um modelo clássico de centro e periferia, já não pode ser atribuída aos governos Dutra e Castelo Branco (CERVO, 2008c, p. 130-131; CERVO; BUENO, 2010, p. 271, 368-369; VIZENTINI, 2005, p. 14, 43).

Esses, apesar de terem procurado o desenvolvimento industrial, o fizeram a partir de uma postura dependente, já que a situação periférica e subdesenvolvida não mais excluía a industrialização. A autonomia de inserção internacional é atribuída ao II Governo Vargas, aos Governos Jânio Quadros e João Goulart e ao Governo Ernesto Gaisel (CERVO, 2008c, p. 73-74; CERVO; BUENO, 2010, p. 273, 309, 403;

VIZENTINI, 2005, p. 18-19, 30, 50-51), já que esses buscaram um desenvolvimento mais nacional do que associado, se contrapondo aos interesses e recomendações econômicas dos EUA, procurando a superação de estrangulamentos sociais ao desenvolvimento econômico — II Governo Vargas e João Goulart (CERVO; BUENO, 2010, p. 273, 310; VIZENTINI, 2005, p. 18-19, 23) — ou buscando, no caso no governo Gaisel, a superação da desigualdade tecnológica (CERVO, 2008c, p. 75; CERVO; BUENO, 2010, p.412-413; VIZENTINI, 2005, p.51).

Desse modo, pode-se ver que o conceito de autonomia da inserção internacional dos autores brasileiros evolui juntamente com mudança nas funções do centro e da periferia no sistema capitalista mundial. Uma nova tendência econômica internacional que perpetua a situação periférica e subdesenvolvida do país requer um novo tipo de autonomia de inserção internacional, que não pode mais ser apenas uma ação externa autônoma para o desenvolvimento industrial, mas que precisa ser uma inserção internacional autônoma para um desenvolvimento nacionalista, científico e tecnológico, ideia que faz uma ponte com o pensamento de Castro (1972, p. 8, 22), já que esse autor defendia que uma política internacional independente do Brasil promovesse e desobstruísse um desenvolvimento pleno, incluindo os setores de ciência e tecnologia.

1.3 Considerações finais

Observou-se, nesse capítulo, que os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília sofrem forte influência, ou mesmo formam uma continuidade com o pensamento desenvolvimentista e com as ideias da PEI. O fundamento dessa afirmação foi mostrado pela identificação de similitudes conceituais analíticas e prescritivas entre os autores brasileiros estudados e os pensamentos desenvolvimentista e da PEI.

No patamar da definição do objeto de estudo, pôde-se ver o legado dos conceitos da Cepal, da teoria da dependência, do nacional-desenvolvimentismo e das ideias da PEI sobre a definição da *inserção internacional do Brasil* como foco de análise. Viu-se que o termo *inserção internacional* expande, na concepção dos autores brasileiros estudados, o conceito de política externa ao levar em conta, além da ação externa do Estado, o impacto que essa tem sobre as forças sociais, principalmente econômicas, internas, no sentido de promover ou retardar o seu desenvolvimento, e a pressão que essas forças internas, e também as externas, exercem sobre a formulação dessa ação externa.

Assim, pôde-se ver que o reconhecimento dessa relação entre ação externa e forças sociais transnacionais, principalmente econômicas, é tributária da visão de mundo cepalina, segunda a qual o estabelecimento das relações econômicas entre

centro e periferia do capitalismo se dão entre Estados-nacionais, mas também pela ligação transnacional entre os agente econômicos. Outra ponte pode ser estabelecida com a teoria da dependência propriamente dita, que dá importância analítica fundamental — inclusive muito maior do que a dada pelos autores brasileiros — às ligações de interesses transnacionais na reprodução das relações centro e periferia.

Da mesma forma, a ideia, do nacional-desenvolvimentismo, de que um pacto nacionalista entre as classes sociais internas é indispensável para poder existir uma política externa autônoma e o argumento do pensamento da PEI de que o desenvolvimento econômico é prerequisite para uma ação externa independente, se relacionam com o ideia específica dos autores brasileiros de que forças sociais exercem pressão sobre a formulação da política externa.

Todas essas influências, no entanto, como se viu, não são incorporadas com a mesma força pelos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília. Esses valorizam, também, a subjetividade e os objetivos dos dos homens de Estado na definição da inserção internacional de um país. Assim, há um aproveitamento apenas parcial das ideias da teoria da dependência propriamente dita e do nacional-desenvolvimentismo, na medida em que essas correntes intelectuais vêem o Estado apenas como reprodutor das resultantes do oposição de forças sociais. Ao mesmo tempo, vê-se que existe uma aproximação, em relação a esse ponto metodológico, das ideias da Cepal e da PEI, já que aquela valoriza o peso próprio do Estado na indução da industrialização — peso esse que é transposto para a ação externa do estadista pelos autores brasileiros —, enquanto esta ressalta, além da importância das forças econômicas, o papel fundamental da vontade política do Estado na execução de uma política internacional independente.

Viu-se, também, que os estudos da inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília argumentam que a inserção internacional do Brasil deve ser instrumento do desenvolvimento econômico e social pleno do país, ideia que estabelece uma paralelo direto com o pensamento nacional desenvolvimentista e da PEI.

Ao analisar as conseqüências desse argumento na tipificação de inserções internacionais de momentos históricos específicos pelos autores brasileiros, identificou-se que os momentos nos quais a ação externa é levada a cabo como instrumento de desenvolvimento e procura, portanto, romper com o subdesenvolvimento que é sustentado pelas relações econômicas centro-periferia,

que, como visto, mudam depois da Segunda Guerra Mundial, são vistos como de inserção internacional autônoma. Independência essa que se expressa pela consciência de que as opções de inserção internacional econômica do centro não são as melhores para a periferia. Por outro lado, as inserções internacionais que não tiverem consciência desse conflito de interesse teriam sido dependentes e contribuído para perpetuar a situação periférica e subdesenvolvida do país.

Como se verá, entre outras coisas, no capítulo seguinte, essa consciência está relacionada, nos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília com a subjetividade dos homens de Estado, já apontada nesse capítulo. Esse elemento subjetivo será, contudo, aprofundado a seguir, mostrando como ele se relaciona com o conceito de finalidade da Escola Francesa da História da Relações Internacionais.

2 A INFLUÊNCIA DA ESCOLA FRANCESA SOBRE A ESCOLA DE BRASÍLIA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

O capítulo dois vai procurar explicar como a concepção brasileira dos conceitos de autonomia e dependência de inserção internacional, vista na parte anterior desse trabalho, está fundamentada nas ideias da Escola Francesa da História das Relações Internacionais. Ele se iniciará por uma retomada dos principais elementos teóricos dessa Escola e de como esses são interpretadas e valorizadas nas análises dos autores brasileiros.

Na sequência, esses conceitos franceses serão comparados à análise, feita no primeiro capítulo, da relação entre os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília e as teorias da dependência, assim como o nacional-desenvolvimentismo e as ideias da Política Externa Independente. O objetivo, nesse momento, será mostrar como há uma combinação das matrizes teóricas francesa com as teorias da dependência, do nacional-desenvolvimentismo e com as ideias da PEI, na montagem dos conceitos brasileiros.

2.1 A Escola Francesa

A Escola Francesa da história das relações internacionais tem sua origem e seu núcleo principal de ideias no pensamento de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle. As obras *Histoire des Relations Internationales* (RENOUVIN, 1994), originalmente editado na década de 50, e *Introdução à história das relações internacionais* (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967) são as obras mais importantes dos dois autores.

Renouvin (1994) pretendeu construir uma análise histórica das relações internacionais que fosse além das declarações oficiais e arquivos diplomáticos e que se aproximasse da história geral das civilizações. Havia, assim, o intento de alargar a interpretação dos fatos por meio de análises não apenas dos acontecimentos políticos, mas também do substrato econômico, social e cultural em que ocorreram as decisões dos governantes (RENOUVIN, 1994, Volume I, p. vi, 10; volume III, p.

913). Renouvin (1994, Volume I, p. 12) classifica como forças profundas essas realidades subjacentes à dinâmica política internacional. Para esse autor, o nacionalismo, o sistema capitalista, os movimentos demográficos e a geografia seriam as principais forças profundas nos séculos XIX e XX (RENOUVIN, 1994, Volume I, p. 12).

O pensamento renouviano não é, no entanto, estruturalista, nem do ponto de vista material como, tampouco, desde uma perspectiva idealista. Existe, outrossim, uma valorização do agente estatal diante do contexto histórico: "o Estado impõe sua marca nas forças profundas, que ele acomoda ou utiliza em proveito do seu poder" (RENOUVIN, 1994, Volume III, p. 915)

Na obra *Introdução à história das relações internacionais*, a importância relativa do agente e da estrutura é descrita em maior detalhe:

O estudo das relações internacionais está voltado sobretudo para a análise e a explicação das relações entre as comunidades políticas organizadas no quadro de um território, isto é, entre os Estados. Sem dúvida, ele deve levar em conta as relações estabelecidas entre os povos e entre os indivíduos que compõem esses povos – intercâmbio de produtos e de serviços, comunicações de idéias, jogo das influências recíprocas entre as formas de civilização, manifestações de simpatias ou de antipatias. Mas, ele constata que essas relações podem raramente ser dissociadas daquelas que são estabelecidas entre os Estados: os governos, frequentemente, não deixam a via livre a esses contatos entre os povos; eles lhes impõem regulamentos ou limitações, quer se trate do movimento de mercadorias ou de capitais, de movimentos migratórios, ou mesmo de circulação de idéias; eles podem também, por outros procedimentos, orientar as correntes sentimentais. Essas intervenções não têm somente como resultado mais frequente a restrição ou a atenuação das relações estabelecidas pelas iniciativas individuais; elas também lhes modificam o caráter. (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 1)

Diante dessa visão que privilegia o agente sobre estrutura e o Estado como ator central, resta a dúvida de como as forças profundas, que, como visto na citação acima, também são fundamentais para a análise histórica das relações internacionais, desempenham influência sobre a ação do Estado. Na obra *Todo Império Perecerá*, Duroselle (2000) define a relação entre forças profundas e homens de Estado. As primeiras estariam no campo das causalidades, enquanto os segundos atuariam em relação às finalidades (DUROSELLE, 2000, p. 97).

Dessa forma, as finalidades são constituídas pelo poder decisório legítimo (governos ou homens de Estado) que se dirige para a elaboração, execução e cumprimento de metas. O estudo das finalidades, ou, nas palavras exatas de Duroselle (2000), sistemas de finalidades, tem, portanto, como objeto de estudo a

vontade e os objetivos que os agentes de decisão, autoridades de alto nível, e executores, como diplomatas, militares, propagandistas e empresários definem como desígnios fundamentais em sua intervenção nacional e internacional. Assim, a análise deve recair sobre o cálculo estratégico ou processo de tomada de decisões, isto é, a articulação dos objetivos, meios e riscos que os responsáveis pela política exterior de um Estado devem considerar para obter uma condição ou situação desejada. (DUROSELLE, 2000, p. 97, 101-102)

Por outro lado, as causalidades, ou sistema de causalidades, enquadram as coletividades humanas, a pluralidade de atores e os micro-poderes. Essas forças profundas são um conjunto difuso e espontâneo de relações econômicas, sociais, demográficas, geopolíticas, culturais e ideológicas internas que pressionam, sem, contudo, determinar, a ação externa dos homens de Estado. (DUROSELLE, 2000, p. 161, 166-181, 186, 203, 215-216)

As finalidades não se reduzem, desse modo, a uma escolha racional previsível (DUROSELLE, 2000, p. 186). Duroselle (2000, p. 203) leva em conta o inesperado, o subjetivo nas decisões dos homens de Estado, os quais não tem acesso à informação perfeita sobre as causalidades que lhe são imediatas. As finalidades não são apenas escolhas lógicas feitas a partir das oportunidades e constrangimentos das forças profundas — essas são muitas vezes ocultas, assim como o é a subjetividade do tomador de decisão (DUROSELLE, 2000, p. 186, 203). Dessa forma, as finalidades são uma fonte causal independente, o que deixa o espaço conceitual aberto para as particularidades e idiosincrasias dos fatos históricos.

No pensamento de Renouvin e de Duroselle é possível perceber uma visão eurocêntrica das relações internacionais, na qual a recorrência dos conflitos entre os Estados europeus e a expansão do sistema internacional do velho mundo para o restante do globo são vistos como temas centrais para qualquer estudo das relações internacionais (RENOUVIN, 1994; RENOUVIN; DUROSELLE, 1967 e DUROSELLE, 2000). O que também é o caso dos estudos de René Girault (1988) e Charles Zorgbibe (1994). Esse último autor quebra com a tradição estado-cêntrica da Escola e inaugura uma análise da história das relações internacionais centrada também na atuação de atores não-estatais (ZORGBIBE, 1994).

Há, no entanto, obras recentes da tradição francesa que procuram romper com essa perspectiva européia e ver a expansão e influência do velho continente no restante do mundo desde o ponto de vista dos países periféricos. Esse é o caso de Yvan Paillard (1994). Em sua obra *Expansion occidentale et dépendance mondiale*, o autor aborda a dependência, o atraso, o desenvolvimento econômico e as assimetrias, no sistema internacional. Paillard (1994) aponta para como a construção do mundo liberal e a expansão da hegemonia européia deram origem a novas dependências, que formaram o chamado Terceiro Mundo, em fins do século XIX, o que teria significado uma nova forma de assimetria após o rompimento da ordem colonial pelas independências americanas.

Mais especificamente, Paillard (1994) apresenta dois períodos importantes de dominação ocidental no mundo: o que se estende de 1820 até a década 1860 e outro que vai de 1870 até 1914. O primeiro momento, que se inaugura após as independências americanas do começo do século XIX e que se estende até o início de um novo ciclo de imperialismo formal, é marcado por uma dominação que se utiliza do poder brando da doutrina do livre comércio e dos tratados desiguais para manter e criar assimetrias econômicas (PAILLARD, 1994, p. 67, 83-85). O autor identifica, todavia, que a dependência não se dá apenas pela difusão ideológica, mas também, por vezes, pela força militar, para impor, quando e onde fosse necessário, acordos desiguais e a política das portas abertas, do que se conclui que existiu um imperialismo liberal (PAILLARD, 1994, p. 67, 85-87).

Já o período de 1870 a 1914, além da retomada da colonização formal, principalmente na África e na Ásia, também lançou novos modos de periferização econômica em países que mantinham sua soberania política. Apesar de apontar formas diversificadas e particulares de reprodução da dominação capitalista, a autor chama a atenção para a recorrência do endividamento externo amplo de certos países, o que teria gerado forte assimetria econômica em relação à Europa nessas nações periféricas (PAILLARD, 1994, p. 159-160).

Ao analisar as resistências e aquiescências locais aos esquemas de dependência, o estudo de Paillard (1994) se limita a explicar as idiossincrasias de cada caso. O autor não acredita que seja possível observar semelhanças e traços explicativos comuns entre, por exemplo, a experiência japonesa de superação das ameaças de dominação externa e a assimilação ou tentativas de países latino-

americanos de romper com as relações desiguais com a Europa. (PAILLARD, 1994, p. 253-255, 264-278).

2.2 Causalidades e finalidades dentro de uma visão de mundo centro-periférica e uma prescrição desenvolvimentista

Nas obras *História da Política Exterior do Brasil e Inserção Internacional*, de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2010) e Amado Cervo (2008c), respectivamente, encontram-se, de forma explícita, a incorporação dos métodos de pesquisa histórico de Renouvin e Duroselle expostos acima. Não apenas esses autores são citados em notas conceituais desses livros, mas também suas ideias são apresentadas como parte integrante do modo como a inserção internacional do Brasil será estudada. (CERVO, 2008c, p. 11; CERVO; BUENO, 2010, p. 12)

Esses autores brasileiros parecem, fortemente, estar falando de forças profundas quando elencam as necessidades e as forças sociais da inserção internacional (CERVO, 2008c, p. 11; CERVO; BUENO, 2010, p.12). Essas são exatamente as mesmas que Renouvin (1994, Volume I, p. 12) observa nas relações internacionais como um todo: a economia, o nacionalismo (também chamado de movimentos culturais de psicologia coletiva), a demografia e a psicologia.

Amado Cervo (2008c), Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2010) e Vizontini (2005) apresentam, no entanto, um entendimento nuanciado e próprio em relação às forças sociais. Essas seriam principalmente econômicas (CERVO, 2008c, p. 11; CERVO; BUENO, 2010, p.12; VIZENTINI, 2005, p. 9). Acredita-se que essa valorização do sistema econômico em relação a essas outras variáveis deve-se a influência dos pensamentos dependentistas, em geral, do nacional-desenvolvimentismo e da PEI. Como se viu no capítulo 1, esse ideário latino-americano tem grande influência sobre a produção intelectual brasileira, tanto em forma explícita, auto-declarada pelos autores de Brasília, ou subjacente, no peso das ideias das Escolas da dependência como um todo, do nacional-desenvolvimentismo e da PEI na produção das versões brasileiras dos conceitos de dependência e autonomia de inserção internacional.

Existe, portanto, uma combinação de influências nos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília.

A Escola Francesa ainda se faz presente quando Cervo e Bueno (2010, p.12) afirmam que as causalidades " se relacionam diretamente aos desígnio, metas ou objetivos que o Estado estabelece externamente", mas que " não se vinculam, por vezes, quando, precisamente a política externa tenha por finalidade quebrar estruturas internas e superá-las" (CERVO; BUENO, 2010, p. 12), quando Cervo (2008c, p. 11) afirma que a decisão de governo depende das forças sociais tanto quanto da subjetividade do homem de Estado, e quando Vizentini (2005, p. 11-12) dá importância aos homens de Estado ao vincular mudanças de objetivos na inserção internacional a diferentes presidentes da República e ministros das relações exteriores. Há, assim, justamente como Renouvin (1994) e Duroselle (2000) fizeram, um visão que não é estruturalista, nem muito menos determinista em relação às forças profundas. "[O] Estado impõe sua marca nas forças profundas, que ele acomoda ou utiliza em proveito do seu poder" (RENOUVIN, 1994, Volume III, p. 915), de forma que há de se levar em conta as finalidade do homem de Estado (DUROSELLE, 2000, p. 97, 101-102).

Há que se constatar, todavia, que Cervo e Bueno (2010, p. 12) atribuem ainda maior poder ao agente estatal, já que suas finalidades não apenas podem marcar, acomodar ou utilizar em proveito próprio as forças profundas, mas também contrariar as causalidades: "quebrar estruturas e superá-las". O maior papel atribuído ao homem de Estado na pesquisa de Cervo e Bueno (2010) parece, fortemente, estar ligado ao esforço de proceder a uma análise histórica consciente da posição periférica do país no sistema econômico internacional, consciência também compartilhada por Vizentini (2005, p. 9). O Estado subdesenvolvido e periférico estabelece, para esses autores, uma relação diferente com as forças profundas do que os países centrais.

Desse modo, os pensamentos dependentista, nacional-desenvolvimentista e da PEI lançam bases para uma aplicação crítica dos conceitos da Escola Francesa, já que essa está marcada, em sua origem, por uma visão de mundo centrada na Europa (como visto em 3.1). O modelo de centro e periferia acoplado aos conceitos da Escola Francesa, acaba por mostrar que a força profunda que é o capitalismo internacional tende a aprisionar o país em uma situação de periferia econômica, problema que não está, nem nunca esteve, posto para países como a França. De tal

forma que o subdesenvolvimento é visto como a maior questão de países como o Brasil nas suas relações com o mundo, já que a condição periférica cria uma situação, segundo o nacional-desenvolvimentismo (JAGUARIBE, 2013, p. 315-317) e o pensamento sobre a PEI (CASTRO, 1972, p. 15; LIMA, 1992, p. 59), em que a concentração da inserção internacional em questões de segurança e poder militar globais significaria uma alienação do verdadeiro desafio internacional da periferia — o desenvolvimento econômico — em prol de uma busca deslocada e estéril pelos objetivos próprios a países centrais.

A finalidade do Estado periférico precisa ser, assim, diferente da dos países desenvolvidos e, ao sê-lo, esse desígnio se contrapõe à causalidade que é a economia internacional, de uma forma que países como a França não precisam fazer, já que o capitalismo internacional não lhes é desfavorável. É por esse viés que a causalidade econômica se sobrepõe às outras na análise brasileira da inserção internacional brasileira: a força profunda do capitalismo é o fator de maior constringimento nas relações internacionais de países periféricos. Causalidades demográficas, geográficas, culturais e psicológicas não restringem na mesma intensidade a atuação externa e a situação interna do país, o que significa que a causalidade econômica é uma força mais profunda que as outras para países como o Brasil.

Esse uso, dentro do esquema centro-periferia, de conceitos da Escola Francesa se aproxima da revisão que foi feita dos pressupostos dessa Escola por um de seus membros. O pensamento de Paillard (1994) é principalmente valioso para uma análise mais pormenorizada da influência da Escola Francesa sobre o pensamento brasileiro. Como essa Escola, em combinação com a dependentista, em sentido amplo, nacional-desenvolvimentista e com as ideias da PEI, assim como a Escola Francesa na versão periférica de Paillard (1994), afetam exatamente a gênese dos conceitos brasileiros de dependência e autonomia de inserção internacional?

2.2.1 Os conceitos de autonomia e dependência nos estudos da inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília diante da influência integrada da Escola Francesa

Aqui, serão estudadas as análises dos autores brasileiros sobre dois momentos da inserção internacional do Brasil. O primeiro, que vai de 1822 a 1889, revela a ligação entre os conceitos brasileiros de dependência e autonomia de inserção internacional com os conceitos de causalidade e finalidade, assim como, com o de imperialismo liberal, da Escola Francesa.

O segundo momento, de 1945 a 1979, serve para mostrar como a alteração de causalidades político-econômicas mundiais requerer também uma interpretação mais sofisticada dos conceitos de autonomia e dependência de inserção internacional, que fazem parte, na análise dos autores brasileiro, de um sistema de finalidades. Mostrar-se-á, assim, como o modelo analítico brasileiro, por estar enquadrado nos conceitos franceses de causalidade e finalidade, é capaz de absorver mudanças fundamentais nos fatos históricos sem alterar seus pressupostos fundamentais.

2.2.1.1 Os conceitos de autonomia e dependência de inserção internacional entre 1822 e 1889 diante da influência da Escola Francesa

Os argumentos de Paillard (1994), direcionados ao período de 1820 a 1914, são úteis para entender uma parte importante da aplicação de conceitos franceses ao estudo da inserção internacional brasileira da Escola de Brasília durante o período Imperial (1822-1889)

Como viu-se na parte 2 desse trabalho, houve um momento de montagem e consolidação da situação econômica periférica em relação à Europa, tal como esperado pela Cepal (PREBISH, 1982a, p. 205; 1982b, p. 100), mediante uma inserção internacional dependente (CERVO, 2008c; p. 70-71; CERVO; BUENO, 2010, p. 27), concretizada nos tratados desiguais, que abriam o mercado interno a manufaturados europeus e bloquearam o desenvolvimento de manufaturas locais

(CERVO, 2008c, p. 70, CERVO; BUENO, 2010, p. 38-39), entre 1822 e 1844. Nesse período houve, também, um fluxo financeiro característico das relações centro-periferia: o déficit na balança de pagamentos e o endividamento cada vez maior com a Inglaterra (CERVO, 2008c, p. 70; CERVO; BUENO, 2010, p. 56).

A montagem dessa primeira situação periférica no Brasil independente é explicada pelos estudiosos brasileiros, por meio da utilização de modelos conceituais franceses. Os tratados desiguais, que foram sistematizados no Brasil entre 1822 e 1828, são vistos por Cervo e Bueno (2010, p. 50) e Cervo (2008c, p. 69-70), respectivamente, como o resultado da penetração das ideias econômicas liberais, e como a consequência da barganha feita pelos países europeus em troca do reconhecimento da independência política do Brasil.

Esse ponto de vista encontra apoio na análise que Paillard (1994, p. 67, 83-85) faz da montagem do sistema dos tratados desiguais pela Europa no começo e meados do século XIX. Como dito, o autor acredita que os tratados desiguais eram impostos, muitas vezes, pela força militar (PAILLARD, 1994, p. 67, 85-87). Tal movimento não é identificado pelos acadêmicos brasileiros, mas é reconhecida a pressão política e influência ideológica europeia, principalmente inglesa, que se utilizou da teoria econômica liberal e do reconhecimento da independência para obter vantagens desiguais (CERVO; BUENO, 2010, p. 50). Assim, teriam sido usados no Brasil apenas os instrumentos de convencimento ideológico e, também, de pressão política, afastando a hipótese da imposição militar de Paillard (1994), mas confirmando o argumento do autor francês de que a Europa exercia poder ideológico europeu sobre o restante do mundo. E, num meio termo entre dominação bélica e ideológica, os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília apontam para a criação política de relações centro-periféricas no Brasil, por meio da barganha europeia em troca do reconhecimento da independência brasileira. O reconhecimento dessa hegemonia europeia e do imperialismo liberal feitos por Paillard (1994, p. 67, 83-87) sustentam, portanto, conceitualmente parte da forma como os estudos da inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília enxergam a situação periférica brasileira na primeira metade do século XIX.

Ao focar apenas as modalidades ideológicas e militares desse imperialismo liberal, Paillard (1994, p. 67, 83-87) não avança significativamente no entendimento de como a Europa concentra forças políticas, como valores e normas, que favoreceram sua dominação econômica em países como o Brasil. No próximo

capítulo (parte 4), ver-se-á como a Escola Inglesa traz esse complemento conceitual necessário para o entendimento dos autores brasileiros da situação periférica do Brasil na primeira metade do século XIX.

A influência de Paillard (1994) também arrefece no que diz respeito à análise do comportamento do Estado brasileiro diante da ação da Europa no sistema internacional. Paillard (1994, p. 253-255, 264-278), como visto em 3.1, não apresenta uma explicação generalizante para as resistências e aquiescências dos Estados periféricos em relação à dominação europeia. Pode-se dizer, desse modo, que esse autor, apesar de romper com o eurocentrismo ao estender sua análise ao restante do mundo e ao criticar o imperialismo europeu, não o faz por completo. Isso se dá porque Paillard (1994) aplica o modelo explicativo de causalidades e finalidades da sua Escola de pensamento apenas aos países europeus, considerando apenas esses como sujeitos plenos da história e realizando uma análise insuficiente dos desígnios das nações periféricas e de como esses são impactados pelas forças profundas.

A Escola de Brasília retoma, no entanto, as ideias de Renouvin e Duroselle, desde uma perspectiva cepalina de centro e periferia (PREBISH, 1982a, p. 205, 208; 1982b, p. 99-100) e das recomendações industrialistas da própria Cepal (PREBISH, 1982b, p. 102), assim como das ideias de ação externa autônoma e desenvolvimentista do nacional-desenvolvimentismo (JAGUARIBE, 2013, p. 315-317) e do pensamento sobre PEI (CASTRO, 1972, p. 8, 22), e aplica plenamente os sistemas de causalidades e de finalidades ao estudo das decisões do Estado brasileiro, considerado um país periférico, diante da conjuntura internacional.

Assim, a tendência ao subdesenvolvimento dos países periféricos aparece como uma força profunda do sistema econômico e político internacional do século XIX — a divisão internacional do trabalho da estrutura capitalista internacional (PREBISH, 1982a, p. 205, 208; 1982b, p. 99-100), substrato do imperialismo liberal europeu (PAILLARD, 1994, p. 67, 85-87) —, mas se mostra, também, como um produto da disposição do Estado brasileiro de obter o reconhecimento da sua independência política às custas da sua autonomia econômica (CERVO; BUENO, 2010, p. 50) e de aderir ao ideário econômico liberal (CERVO, 2008c, p. 69-70) — um sistema de finalidades.

Desse modo, a causalidade que representa maior desafio para países como o Brasil — periféricos — na primeira metade do século XIX é essa divisão

internacional do trabalho estabelecida pela dinâmica do capitalismo mundial. Assim, a acomodação diante dessa força profunda implicava na perpetuação da situação periférica, enquanto que a oposição a essa dinâmica era a única forma de superar essa condição.

Se comparada a outras causalidades vigentes na época, apontadas pela Escola Francesa, como demográficas ou geográficas, pode-se perceber que nenhuma delas demandava, da mesma forma que a tendência ao subdesenvolvimento, finalidades, por parte do Estado brasileiro, que fossem na contramão dessas para diminuir o dano à economia, tal como a promoção do desenvolvimento recomendado pela Cepal (PREBISH, 1982b, p. 102), pelo nacional-desenvolvimentismo (JAGUARIBE, 2013, p. 315-317) e pelo pensamento sobre PEI (CASTRO, 1972, p. 8, 22). Daí os autores brasileiros destacarem as relações econômicas centro e periferia como a causalidade crucial para a inserção internacional brasileira da época e a inserção internacional desenvolvimentista como a finalidade capaz de romper com essa força profunda.

Assim, pode-se dizer que, na visão dos estudiosos brasileiros, a inserção internacional do Brasil é dependente até meados do XIX porque as finalidades externas do Estado — aceitação dos tratados desiguais — confluem com as forças profundas internacionais — as relações centro- periferia, incluindo o imperialismo liberal Europeu. Em síntese, a inserção internacional dependente para os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, vistos até aqui, é aquela que tem finalidades no mesmo sentido das causalidades econômicas internacionais que afetam o país.

É interessante observar que a mesma conclusão não poderia ser tirada em relação aos países centrais: suas inserções internacionais imperialistas e liberais (PAILLARD, 1994, p. 67, 85-87) eram autônomas e estavam em consonância com a força profunda do capitalismo internacional, que os colocava em posição superior e trazia a capacidade material para a dominação externa que reforçava o modelo centro-periferia. De modo inverso, autonomia de inserção internacional significava, para países como o Brasil, que as finalidades da ação externa fossem de encontro às causalidades internacionais. Tais constatações reforçam a observação de que há uma combinação analítica entre conceitos cepalinos e franceses na Escola de Brasília.

Será verificado, ao longo do restante desse capítulo, se a caracterização do conceito de dependência em inserção internacional, válido para a primeira metade do século XIX, é aplicável para a análise brasileira do restante da história da inserção internacional brasileira.

De 1844 a 1889, a força profunda de tendência ao subdesenvolvimento dos países periféricos continua muito próxima à observada até aqui. Assim, tudo mais constante, o Brasil continuaria a exportar primários, principalmente para os EUA, e a importar manufaturados, assim como receber empréstimos e investimentos da Inglaterra (CERVO, 2008c, p. 69-71; CERVO; BUENO, 2010, p. 54-56, 146), a

predominância do modelo centro-periferia era visível. Da mesma forma, os Estados centrais continuavam a pressionar pela abertura dos mercados periféricos (CERVO; BUENO, 2010, p. 146), o imperialismo liberal (PAILLARD, 1994, p. 35) figurava, assim, como reflexo político das forças profundas do capitalismo que dividiam o mundo em centro e periferia.

Como se viu no capítulo 1, o período de 1844 a 1860 é chamado de "ensaio de autonomia" (CERVO; BUENO, 2010, p. 72) e de inserção internacional soberana (CERVO, 2008c, p. 70) Podendo-se dizer, desse modo, que ambos os autores confluem na caracterização desse momento histórico como de inserção internacional autônoma.

Teria havido um projeto político industrialista (CERVO; BUENO, 2010, p. 73; CERVO, 2008c, p. 70), incluindo a ideia de produção de similares nacionais (CERVO; BUENO, 2010, p. 74), o qual se expressou, na inserção internacional do país, na recusa de renovar os tratados desiguais que expiravam e na elevação das tarifas alfandegárias (CERVO; BUENO, 2010, p. 73). Essas medidas resultaram em um surto industrial (CERVO; BUENO, 2010, p. 77-78).

É possível ver que essas práticas de 1844 a 1860 podem ser chamadas de finalidades autônomas e desenvolvimentistas de inserção internacional, de acordo, como se viu no capítulo 1, ao mesmo tempo, com os pressupostos cepalinos (PREBISH, 1982b, p. 102) de industrialização, de política externa autônoma desenvolvimentista proposta pelo nacional-desenvolvimentismo (JAGUARIBE, 2013, p. 315-317) e de política internacional desenvolvimentista e independente, derivada das ideias da PEI (CASTRO, 1972, p. 8, 22). Assim, no campo das finalidades, é possível ver uma integração das ideias da Escola Francesa não apenas com o

pensamento cepalino, mas também com os conceitos nacional-desenvolvimentistas e da PEI.

Essas finalidades foram na contramão das causalidades que, como dito, continuavam a reforçar o desenvolvimento no centro e o subdesenvolvimento na periferia mediante a divisão internacional do trabalho. O sistema de finalidades — a meta industrialista do Estado brasileiro — desvincula-se e procura superar as forças profundas geradoras da situação periférica.

No primeiro capítulo, também fora discutido até que ponto as intervenções do Império brasileiro na região platina na segunda metade do XIX, a contragosto da Inglaterra, (CERVO 2008c, p. 124-125; CERVO; BUENO, 2010, p. 116) são classificadas, ou não, como uma inserção internacional autônoma. Vimos que os autores brasilienses consideram essa política como um desvio de perspectiva e um desperdício de energias (CERVO; BUENO, 2010, p. 147) e, portanto, não, como uma dinâmica verdadeiramente autônoma. Observa-se, que, apesar da independência de vontade que o Brasil teve nesse assunto externo, ele não praticou uma inserção internacional autônoma sustentável, no sentido de que produzisse condições de desenvolvimento econômico. Isso por não estar a ação externa direcionada para o problema crucial do subdesenvolvimento e das relações econômicas centro-periferia, mas para uma política voltada para temas político-militares, justamente o inverso do que recomendam, como se viu na parte 2 desse trabalho, o nacional-desenvolvimentista (JAGUARIBE, 2013, p. 315-317) e o pensamento sobre a PEI (CASTRO, 1972, p. 15; LIMA, 1992, p. 59)

Olhando para a presença das idéias da Escola Francesa, em conjunto com as da Cepal, do nacional-desenvolvimentismo e da PEI, no conceito de autonomia de inserção internacional da Escola de Brasília, pode-se entender melhor por que essa política, a princípio autônoma, não é, de fato, considerada como tal. O conceito brasiliense de inserção internacional autônoma se refere às decisões externas cujas finalidades se oponham à causalidades que exercem força sobre a decisão em questão. Até aqui, as intervenções no Prata estariam incluídas no conceito de autonomia de inserção internacional, mas elas não se adequam ao segundo critério: a necessidade de as finalidades romperem com as causalidades político-econômicas da relação entre centro e periferia. As decisões do Estado brasileiro em relação ao Prata teriam rompido apenas com a causalidade política-militar da

pressão imperialista inglesa e perseguido, igualmente, apenas objetivos político-militares.

Confirma-se, portanto, que os conceitos de autonomia e dependência de inserção internacional, no período de 1844 a 1889, são construídos pelos autores brasileiros de forma analiticamente semelhante à conceitualização que é feita para a primeira metade do século XIX. A combinação dos modelos cepalino e da Escola Francesa permanece. A dependência nas decisões de inserção internacional continua a ser vista como a confluência das finalidades exteriores do Estado, em termos político-econômicos, com as causalidades materiais e políticas do contexto internacional. A autonomia também ainda é vista como o reverso disso: as metas externas político-econômicas do Brasil contrariando as forças profundas da economia capitalista internacional e buscando o desenvolvimento.

Essa caracterização da inserção internacional autônoma como promotora e desobstrutora do desenvolvimento se comunica, como visto no capítulo 1, além de com o pensamento cepalino, também com a caracterização de uma política externa autônoma ou uma política internacional independente como instrumentos do desenvolvimento econômico, vislumbradas, respectivamente, pelo nacional-desenvolvimentismo (JAGUARIBE, 2013, p. 315-317) e pelas ideias da PEI (CASTRO, 1972, p. 8, 22).

2.2.1.2 Mudança nos fatos, mas permanência do modelagem (1945-1979)

Tal modelo conceitual ainda é aplicável ao período de 1930 a 1979, vigência do paradigma desenvolvimentista (CERVO, 2008c, p. 71). O desenvolvimentismo é visto como uma característica comum de todos os governos desse período, mas as estratégias e o tipo de desenvolvimento levados adiante variaram de modo significativo. De tal forma que nem todas as inserções internacionais desenvolvimentistas da época são vistas como autônomas. O II Governos de Getúlio Vargas, o Governo João Goulart e o Governo Geisel teriam tomado decisões externas desenvolvimentistas indubitavelmente independentes, enquanto que os Governos Dutra e Castelo Branco seriam exemplos de uma ação externa desenvolvimentista mas não autônoma. (CERVO, 2008c, p. 73-74, 130; CERVO;

BUENO, 2010, p. 271, 273, 309, 368-369, 403; VIZENTINI, 2005, p. 16, 18-19, 30, 43, 50-51)

No primeiro capítulo, tentou-se entender essa nuance conceitual dos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília pela atualização do conceito de centro e periferia por parte de autores dependentistas, *latu senso*. De fato, como se viu na capítulo anterior, Ceslo Furtado (1961, p. 90-91, 221; 1973, p. 14-15, 133; 2000, p. 45) indica que a capacidade de inovação tecnológica sempre teria sido a diferença fundamental entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, o que Thetônio dos Santos (1970, p.55) sumarizou, restringindo sua análise ao período posterior à Segunda Guerra Mundial, como dependência tecnológico-industrial, que incluía uma industrialização de baixa tecnologia e controlada por capitais multinacionais nos países periféricos (CARDOSO e FALETTO, 1977, p. 58; SANTOS, 1970, p.55) Assim, também foi dito, no primeiro capítulo, que esse tipo de desenvolvimento industrial não dependia de uma ação externa autônoma de um país como o Brasil, mas que tendia a se dar por essas novas dinâmicas do capitalismo internacional e que era ideologicamente fundamentada na teoria da modernização (ROSTOW, 1990).

Essa análise fica, agora, mais completa ao levar-se em conta a influência da Escola francesa sobre o pensamento brasileiro. Durante o Primeiro Governo Vargas, as forças econômicas globais ainda tendiam a criar uma relação centro-periferia de tipo clássico, primário-exportado, na periferia e, por isso, a inserção internacional favorável à industrialização, de qualquer tipo, é vista como autônoma pelos autores brasileiros (CERVO, 2008c, p. 72, 128; CERVO; BUENO, 2010, p. 234; VIZENTINI, 2005, p. 15). A finalidade, o industrialismo, contrariava a causalidade econômica, e a reprodução do subdesenvolvimento na forma de uma economia primário-exportadora.

Há, no entanto, ao término da Segunda Guerra Mundial, uma transformação do capitalismo. A força profunda econômica passa por uma mutação e não tende mais à primarização econômica, mas à industrialização de baixa tecnologia da periferia. Diante desse novo quadro, as inserções internacionais de Dutra, que buscava um desenvolvimento complementar ao do centro e de Castelo Branco, que buscava o desenvolvimentismo associado ao atrair mais investimentos privados externos pelo controle macro-econômico (CERVO, 2008c, p. 73-74; CERVO; BUENO, 2010, p. 271), têm finalidades que vão no mesmo sentido das causalidades

econômicas internacionais. Esse fato faz com que a ação externa desses dois governos não seja classificada como autônoma pelos acadêmicos de Brasília, mas como dependente (CERVO, 2008c, p. 130-131; CERVO; BUENO, 2010, p. 271, 368-369; VIZENTINI, 2005, p. 16, 43).

A tipologia de inserção internacional autônoma fica reservada, no período posterior a 1945, aos governos de Getúlio Vargas, de João Goulart e de Geisel (CERVO, 2008c, p. 73-74; CERVO; BUENO, 2010, p. 273, 309, 403; VIZENTINI, 2005, p. 18-19, 30, 50-51). Esses teriam tido como meta romper como a nova forma de reprodução do subdesenvolvimento, seja pela atuação na arena internacional com o fito de superar gargalos sociais ao desenvolvimento mais pleno e valorizar o capital nacional no projeto de industrialização (II Governo Vargas, e Jânio Quadros e João Goulart) ou pela tentativa de buscar as condições externas para implantar indústrias de alto teor tecnológico na país (Geisel) (CERVO, 2008c, p. 75; CERVO; BUENO, 2010, p. 273, 310, 412-413; VIZENTINI, 2005, p. 18-19, 23, 51). As finalidades externas desses governos contrapunham-se, assim, à versão atualizada da força profunda econômica da reprodução do subdesenvolvimento no quadro das relações centro e periferia, fazendo com que suas inserções internacionais sejam classificadas como autônomas pelos autores da Escola de Brasília.

É importante atentar, portanto, para a consistência da conceituação do que é uma inserção internacional dependente ou autônoma diante de um contexto em que há mudanças muito significativas no capitalismo internacional. Os autores brasileiros não perdem seu foco analítico diante do fato de a industrialização na periferia ser, depois da Segunda Guerra Mundial, favorecida pela economia internacional. O modelo conceitual se sustenta sem a necessidade de remendos *ad hoc*: autonomia de inserção internacional em países periféricos é a oposição das finalidades da ação externa à causalidades econômicas internacionais. No momento em que essas forças profundas passam por uma mutação, sem, contudo, transformar o Brasil em um país central, há, no pensamento brasileiro, apenas uma modificação nas finalidades que se enxergam necessárias para romper com a nova causalidade econômica.

A inserção internacional que procura facilitar o fluxo de industrialização de baixa tecnologia e controlada por capitais multinacionais está vinculada diretamente à causalidade econômica internacional que possibilita um novo tipo de situação econômica periférica. A autonomia, a partir desse momento, encontra-se apenas na

inserção internacional que visa a um desenvolvimento nacional e autônomo, calcado em capitais locais, na superação de gargalos sociais e na promoção de indústrias de alta tecnologia.

Como vimos, no entanto, não são apenas consideradas inserções internacionais autônomas as que objetivaram todas essas três metas ao mesmo tempo, mas também os que avançaram em pelo menos uma delas. Isso, todavia não invalida a coerência analítica dos autores da Escola de Brasília: a busca por uma industrialização com base no capital nacional contraria a tendência ao desenvolvimento com recursos multinacionais, o fito de superar os gargalos sociais vai na contramão da tendência do desenvolvimento associado de agravá-los e a meta de instalar indústrias de alta tecnologia é um contraponto à exportação da produção industrial de baixa tecnologia que os países centrais começam a fazer em direção a periferia. Assim, todas as três finalidades, em si, já são decisões externas que procuram romper com as causalidades materiais de sua época, merecendo, portanto, a denominação de autônomas.

2.3 Considerações finais

Viu-se, nesse capítulo, que a teoria de base histórica das relações internacionais da Escola Francesa tem uma posição metodológica central na análise brasileira da história da inserção internacional do Brasil. Essa influência, no entanto, não se dá de forma pura. A visão de mundo materialista, herdada do pensamento cepalino, e que separa os Estados em duas categorias analíticas diversas — centro e periferia —, e as recomendações desenvolvimentistas da própria cepal, do nacional-desenvolvimentismo e do pensamento sobre PEI, alteram substancialmente os pressupostos, respectivamente, de finalidade e causalidades, do pensamento francês.

A visão, centrada na Europa, que vê os Estados como parecidos o suficiente para que sejam uma ameaça de segurança permanente uns aos outros, é substituída por uma ontologia em que existe uma diferença fundamental entre países periféricos e centrais. Essa desigualdade econômica faz que aos países desta região seja impossível se igualar, de forma sustentável e duradoura, com as

capacidades militares dos Estados centrais. Essa pressuposição faz ver a inserção internacional centrada em segurança, mesmo que autônoma, de países periféricos como fadada a fracassos e prolífica a ação externa de Estados do Sul que vise à superação da sua posição subdesenvolvida no sistema econômico internacional.

Como foi visto, esse aproveitamento do sistema teórico francês com a mudança no seu núcleo ontológico também pode ser enxergado pela valorização, pela Escola de Brasília, das causalidades político-econômicas sobre todas as outras e pela forma como este círculo intelectual vê movimentos entre essa força profunda material e as finalidades do Estado, como produtores de uma inserção internacional dependente ou autônoma.

Como observou-se nas narrativa histórica brasiliense de momentos importantes da inserção internacional do Brasil, a inserção internacional dependente é interpretada, de forma consistente e continuada, como a que tem finalidade que confluem com as causalidade econômicas que afetam os países periféricos. A autonomia o é inverso: a oposição entre essas duas variáveis, a meta de desenvolver o país — ideia tributária, como se viu, além do pensamento cepalino, também do nacional-desenvolvimentismo e das ideias da PEI — versus as forças externas que tendem a reproduzir o subdesenvolvimento da nação.

Dependência e autonomia de inserção internacional, são, portanto, definidos pela relação entre causalidades e finalidades e não por um critério absoluto e imóvel. Viu-se, nesse sentido, que o movimento nas forças político-econômicas, a mudança na forma como o subdesenvolvimento é produzido (agrário-exportador ou industrialização associada de baixa tecnologia), altera os critérios segundo os quais as finalidades externas do Estado são consideradas autônomas (desenvolvimento industrial, apenas, ou desenvolvimento industrial, tecnológico e social).

Desse modo, fica visível, desde já, que os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília concebem e utilizam conceitos — dependência e autonomia de inserção internacional — articulados com a ideia de causalidades e finalidades, sendo as causalidades reinterpretadas pela visão de mundo dualista — centro e periferia — da Cepal e as finalidades revisitadas mediante o imperativo, que pode ser objetivado ou não, de uma ação externa desenvolvimentista, ideia derivada dos pensamentos cepalino, nacional-desenvolvimentista e dos conceitos da PEI. De forma que essas matrizes teóricas diversas são integradas de forma coerente e sistemática, originando um novo modelo analítico. Esse tem ideias de dependência e

autonomia de inserção internacional que encontram definição clara na relação que estabelecem com causalidades e finalidades, desenvolvimento e subdesenvolvimento, centro e periferia, mas que, não obstante essa sua precisão, são suficientemente abrangentes para manterem seu poder explicativo diante de especificidades históricas. Uma teoria de base histórica das relações internacionais do Brasil, parece, assim, estar encaminhada nos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília.

Além dessa contribuição metodológica central da Escola Francesa, também viu-se, como as ideias de Paillard (1994) sobre o que se chamou nesse trabalho de um imperialismo liberal europeu na primeira metade do século XIX, ajuda a entender como, além das causalidades econômicas internacionais apontadas, teria existido uma causalidade política, também promotora do subdesenvolvimento dos países periféricos, a ser contraposta, ou não, por uma inserção internacional do país, nesse momento histórico. Na próxima parte desse trabalho vai-se tentar mostrar, entre outras coisas, como, a partir da influência da Escola Inglesa, os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília trabalha com a existência desse tipo de causalidade política internacional de forma temporalmente generalizada.

3 A INFLUÊNCIA DA ESCOLA INGLESA SOBRE A ESCOLA DE BRASÍLIA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

Nesse capítulo, vai-se estudar como as ideias da Escola Inglesa, tanto as clássicas como as que lhes são críticas desde um ponto de vista periférico, contaminam a análise dos autores brasileiros sobre a inserção internacional do Brasil. Isso será feito não mediante o estudo estanque dessa influência, mas pela percepção de como ela se dá em sentido integrado com as contribuições da Teoria da dependência, *latu senso*, do nacional-desenvolvimentismo e das ideias da Política Externa Independente, e da Escola Francesa. Essa análise cumulativa levará à conclusão de que a inserção internacional dependente do Brasil concebida pelos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília pode ser descrita como a *mimese* do racionalismo central que fundamenta a política internacional dos países desenvolvidos, enquanto a concepção autônoma da inserção internacional do Brasil dessa Escola pode ser analisada como um racionalismo periférico.

Com esses intuitos, o capítulo será dividido em três partições principais. A primeira (4.1) vai ser dedicada ao compêndio das abordagens da Escola Inglesa, sendo, para tanto, subdividida em duas partes, uma (4.1.1) referente à visão clássica da Escola Inglesa como uma teoria das Relações Internacionais e outra (4.1.2) que tratará da abordagem histórica e crítica-periférica dessa Escola.

A segunda seção principal (4.2) contém o estudo da influência, integrada com as contaminações anteriores, dessas duas vertentes da Escola Inglesa sobre o pensamento brasileiro, cindindo-se, desse modo, em uma partição (4.2.1) que analisará o impacto da versão histórica e crítica-periférica e em outra (4.2.2) que exporá a influência da Escola Inglesa como teoria das relações internacionais sobre a Escola de Brasília. Como essa contaminação acontece de forma crítica, a partir das outras influências da Escola de Brasília, é preciso subdividi-la, ainda em duas partes. A primeira (4.2.2.1) analisará o aproveitamento crítico dos conceitos teóricos da Escola Inglesa a partir dos pressupostos dos pensamentos dependentista, em sentido amplo, nacional-desenvolvimentista e da PEI. A segunda (4.2.2.2) vai conter a observação de como esse aproveitamento crítico acumulado é, ainda, combinado

à ideias da Escola Francesa, do que se poderá derivar os tipos ideais de inserção internacional autônoma (4.2.2.2.1) e dependente (4.2.2.2.2).

O terceiro item principal (4.3) vai trazer as considerações finais sobre a construção, a partir do aproveitamento dessa constelação teórica e conceitual, dos conceitos, em forma de tipos ideias, de autonomia e dependência nos Estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília. Nessa momento também vão ser expostos os motivos pelos quais é esclarecedor qualificar esses dois tipos de inserção internacional, autônomo e dependente, como como um racionalismo periférico e uma *mimese* do racionalismo central, respectivamente.

3.1 Escola Inglesa: da teorização clássica à crítica para a periferia

A Escola inglesa é amplamente reconhecida como uma teoria das Relações Internacionais. Isso se comprova pela sua explanação como tal em diversos manuais de Relações Internacionais³¹. O ponto de vista a partir do qual essa Escola é enxergada como uma contribuição para a disciplina da História das Relações Internacionais é, todavia, também um ponto de partida importante para analisar a influência desses estudiosos ingleses sobre os autores da Escola de Brasília.

Nessa mesma linha de raciocínio, é também necessário ver as nuances do tratamento dado à Escola inglesa, nos manuais³² de relações internacionais acima referidos. Constata-se, nessas obras, que a teoria de Relações Internacionais da Escola inglesa privilegia um método interpretativo de produção de conhecimento, tributário dos estudos de histórica, da diplomacia e do direito, em contraste com uma

³¹ Como sejam a obra *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*, de Robert Jackson e Georg Sørensen (2007) e nas publicações coletivas *International Relations Theories*, editado por Tim Dunne, Milja Kurki e Steve Smith (2007), especificamente no capítulo "The English School" de Tim Dunne, e *International Relations Theory for 21st Century*, editada por Martin Griffithis (2007), na qual figura o capítulo "The English School" de Alex Bellamy.

³² Uso dos manuais, nesse capítulo, não se faz para substituir a consulta às fontes originais da Escola Inglesa, mas apenas para mostrar fontes secundárias que transmitem uma certa visão estabelecida, de *mainstream*, da referida Escola. Interessa-nos mostrar essa visão para contrapô-la, justamente, a uma abordagem mais ampla e nuanciada da Escola Inglesa, abordagem, essa sim, que vai ser analisada em suas influências sobre a Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil

metodologia quantitativa que viria a predominar, nos anos de 1950, nas universidades estadunidenses. (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 196-197; DUNNE, 2007, p. 138-141; BELLAMY, 2007, p. 76-77)

Essa visão, apesar de mostrar a importância do método histórico, encara-o, em relação à Escola inglesa, como uma aproximação que a teoria faz da história e, não, como a teorização que o historiador é capaz de fazer a partir da observação de regularidades empíricas e do aproveitamento parcial de conceitos. Watson (2004), esse sim, seria o exemplo maior desta forma de produzir conhecimento, já que esse autor, como se verá, beneficia-se de alguns esquemas das abordagens teóricas da sua própria Escola, mas impõe limites, que advêm da observação do autor da complexidade dos fatos históricos, a esses conceitos abstratos.

Além de ressaltar a importância dada às abordagens históricas de base teórica da Escola inglesa, é necessário, ainda, mostrar a crítica feita a elas desde um ponto de vista periférico. É principalmente pela análise que Brunello Vigezzi (1994; 2005) faz da hegemonia que a sociedade internacional europeia do século XIX exerceu sobre os países periféricos que o conhecimento sobre história das relações internacionais produzido pela Escola Inglesa recebe uma leitura crítica-periférica.

Assim, é nesse enquadramento que, acredita-se, faz sentido apresentar a Escola inglesa no contexto desse capítulo. Para tanto, serão compendiados, em primeiro lugar, na partição 3.1.1., os conceitos com alto grau de abstração que são comuns aos autores da Escola inglesa, e, principalmente as concepções teóricas de Martin Wight (1991) e Hedley Bull (1995). Em seguida, na seção 3.1.2., será visto como Watson (2004) utiliza, de forma parcial e relativizada, as ideias de seus colegas acima em sua análise histórica das relações internacionais e como sua versão da sociedade internacional europeia do século XIX é criticada por Vigezzi (1994; 2005), desde a Europa para a periferia.

3.1.1 A teorização clássica da Escola Inglesa

Um elemento basilar para as construções teóricas da Escola Inglesa é a organização das visões de mundo próprias das Relações Internacionais feita por

Martin Wight (1991). Para esse autor, é possível enxergar as relações internacionais dos Estados por três prismas: o Realismo, tendo como seu pensador de origem Maquiavel, o Racionalismo, que derivaria das ideias de Gortius, e o Revolucionismo, tributário do pensamento de Kant (WIGHT, 1991, p. 8-7)

O Realismo concebe os Estados como agência de poder e as relações entre eles, que formam o sistema internacional, como expressão de seus interesse egoístas. Ainda, o realismo vê esse egoísmo como algo imutável, decorrente da natureza humana, o que torna o sistema internacional decorrente das relações egoístas também inalterável, sendo possível, apenas, conformar e adaptar-se a ele. (WIGHT, 1991, p. 15-25)

No outro extremo, estaria a linha de pensamento de Relações Internacionais originada por Kant. Na visão revolucionista, os seres humanos formam uma comunidade mundial, que estaria centrada na solidariedade e nos direitos humanos. Esse ponto de vista é tributário de uma ontologia otimista, segundo a qual a razão humana é capaz de transformar radicalmente para melhor a realidade. (WIGHT, 1991, p. 8-12)

Já o ponto de vista intermediário, o Racionalismo, entende que o mundo se organiza em uma sociedade de estados, de acordo com o direito internacional, codificado em primeira mão por Grotius, e com a prática diplomática. Essa concepção traz também um enfoque intermediário da capacidade de promover mudança do agente, esse é visto como tendo uma liberdade em parte constricta por condições históricas geradas por forças coletivas — como a anarquia internacional —, de forma que ele é capaz de promover transformações apenas evolutivas na sociedade internacional. (WIGHT, 1991, p. 14-24)

Hedley Bull (1977) faz uma caracterização mais aprofundada dos possíveis espaços internacionais correspondentes a essas três visões de mundo concebidas por Wight (1991). O sistema internacional representaria apenas o contato regular e o conseqüente impacto mútuo entre os Estados (BULL, 1977, p. 10), enquanto a sociedade internacional estaria marcada, por interesses, valores, regras e instituições comuns (BULL, 1977, p. 13). Já uma sociedade mundial seria o grau de interação, mediante interesses e valores comuns, que acabaria por ligar toda a humanidade (BULL, 1977, p. 276). Esses valores comuns da sociedade mundial teriam uma qualidade diferentes daqueles da sociedade internacional, não seriam

valores compartilhados apenas entre Estados, mas valores humanos, tais como os direitos humanos. (BULL, 1984a, p. 13)

Ainda, Bull (1997; 2002) apresenta as duas faces dessa sociedade de Estados, que abarca, como visto, interesses, valores, regras e instituições comuns (BULL, 1977, p. 13), as quais, todavia, não chegam a criar uma autoridade hierárquica que se sobreponha à soberania dos Estados (BULL, 2002, p. 57). Existe, assim, uma sociedade internacional composta por Estados independentes (BULL, 2002, p. 60, 62), o que se traduz, com precisão, no conceito de sociedade anárquica (BULL, 2002, p. 57).

Dentro dessa sociedade anárquica, existiriam dois valores fundamentais: ordem e justiça (BULL, 1995; 2002). A ordem internacional é definida pelo autor como um padrão ou organização das atividades internacionais que alicerça os objetivos básicos da sociedade de Estados, enquanto justiça internacional seria o enquadramento moral no qual os estados têm direitos e obrigações (BULL, 1995, p. 78).

Em relação à justiça internacional, há uma subdivisão conceitual entre justiça comutativa e distributiva. A primeira seriam as regras do jogo internacional dentro das quais os Estados podem buscar seus objetivos, as regras são aplicadas para todas as nações de modo recíproco (BULL, 2002, p. 95,107). Esse tipo de justiça se expressaria no direito internacional e nas práticas diplomáticas (BULL, 2002, p. 95, 107).

A justiça distributiva, por seu turno, diz respeito ao princípio de que os recursos globais deveriam ter uma distribuição equitativa, em prol de um bem comum. Nesse sentido, os iguais deveriam ser tratados como iguais e os desiguais como desiguais, quebrando-se a reciprocidade das regras e possibilitando o tratamento especial para países que se encontram desprivilegiados pela alocação internacional de bens. O exemplo apresentado pelo autor é a transferência de recursos que deve haver entre países ricos e pobres. (BULL, 2002, p. 96-99)

Para esse autor, entretanto, a justiça distributiva, como o desenvolvimento e a redução da pobreza, é um valor colateral na sociedade de Estados. É a justiça comutativa, onde todos os países são tratados como iguais, conforme regras uniformes, que predomina na sociedade internacional, já que "...a política mundial é sobretudo um processo de conflito e cooperação entre estados que só têm uma percepção rudimentar do bem comum com relação ao mundo em seu

conjunto..." (BULL, 2002, p. 95-96). Assim, pode-se dizer que questões de desigualdade econômica e a discussão sobre direitos sociais não se sobrepõem à garantia de direitos igualitários entre os Estados, de modo que o direito internacional tem como objeto principal a igualdade política formal entre os Estado e, não, a desigualdade econômica real entre eles.

Entre os dois valores fundamentais da sociedade internacional, para Bull (2002): a ordem — mantida pelo balanço de poder — predomina em relação a justiça comutativa — direitos internacionais como a autodeterminação, a não-intervenção e a igualdade soberana (Bull, 1995, p. 78). O equilíbrio de poder é o que garante a sobrevivência da sociedade internacional e, assim, de todos os valores, normas e direitos que ela comporta. Assim, para o autor, nada pode ser conseguido sem a ordem internacional. (BULL, 2002, p. 109, 111, 115, 123) Princípios de justiça comutativa, como a não-intervenção, podem ser quebrados, caso a ordem internacional esteja ameaçada, pela instituição de guerras limitadas. Essas são consideradas um mal menor diante da possibilidade de guerras internacionais generalizadas. (BULL, 2002, p. 86,88)

3.1.2 A visão histórica e crítica-periférica da Escola Inglesa

Watson (2004, p. 13) beneficia-se desse diálogo conceitual em torno das três tradições descritas por Martin Wight (1991). Em particular, Watson (2004, p. 14) aprofunda o debate sobre sistema e sociedade internacional colocando-os em perspectiva histórica comparada. O autor se afasta das concepções presentistas e euro-centradas (WATSON, 2004, p. 14) desses dois conceitos e identifica espaços internacionais diversos desde os sistemas de Estados antigos sumério e islâmico até sociedade internacional global que se forma depois da Segunda Guerra Mundial, passando ainda por arranjos que não primavam pela independência das unidades políticas, quais sejam os sistemas de suserania e de hegemonia (WATSON, 2004).

No contexto dessa sua obra, *A Evolução da Sociedade Internacional*, Watson (2004, p.16) compartilha dos conceitos da Escola inglesa de sistema e sociedade internacionais, mas diminui sua abrangência explicativa. Para o acadêmico inglês, sistema anárquico de Estados independentes e a sociedade de valores e regras

compartilhadas não são conceitos universais, mas apenas pontos possíveis em um espectro que vai desde a ideia pura de anarquia e independências até um sistema imperial absoluto (WATSON, 2004, p. 15).

A análise histórica das diferentes possibilidades de organização do espaço internacional dentro desse espectro, apesar de ter levado à relativização de conceitos de cunho teórico presentista da Escola inglesa, levou Watson (2004) a identificar regularidades entre os diversos arranjos internacionais. Assim, novos conceitos de base empírica temporal e espacial ampliadas surgiram.

Em primeiro lugar, esse autor verificou que existe uma propensão geral das unidades políticas à hegemonia. Outra conclusão é que a legitimidade e, não, somente a força, é fundamental para a estabilidade de qualquer tipo de arranjo do espaço internacional (WATSON, 2004, p. 435-438). Um terceiro conceito é o de "matriz cultural", cujo compartilhamento tem papel fundamental nos arranjos regulatórios que surgem entre entidades políticas de uma determinada região. Esses marcos regulatórios, mesmo que superados ao longo do tempo, legam princípios para os arranjos que os sucedem, de forma que esse "legado do passado" significa que há elementos de continuidade quando um espaço internacional é reorganizado (WATSON, 2004, p. 441-443).

Não obstante essa ampliação histórica e geográfica da análise, Watson (2004) termina por valorizar o espaço internacional europeu da modernidade. O princípio europeu de soberania do século XVII singularizaria o continente do seu próprio passado medieval e dos sistemas internacionais de outras civilizações (WATSON, 2004, p. 439-441). A sociedade internacional européia também é vista pelo autor como a que lega princípios para o que ele chama de sociedade internacional global, que seria o espaço internacional contemporâneo (WATSON, 2004, p. 441). Assim, os valores europeus têm grande peso para explicar o presente na obra de Watson (2004), o que acaba por se refletir em uma atenção maior do autor para a evolução do espaço internacional europeu moderno do que para qualquer outro arranjo regional de unidades políticas. O livro de Watson (2004), portanto, acaba por recair novamente em eurocentrismo.

Apesar de apontar os aspectos negativos da expansão da sociedade internacional européia, Brunello Vigizzi (1994; 2005) o faz desde o ponto de vista dos dominadores europeus e, não, dos dominados. Assim, para o autor, a revolução industrial e a sociedade internacional europeia foram um forte instrumento de

expansão, em forma de dominação, da Europa em direção às regiões menos avançadas do mundo. (VIGEZZI, 2005, p. 93-97).

Para chegar a tal conclusão, Vigezzi (2005), a partir de uma análise da história do pensamento do British Committee on the Theory of International Politics, instituição-base da formação da Escola inglesa, faz uma nova distinção, conceitualmente menos estanque do que a de Bull (1995), entre sistema e sociedade internacional. O sistema não seria apenas o impacto mútuo e a necessidade de um estado levar o outro em conta nos seus cálculos estratégicos. Vigezzi (2005, p. 5) leva adiante a admissão de Bull (2002, p. 19-22) de que sempre houve elementos sociais no sistema de Estados modernos e, não, apenas nas sociedades. Para o autor italiano, o vislumbre de Bull (2002, p. 19-22) se sustenta no fato de que em um sistema não existe apenas o impacto mútuo estratégico-militar, mas também interação econômica e política (VIGEZZI, 2005, p. 5). A partir desses tipos diversos de interação, nascem, já no sistema internacional, certas regras e valores compartilhados (VIGEZZI, 2005, p. 5). A sociedade internacional seria o amadurecimento e aprofundamento destas características do sistema. (VIGEZZI, 2005, p. 5)

Uma sociedade internacional teria sido formada na Europa da Revolução Industrial e do século XIX e seus efeitos se fizeram sentir nas relações entre os Estados e também nas sociedades e na interação entre elas, influenciando as formas de produzir e comerciar, os modos de vida, as tendências de pensamento e as normas jurídicas. (VIGEZZI, 2005, p. 6)

Vigezzi (2005, p. 6) aponta que esse conjunto de Estados europeus iria unificar o mundo em uma única rede global de relações, no século XIX e destaca, em conformidade com as observações de Watson (2004, p. 369), que essa expansão se deu, predominantemente, no sistema internacional. Não houve, portanto, no século XIX, uma integração cultural global, mas um sistema de dominação liderado pela Europa e por países a ela associados, como EUA e Japão. (VIGEZZI, 2005, p. 6). Vigezzi (1994, p. LXXXV-LXXXVI) identifica, assim, o caráter impositivo dessa expansão de inícios do século XIX, seja pela força, nos casos do Império Otomano e da China, ou pela pressão político-jurídica, como ocorrera em várias outras partes do mundo.

Esse domínio, para Vigezzi (2005, p. 97), não se explica somente pela expansão do sistema, mas também pela articulação desse com a sociedade

internacional, que não se expandiu para muito além da Europa . A unidade cultural e a organicidade da sociedade internacional europeia favorecia, para além da sua superioridade econômica e militar, a legitimidade da exportação de regras, instituições e valores europeus para o restante do mundo (VIGEZZI, 2005, p. 95).

Essa conclusão de Vigezzi estabelece um paralelo com as ideias, vistas na parte 1, de Osvaldo Sunkel e Perdo Paz (1970, p. 37), que também analisam o sistema de dominação internacional. Para estes autores, apesar de haver uma complementariedade econômica estrutural entre centro e periferia, o primeiro é dotado de hegemonia e detém, portanto, a capacidade de ditar regras e a ordem internacional para todo o globo (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 37).

3.2 O impacto das versões histórica e crítica-periférica, e clássica da Escola Inglesa sobre os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília

Os dois modos, crítico-periférico e clássico, pelos quais se dá a influência da Escola Inglesa sobre a Escola de Brasília se integram com as contaminações da visão de mundo centro-periférica e desenvolvimentista da Escola da Dependência, em sentido amplo, do nacional-desenvolvimentismo e da PEI, e da metodologia histórica que leva à análise das dinâmicas entre finalidade e causalidades. Aliás, como se viu na parte 2, o impacto da Escola Francesa já se dá pela amalgama com essa ontologia dependentista, sendo possível dizer, dessa forma, que a influência da Escola inglesa deve ser vista como uma segunda integração, uma combinação com os conceitos já integrados do pensamento da dependência, *latu senso*, do nacional-desenvolvimentismo e da PEI, e da Escola Francesa.

Desse modo, será visto, como a identificação da contaminação, nesse sentido integrado, dos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília com os conceitos ingleses, revela o poder analítico ampliado dos conceitos de autonomia e dependência de inserção internacional. Até aqui, foi observado, sobretudo, como ambas essas noções referem-se aos objetivos econômicos da inserção internacional do Brasil, no campo das finalidades, e como se direcionam em relação às causalidades econômicas internacionais. Pela elucidação do impacto das ideias

inglesas sobre o pensamento brasileiro, será possível mostrar como autonomia e dependência não dizem respeito apenas aos temas econômicos e político-econômicos das relações internacionais centro-periféricas e da inserção internacional do Brasil, mas também a assuntos políticos e político-militares, de modo que se pode abordar, nesse capítulo, as relações internacionais de dependência³³ e os modos como a inserção internacional do Brasil reage a elas.

Com esses intuitos, e nesse sentido integrado, será mostrado, na seção 3.2.1, o impacto das versões histórica e crítica-periférica da Escola Inglesa sobre os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, enquanto, no item 3.2.2, será revelada a influência dos conceitos clássicos da Escola Inglesa nos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília.

3.2.1 O impacto das versões histórica e crítica-periférica da Escola Inglesa sobre a Escola de Brasília

A influência histórica e crítica-periférica da Escola Inglesa sobre a visão da sociedade internacional dos autores da inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília será analisada na seção 3.2.1.1 No item 3.2.1.2, será mostrado, também a partir dessa influência histórica e crítica-periférica da Escola Inglesa, como as práticas políticas calcadas no liberalismo econômico, emanadas da sociedade internacional, mediante suas regras, instituições e valores, que são, segundo a visão crítico-periférica e dos próprios autores brasileiros sobre essa sociedade de Estados, elaborados, principalmente, desde os países centrais e repassados aos países periféricos, constituem um modelo de relações internacionais dependente para a periferia e, portanto, uma causalidade política internacional. Pelo lado das finalidades, a contaminação dos conceitos ingleses esclarecem como se dão as inserções dependente e autônoma do Brasil em relação ao campo político, de forma que a dependência seria a conformidade com o modelo de inserção internacional,

³³ O termo "dependência" nas relações internacionais, em adição ao termo relações "centro-periféricas", passa a ser usado nesse capítulo porque os autores aqui trabalhados apontam assimetrias políticas decorrentes das diferenças econômicas entre centro e periferia. Como visto na parte 2, essa integração entre temas políticos e econômicos é fundamental para que se possa falar em relações de dependência (CARDOSO e FALETTTO, 1977, p. 12).

suas regras instituições e valores para a periferia proposto desde o centro capitalista, enquanto a autonomia de inserção internacional representa a resistência a esse esquema político gerador de dependência nos países periféricos. Essas constatações vão permitir, também, fazer um primeiro esboço das noções de racionalismo central e periférico, cujas definições serão completadas na seção 3.2.2

O impacto de ideias clássicas da Escola inglesa, explicitado no item 3.2.2, vai acrescentar o entendimento do enquadramento dependente ou autônomo dos temas políticos que não sejam referentes a regras econômicas e dos assuntos de segurança. Assim, será visto como há, também em relação a esses aspectos, uma causalidade internacional que reflete uma preponderância das preocupações políticas e de segurança dos países centrais na política internacional, a qual podem se opor, em uma atitude autônoma, as finalidades do estado periférico ou a ela se conformarem, significando uma ação externa dependente.

Além disso, a partição 3.2.2 mostrará que existe uma organização hierárquica entre as agendas econômica, política e de segurança diferente nas inserções internacionais autônomas e dependentes. Esta se conforma à agenda dos países centrais, que priorizam, segundo a análise da sociedade anárquica, os temas de segurança sobre os assuntos políticos e esses acima da questão do desenvolvimento, enquanto aquela organiza as prioridades externas do país de acordo com as necessidades nacionais, do que resulta uma agenda invertida em relação àquela dos Estados centrais. Nesse contexto analítico, a causalidade internacional seria a preponderância dessa agenda de política internacional dos países centrais. Essa é oposta, por inversão, pelas finalidades desenvolvimentistas de uma inserção internacional autônoma, ou reforçada por uma ação externa dependente.

Essa análise que se acumula na seção 3.2.2 acabará por mostrar que existe, nas análises brasileira sobre a inserção internacional do Brasil, um complexo de dinâmicas de oposição ou confluência entre causalidades e finalidades que diz respeito tanto aos temas do desenvolvimento, das regras, instituições e valores e da segurança internacional quanto à própria hierarquização desse assuntos na agenda de inserção internacional do Brasil. A causalidade internacional, em sua completude, seria, assim, a disseminação difusa, pelo poder de dominação do centro do capitalismo (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 37), da abordagem e hierarquização desses elementos que fazem os Estados centrais.

No item 3.2.3 também será analisado, como já se pode supor, que as finalidades de inserção internacional que convergem com essa causalidade compõem, para os brasileiros, uma inserção internacional dependente, que, juntamente com essa causalidade, pode ser chamada de racionalismo central, enquanto as finalidades que vão de encontro a essas forças profundas constituem uma ação externa autônoma, que também pode ser descrita como um racionalismo periférico.³⁴

3.2.1.1 A influência da visão histórica e crítica-periférica da Escola Inglesa sobre a visão da sociedade internacional dos autores da inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília

Amado Cervo (2008b), além de desenvolver a crítica de Vigezzi (1994; 2005) ao efeitos, nos países menos avançados, da expansão do sistema internacional europeu sob a direção da sociedade de Estados da Europa, dá um passo adiante e analisa também como, depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos substituem, mantendo instrumento de dominação semelhantes aos da hegemonia europeia, além de estudar o papel que os próprios países periféricos tiveram na suas relações com o exterior no século XIX e XX. Assim, alguns Estados teriam trilhado o caminho, desejado e promovido pela Europa e EUA, de inserção dependente e outros resistido a esse modelo, fazendo sua própria industrialização e aproximando-se ou mesmo integrando o círculo dos países centrais.

Para o autor brasileiro, as regras, instituições e valores que o diretório da sociedade europeia decidia aplicar aos aspectos econômicos e políticos do sistema internacional³⁵ que se expandia eram decorrentes do pensamento liberal. A

³⁴ É importante esclarecer que esses dois conceitos, racionalismo periférico e central, em momento algum são mencionados pelos autores brasileiros aqui estudados. Ambos os conceitos foram fruto da reflexão que foi feita a partir da pesquisa até aqui empreendida e são úteis para enquadrar o modo pelo qual as influências dos autores brasileiros impactam de forma acumulada e esquemática sobre os dois conceitos fundamentais para a análise brasileira da inserção internacional do Brasil: dependência e autonomia.

³⁵ Ao atribuir regras, instituições e valores econômicos e políticos ao sistema internacional e ver a expansão desse dirigida por uma sociedade de Estados europeia, Cervo (2008a) compartilha com

apropriação das ideias de Sunkel e Paz (1970), acerca da capacidade do centro capitalista de ditar regras e ordem internacionais, leva, por outro lado, Amado Cervo (2008c) a observar que o esquema de hegemonia coletiva europeia é substituído, em condições semelhantes — as regras econômicas continuaram a ser liberais —, pela hegemonia norte-americana após a segunda guerra mundial. Assim,

A ordem que regeria as relações internacionais em substituição ao sistema de hegemonia coletiva dos europeus que vinha do século XIX estava em gestação na inteligência política americana durante a Segunda Guerra Mundial. Foi implantada entre 1945 e 1949, caracterizando-se pelos seguintes parâmetros: a) fronteiras ideológicas e zonas de influência; b) liberalismo ilimitado na zona de influência americana; c) envolvimento dos países nos sistemas regionais de aliança das duas superpotências. (CERVO, 2008c, p. 128-129)

Em relação especificamente ao período de hegemonia coletiva europeia (1815-1945), ou sistema de dominação europeu, nas palavras de Vigezzi (1994; 2005), esse enquadramento do liberalismo como doutrina de dominação, leva Cervo (2008b) a especificar a diferença que havia no século XIX entre os princípios e práticas que a sociedade europeia de Estados disseminava pelo mundo e os que admitia em seu próprio interior.

Assim, para Cervo (2008b), "duas fases marcaram a conquista do mundo pelo liberalismo. Na primeira, as potências capitalistas européias impuseram o livre-comércio para fora de suas fronteiras" (CERVO, 2008b, p. 62). Isso ocorreu a partir "[...] do tratado anglo-brasileiro de 1810 para a América Latina à época da independência, passando pelo tratado anglo-otomano de 1838, até a abertura da China na década de 1840 e a do Japão na de 1850" (CERVO, 2008b, p. 62). Desse modo, a abertura comercial, até metade do século XIX, era conseguida nas zonas atrasadas do capitalismo mediante "[...]" uma cruzada mundial com o intuito de solicitar o liberalismo econômico, exigi-lo ou, se fosse o caso, impô-lo [...]" (CERVO, 2008b, p. 58), mas as práticas protecionistas continuavam nas relações entre os países europeus e, mais importante, no comércio entre esses e as nações periféricas, estabelecendo uma abertura comercial desigual. Só na segunda metade do século XIX que "[...] os países industrializados, à exceção dos Estados Unidos, introduziram o livre-comércio nas transações para dentro de suas fronteiras [...]" (CERVO, 2008b, p. 62).

Vigezzi (2005) os conceitos de sociedade e sistema internacional, assim como a visão que se estabelece entre essas duas realidades no século XIX.

Assim, os países latino-americanos que acabavam de se independentizar no início do século XIX “[...] vinculavam-se aos países industrializados pelo liberalismo comercial. A forma dependente dessa inserção internacional resultava de seu caráter político consentido bilateralmente [...]” (CERVO, 2008b, p. 61), além da divisão internacional do trabalho.

Essa reprodução da dependência de forma consentida pelas nações da América Latina, apesar da sua independência política explica como “...a política inglesa de apoio às independências foi assimilada pelo Concerto Europeu.” (CERVO, 2008b, p. 61) Diante do fato de que o esquema liberal beneficiava, “...na Europa, o conjunto social e, na América Latina, apenas a classe superior, a área deixou de ser objeto de preocupação política e estratégica.” (CERVO, 2008b, p. 61) Os países europeus não precisavam recorrer sistematicamente às armas para obterem as vantagens econômicas assimétricas que desejavam.

É interessante observar, aqui, como as conclusões de Cervo (2008b) sobre a forma menos militarizada como era exercida a hegemonia europeia na primeira metade do século XIX, se coaduna-se com as de Paillard (1994). Como vimos no capítulo 2, há, para este autor, uma dominação europeia sobre o mundo, na primeira metade do século XIX centrada em uma forma de poder sutil, que é a difusão da doutrina do livre comércio e a negociação de tratados desiguais (PAILLARD, 1994, p. 33-35). Como a contribuição deste autor é referida por Cervo (2008b, p. 42), pode-se dizer que ele, além de Vigezzi (1994; 2005) influencia o pensamento do acadêmico brasileiro. É a confluência das ideias desses dois últimos pensadores — o poder de dominação da sociedade internacional europeia do século XIX mediante a expansão de regras, instituições e valores pela mundialização de um sistema de Estados centrado na Europa, descrito por Vigezzi (2005, p. 6, 95, 97), e a identificação de como essa dominação se dava especificamente pela disseminação de ideias do liberalismo econômico, feita por Paillard (1994, p. 35) — que leva Cervo (2008b) a trabalhar com a ideia de dominação mundial europeia coletiva por meio da ideologia liberal.

Essa nova forma de poder sobre a periferia, com suas regras, instituições e valores liberais, que foi rapidamente incorporada pela sociedade europeia de Estados, pode ser observada em pormenores em sucessivas decisões do concerto europeu acerca do sistema mundial que ele dirigia:

Em 1817, a Rússia propusera uma solução concertada entre os cinco grandes para induzir a Espanha a ceder regimes constitucionais às possessões e a renunciar o uso da força para revertê-las ao regime colonial. A idéia de criar monarquias na América Latina também era discutida nas reuniões do Concerto Europeu, desde 1818. Apenas por um instante, após sua intervenção na Espanha, em 1823, a França cogitou apoiar um plano espanhol de reconquista. O Concerto Europeu, entretanto, jamais introduziu, na ordem do dia, a possibilidade de uma ação concertada de reconquista, pela força, das antigas possessões ibéricas. Por que se envolveria numa luta em favor das decadentes metrópoles portuguesa e espanhola, agindo contra interesses de nações avançadas? Os ingleses não tiveram dificuldade de dissuadir a França de 1823 de sua inoportuna veleidade, quando as outras potências européias haviam percebido que a independência da América lhes convinha por todos os títulos. (CERVO, 2008b, p. 59-60)

Desse modo, "tanto a Doutrina Monroe quanto a projetada liga anfitriônica de Bolívar foram desnecessárias para defender a independência." (CERVO, 2008b, p. 60). A sociedade europeia, institucionalizada no Concerto Europeu, como já se viu, tinha encontrado uma nova forma de dominação e, assim, intervenções para reestabelecer o domínio formal de sócios menores do Concerto não fazia sentido. Por isso, as independências puseram "...em confronto, exclusivamente, as tropas portuguesas e brasileiras e as tropas espanholas e hispano-americanas, em suas respectivas áreas." (CERVO, 2008b, p. 60)

Ainda, pela mesma lógica, "após as independências da América Latina, o continente americano manteve-se, ao longo do século, como zona de baixa pressão política e estratégica das grandes potências européias." (CERVO, 2008b, p. 58) Dessa forma, "as ameaças e pequenos golpes do imperialismo europeu eram coerentes e localizados..." (CERVO, 2008b, p. 61-62) Um caso importante foi a intervenção "...contra a Argentina de Rosas, para forçá-la a liberalizar o comércio e a navegação dos rios da bacia do Prata" (CERVO, 2008b, p. 61-62), o que mostra que a força militar era usada de forma colateral, apenas para reinserir o instrumento de poder que eram as regras, instituições e valores liberais, quando não houvesse o consentimento dos governos locais.

Também sob a hegemonia americana, a América Latina teria sido uma zona de baixa pressão estratégica. Isso se explica pelo fato de

Os Estados Unidos após a Guerra tornaram-se um dos polos do poder mundial e, nessa condição, deram prioridade a um sistema planetário de segurança que privilegiava, na aplicação dos seus recursos, a cooperação com a Europa, o Oriente Próximo, o Extremo Oriente e a África. (CERVO; BUENO, 2010, p. 270)

Fator mais significativo, porque aponta para formas de dependência, foi a América Latina não ter resistido à implementação dos sistemas de segurança coletiva que eram propostos pelos EUA. Assim, a região "[c]edeu a construção do sistema interamericano, composto pela organização política regional, a OEA, e pela aliança militar, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)." (CERVO, 2008c, p. 129)

Não teria sido, entretanto, apenas nos assuntos políticos e militares que a América Latina teria cedido a regras e valores hegemônicos. Esses, como vimos, eram também de caráter econômico liberal. Assim,

A segurança adquiriu a forma coletiva ao conjugar, por meio das organizações regionais, essas duas opções, uma econômica e outra militar, a dupla face dos interesses veiculados pela política exterior norte-americana. (CERVO, 2008c, p. 129)

Ao mesmo tempo, "[a]s interpretações da historiografia convergem, contudo, sobre a hipótese de haver a América Latina cedido aos interesses norte-americanos sem barganhar." (CERVO, 2008c, p. 129) Havendo, assim, tal como no século XIX, o consentimento desses países ao modelo de inserção internacional dependente proposto desde o centro hegemônico.

Todavia, esse esquema hegemônico, tanto o europeu como o estadunidense, ao mostrar a necessidade de haver essa adesão dos países periféricos ao modelo liberal de inserção dependente para o seu funcionamento, revela, em relação ao século XIX e início do XX

[...] que, embora a dependência geradora das desigualdades estruturais lhes convinha e era procurada pelos europeus, algumas nações da periferia reagiram com o objetivo de integrarem-se à economia-mundo em condições de interdependência, demonstrando que a possibilidade do desenvolvimento estava ao alcance dos povos. (CERVO, 2008b, p. 58)

Da mesma forma, esse reconhecimento do papel dos países periféricos no funcionamento dos mecanismos hegemônicos deixa claro, no que diz respeito à hegemonia americana que o mundo podia optar por alguma autonomia (CERVO, 2008c, p. 129)

Contudo as alternativas, nos dois séculos, eram restritas. Desse modo, "as alternativas de inserção internacional que se colocavam para os povos do liberal século XIX eram estreitas" (CERVO, 2008b, p. 70), tendo em vista que "a construção do mundo liberal demandava parâmetros uniformes de mentalidades, de

concepções e práticas políticas, de produção e produtividade, de condução dos negócios." (CERVO, 2008b, p. 70-71) e que "a sociedade internacional europeia requeria esses parâmetros e difundia-os implantando, pela primeira vez na história, um sistema internacional de alcance global" (CERVO, 2008b, p. 71), de modo que "as relações internacionais serviram de veículo pelo qual se fixaram vínculos de dominação e dependência ou de parcerias e interdependências." (CERVO, 2008b, p. 71) Assim, os países independentes da América podiam optar entre a primeira opção, que significava produção primária para o mercado externo, ou a segunda, industrialização endógena (CERVO, 2008b, p. 71). Os EUA seguiram a segunda opção (CERVO, 2008b, p. 71-72), enquanto o Brasil, ressaltando as resistências e o surto de industrialização da década de 1840, a primeira (CERVO, 200b, p. 72-73).

De forma semelhante, durante a hegemonia estadunidense que inaugurava-se depois da Segunda Guerra Mundial, a "...ordem rígida e simples que esterilizou o pensamento político não deixava opções às potências médias e pequenas. Durante décadas, o mundo terá que se adaptar a suas vertentes ou ensaiar alguma autonomia..." (CERVO, 2008c, p. 129)

Como vimos, um membro da Escola de Brasília, por si mesmo, completou a visão crítica e periférica da sociedade internacional iniciada por Vigezzi (1994; 2005), em trabalhos sobre a história (CERVO, 2008b; 2008c) das relações internacionais. A essas últimas duas obras pode-se atribuir, inclusive, forte influência das teorias da dependência, *latu* senso, apesar de Cervo (2008b) criticar a insuficiente análise histórica dessas teorias o que ele procura corrigir. De qualquer forma, como visto, Cervo (2008b; 2008c), tal como os pensadores cepalinos, visualiza a dependência gerada pelos esquemas liberais de trocas internacionais, e, da mesma forma que os cepalinos e os dependentistas, propriamente ditos, observa os ganhos econômicos apenas das elites nos países atrasados, mas de todos os segmentos sociais nas nações industrializadas, com os modelos econômicos liberais internacionais dos séculos XIX e XX. Ainda, em consonância com as ideias normativas da Cepal, Cervo (2008b; 2008c), como também visto, reconhece que sempre houve a possibilidade de escapar à dependência pela via da industrialização endógena.

Essa visão histórica dos efeitos assimétricos de regras, intuições e valores, produzidos desde os países centrais sobre os países periféricos, as escolhas que esses têm diante dessa configuração internacional e das diferentes reações

periféricas observadas e seus resultados são o primeiro bloco de influência da visão histórica e crítica-periférica da Escola Inglesa, que chega à análises da inserção internacional do Brasil pelos trabalhos brasileiros de história das relações internacionais. Veremos à seguir como se dá, especificamente, essa contaminação, como também a influência de conceitos clássicos da Escola Inglesa.

3.2.1.1.1 A consequência de uma nova visão da sociedade internacional para os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília

Acredita-se serem três as consequências da nova visão da sociedade internacional, derivada da versão crítica-periférica da Escola inglesa e da consequente reinterpretação brasileira da sociedade internacional, sobre os estudos da inserção internacional do Brasil dos acadêmicos da Escola de Brasília em seus conceitos centrais: dependência e autonomia de inserção internacional.

A primeira é a forma como o modelo de dominação gerador de dependência, proposto pela Europa no século XIX (CERVO, 2008b; VIGEZZI, 1994; 2005;) e depois, no século XX e começo do XXI, por todos os países centrais do capitalismo (CERVO; BUENO, 2010; SUNKEL; PAZ, 1970), com protagonismo dos EUA, abdicou do uso regular da força militar e passou a ter como foco central a persuasão ideológica (PAILLARD, 1994, p. 33-34), além da pressão política³⁶. Viu-se como a força da expansão do liberalismo se deveu ao fato de ele ser disseminado, como regras instituições e valores, a partir da sociedade europeia de Estados para o sistema internacional mundial que se alargava (CERVO, 2008b). A visão, portanto, do liberalismo, não apenas como uma teoria, mas como uma forma de poder internacional que se expandia do centro para a periferia do capitalismo internacional,

³⁶ Não há aqui uma afirmação de que nenhuma forma de dominação, depois do início do século XIX, tenha tido como instrumento preponderante a força militar. Ressalta-se apenas a emergência de uma nova possibilidade, mais branda, de poder. O neo-colonialismo sobre a África e a Ásia, da segunda metade do final do século XIX e começo do século XX, mostra que houve, sim, recaídas em formas de domínio principalmente militar. A dominação mais ideológica e política do que militar encontra uma continuidade, no entanto, na América Latina, na qual a forma colonial não é, com raras exceções, restabelecida e as intervenções militares se dão de forma supletiva ao exercício do poder ideológico e político

não de forma espontânea, mas intencional e dirigida inicialmente pelo Concerto Europeu, na forma de hegemonia coletiva (CERVO, 2008b).

Assim, como um conjunto de regras, instituições e valores que nascem de uma determinada sociedade internacional, o liberalismo europeu pode ser visto como uma vertente do racionalismo de Wight (1991). A visão crítica da sociedade de Estados europeia como um diretório de dominação econômica e política (VIGEZZI, 1994; 2005, CERVO, 2008b) traz uma qualificação para esse racionalismo, que perde seu élan universalizante — um direito internacional aplicável globalmente — e é re-localizado dentro do contexto histórico de uma Europa economicamente e tecnologicamente superior e que estendia seu domínio sobre o mundo. Podemos, portanto, chamar as regras, instituições e valores que se firmam na Europa do século XIX de racionalismo central, conceito que é completado pelo aproveitamento crítico de ideias clássicas da Escola Inglesa (como será visto na partição 3.2.2).

O segundo modo, resultante também da crítica periférica da Escola Inglesa, parte do pressuposto de que as regras, instituições e valores defendidos por estadistas de um país central podem ser acertadas e benéficas para o seu próprio país, mas destrutivas para nações periféricas, se mimetizadas por seus homens de Estado. Desse modo, como será fundamentado adiante, às práticas liberais que correspondem ao racionalismo central dos estadistas europeus e dos países centrais devem-se contrapor, para os autores brasileiros, ações políticas compatíveis com um objetivo de industrialização nas nações atrasadas. Essa ideia pode ser enquadrada como um racionalismo periférico, que, assim como o conceito de racionalismo central, terá sua definição completada com a análise, presente na seção 3.2.2, das influências de conceitos clássicos da Escola inglesa sobre o pensamento brasileiro.

Adicionalmente, a forma como são posicionados os conceitos de causalidade e finalidade de Duroselle (2000) em relação aos conceitos de dependência e autonomia nos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, como visto na parte 3, são elementos importantes para entender, mais profundamente, as categorias de racionalismo periférico e central.

Como viu-se no capítulo 2, a influência da Escola francesa se acumula com a das teorias da dependência, de forma que a visão de mundo dual — centro e periferia — e materialista — a valorização analítica dos temas econômicos — desta Escola faz ver que, para os estudiosos brasileiros, as causalidades internacionais e

finalidades dos homens de estado se opõem quando está em curso uma inserção internacional autônoma e confluem quando se observam relações dependentes do Brasil com os países centrais.

A ideia da sociedade internacional europeia como matriz de uma dominação dos países industrializados sobre as áreas atrasadas do mundo relativiza, no entanto, o materialismo trazido pela visão dependentista. Para essa visão crítica e periférica da escola inglesa, não é apenas a força do capitalismo que torna subdesenvolvidos, periféricos e dependentes os países não-industrializados, mas também as regras, instituições e valores disseminadas desse diretório europeu para o sistema internacional que se alarga, pela generalização de relações estratégicas e econômicas do mundo com a Europa. Como foi visto, para Cervo (2008b), as regras, instituições e valores econômicos que eram difundidos a partir da Europa estavam sintetizados na doutrina liberal. É a prática liberal, portanto, o elemento político, que se soma às forças econômicas para compor o modelo europeu de inserção internacional dependente da periferia.

Assim, a visão crítica e periférica da Escola inglesa adiciona à análise das dinâmicas entre causalidades e finalidades econômicas o elemento político. Desse modo, uma inserção internacional dependente ou autônoma não se configura apenas, como foi analisado até aqui, pelo movimento, respectivamente, em mesmo sentido ou divergente das finalidades em relação às causalidades econômicas. A ação externa dependente não é apenas aquela que libera os fluxos econômicos capitalistas internacionais que reproduzem o subdesenvolvimento, assim como a autonomia de inserção internacional não se resume às atitudes do país no plano internacional que se opõem a esses fluxos e buscam o desenvolvimento.

Dessa forma, decisões externas desenvolvimentistas são acompanhadas do objetivo político de alterar ou minar essas normas e práticas liberais que foram estabelecidas a partir de um consenso dos países centrais. Do mesmo modo, uma inserção internacional dependente vai incidir tanto no campo econômico, ao contribuir para as forças que reproduzem o subdesenvolvimento, como na área política, apoiando os instrumentos normativos, legais e institucionais que servem aos desígnios liberais dos países desenvolvidos.

Assim, é possível entender como as causalidades políticas de Duroselle (2000) ou as correspondentes forças profundas de Renouvin (1994) têm o seu lugar nas análises brasileiras, ao lado da grande importância dada às causalidades

econômicas (CERVO, 2008c, p. 11; CERVO; BUENO, 2010, p.12; VIZENTINI, 2005, p. 9). A difusão das práticas políticas condizentes com o liberalismo econômico da sociedade de Estados europeia, portanto, juntamente com a expansão sistêmica do capitalismo, integram as causalidades que se colocam à inserção internacional do Brasil.

Essa causalidade é, ainda, analiticamente ampliada, pelos brasileiros, do contexto da hegemonia europeia do século XIX e meados do XX para a dominação hegemônica dos Estados centrais em geral, desde o século XIX até o XXI, sendo essa última concepção derivada do pensamento de Sunkel e Paz (1970, p. 37). De fato, esse autor, ao dizer que os países centrais têm o poder de decidir, por si sós, sobre regras e ordem para todo o mundo, inclusive o periférico, amplia temporal e geograficamente o raciocínio, feito por Vigezzi (1994; 2005) e Cervo (2008b) acerca da dominação das regras, instituições e valores europeus sobre todo o sistema mundial de Estados.

Assim, as práticas políticas voltadas para os temas econômicos internacionais são difundidas desde o centro do capitalismo para a periferia, correspondendo, assim, ao conceito de causalidade de Duroselle (2000, p. 165, 203), que é uma força coletivamente gerada, no caso pelo grupo dos países centrais, e que pressionam as decisões dos estadistas, como sejam os governantes de Estados periféricos.

Assim, as finalidades da inserção internacional do país, são analisadas também em relação a esses dois elementos, a prática política calcada no liberalismo econômico dos países hegemônicos e a materialidade econômica. O conceito de inserção internacional autônoma se define pela ação externa do Estado periférico que tem como finalidades contrapor a produção do subdesenvolvimento pelo capitalismo e a difusão, a partir do centro econômico global, das regras, instituições e valores liberais. Na mesma lógica, a inserção dependente é aquela que aceita a divisão internacional do trabalho e valoriza as práticas políticas liberais internacionais.

3.2.2 A influência dos conceitos clássicos da Escola Inglesa sobre os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília

Essa seção mostrará a influência da Escola Inglesa como teoria das relações internacionais sobre a Escola de Brasília. Como essa contaminação acontece de forma crítica, a partir das outras influências da Escola de Brasília, é preciso subdividi-la em duas partes. A primeira (3.2.2.1) analisará o aproveitamento crítico dos conceitos teóricos da Escola Inglesa a partir dos pressupostos do pensamento dependentista, em sentido amplo, do nacional-desenvolvimentismo e da PEI. A segunda (3.2.2.2) vai conter a observação de como esse aproveitamento crítico acumulado é, ainda, combinado à ideias da Escola Francesa, do que se poderá derivar os tipos ideais de inserção internacional autônoma (3.2.2.2.1) e dependente (3.2.2.2.2).

3.2.2.1 Conceitos clássicos da Escola Inglesa aproveitados a partir dos pressupostos do pensamento dependentista, em sentido amplo, nacional-desenvolvimentista e da PEI

Apesar de elementos políticos terem lugar nos conceitos brasileiros de dependência e autonomia de inserção internacional, existe uma hierarquia. As necessidades do país são sobretudo econômicas (CERVO, 2008c, p. 11; CERVO; BUENO, 2010, p.12; VIZENTINI, 2005, p. 9) e o desenvolvimento econômico e social é o objetivo³⁷ da inserção autônoma, como visto na parte 1 (1.2.3.1.1) desse trabalho, enquanto a prática de opor-se e de tentar alterar as normas, leis e valores liberais internacionais é um meio necessário para alcançar esse fim. Os estadistas que levam a cabo uma inserção dependente, por outro lado, ao não conceberem o país como fundamentalmente diferente em termos capitalistas — periférico —,

³⁷ Lembrando aqui que vimos no parte 2 desse trabalho que a concepção do desenvolvimento pleno como meta primeira de uma inserção internacional autônoma, na visão dos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, é tributária das recomendações desenvolvimentistas da Cepal (PREBISH, 1982b, p. 102), do nacional-desenvolvimentismo (JAGUARIBE, 2013, p. 315-317) e do pensamento sobre PEI (CASTRO, 1972, p. 8, 22)

acabam por não reconhecer a prioridade dos temas econômicos e preconizam um modelo de ação externa semelhante ao dos países economicamente avançados, o qual problematiza as questões políticas-militares muito mais do que as políticas-econômicas.

Esse modelo de inserção internacional dos países desenvolvidos é refletido nos conceitos de justiça aplicados por Bull (1995, p.78) à ideia de sociedade internacional. Como foi visto na seção 3.1.1. desse capítulo, existem dois tipos de justiça na relação societária entre os Estados para Bull (2002, p. 95-99,107): a justiça comutativa, que parte do pressuposto da igualdade entre os Estados e compõe o direito internacional e as práticas diplomáticas, e a justiça distributiva, que entende a desigualdade entre os Estados e diz respeito a diferenças econômicas e ao desenvolvimento.

Desse modo, a justiça comutativa se refere a temas político-jurídicos, as práticas diplomáticas e o direito internacionais, já que vê os Estados como iguais desde o ponto de vista político da soberania. Por seu turno, a noção de justiça distributiva, aborda principalmente temas econômicos, já que reconhece a desigualdade de desenvolvimento material entre os Estados. (BULL, 2002, p. 95-99,107)

Bull (1995; 2002) acaba por sintetizar a política internacional dos Estados desenvolvidos, em uma visão eurocêntrica das relações internacionais, não pela simples constatação da existência desses dois tipos de justiça, mas pela análise normativa que o autor faz desses conceitos. Para Bull (2002, p. 95-96) a justiça comutativa é a principal forma de justiça internacional, tanto que é ela que prevalece no direito internacional e nas práticas diplomáticas.

Tendo em vista que a justiça comutativa refere-se a agendas político-jurídicas, enquanto a distributiva a assuntos econômicos, e que a primeira, prevalece no âmbito interestatal, conclui-se que política internacional dos Estados se dirige a temas políticos e jurídicos, mas não a assuntos econômicos.

Bull (1995; 2002), como já se disse, produz os seus conceitos a partir da observação e de preocupações da política internacional europeia e, principalmente, das relações entre as grandes potências, que, sendo Estados economicamente avançados não objetivam o desenvolvimento em sua inserção internacional. É esse padrão de inserção internacional dos países centrais, em que questões políticas da justiça comutativa sobrepõem-se à temática econômica de uma justiça distributiva,

que seguem, para os autores brasileiros, como será visto melhor a frente (item 4.2.2.2.1) os homens de Estado de países periféricos que acabam por colocar em prática uma inserção internacional dependente. E, nesse sentido, é possível ver, agora, pelo estudo da influência da Escola inglesa sobre as análises de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, como estas também são influenciadas por um argumento de Araújo Castro (1972). Esse autor já havia denunciado, assim como o admite indiretamente Bull (2002, p. 95-96), ao relegar a um segundo plano as questões econômicas internacionais, a inexistência de um sistema internacional de justiça distributiva (CASTRO, 1972, p. 22).

Faltou, contudo, completar o esquema normativo de Bull (1995; 2002). A ordem internacional, para este autor, deve ser ainda mais importante para a inserção internacional de um Estado do que a justiça comutativa. A manutenção da ordem — o balanço de poder consciente — deve predominar sobre os princípios da justiça comutativa — direitos internacionais como a autodeterminação, a não-intervenção e a igualdade soberana (Bull, 1995, 78). Isso porque o equilíbrio de poder é o que garante a sobrevivência da sociedade internacional e, assim, de todos os valores, normas e direitos que ela comporta (BULL, 2002, p. 109, 111, 115, 123). Desse modo, regras de justiça comutativa, como a não-intervenção, podem ser quebrados, caso a ordem internacional esteja ameaçada, pela instituição de guerras limitadas. Essas são consideradas um mal menor diante da possibilidade de guerras internacionais generalizadas. (BULL, 2002, p. 86,88)

A partir dessas constatações, enxerga-se que, nos estudos brasileiros sobre a inserção internacional do Brasil, há uma inversão, desde o ponto de vista normativo dos conceitos de Bull (1995; 2002), da interpretação do que seria uma inserção internacional acertada. Como se viu, o objetivo do desenvolvimento econômico e social deve ser central na inserção internacional do país para os autores brasileiros, e significa, no plano internacional, a priorização da busca de uma justiça distributiva. Essa busca, como se verá melhor adiante (4.2.2.2.1), se dá mediante a contestação e não atendimento do caráter comutativo, baseado na reciprocidade entre iguais, das regras, instituições e valores liberais que são aplicados aos regimes econômicos internacionais.

Segundo os autores da inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, o país, quando praticando uma inserção autônoma, vai procurar, unilateralmente, pelas relações bilaterais ou/e pela integração multilateral, imprimir ao direito

internacional econômico regras distributivas. O desenvolvimento completo e esquemático da interpretação brasileira dos casos factuais dessa ação sobre as normas internacionais estará exposto na seção 3.2.2.2.1, aqui nos contentaremos a destacar alguns exemplos. A ação unilateral a favor de regras distributivas pode ser observada na descrição da extinção dos tratados desiguais (CERVO; BUENO, 2010, p. 72) e implementação de tarifas protecionistas (CERVO; BUENO, 2010, p. 73) em meados do século XIX. Essa atitude por meio de relações bilaterais teria se dado, por exemplo, pelo tratado de compensação comercial com a Alemanha, de 1936 (CERVO; BUENO, 2010, p. 255). Este era um acordo que visava principalmente as exportações agrícolas, mas, ao mesmo tempo, impedia uma inundação ilimitada de produtos importados no mercado nacional, o que trazia alguma vantagem para os industriais brasileiros (CERVO; BUENO, 2010, p. 255). Ainda, a expressão multilateral da vontade de trazer princípios distributivos para as regras e instituições relacionadas à economia internacional pode ser ilustrada pelo empenho do país, nos anos 1960-70 (CERVO, 2008c, p. 28), "...na construção da chamada Nova Ordem Econômica Internacional, ao lado do Terceiro Mundo, em confrontação ao esquema bipolar, considerado de interesse das duas superpotências de então..." (CERVO, 2008c, p. 28).

Os princípios de justiça comutativa, todavia, não são apenas os que se relacionam à economia internacional. Assim, os preceitos dessa forma de justiça referentes a realidades políticas não são de todo renegados, mas assumem um segundo lugar nas prioridades de uma inserção internacional autônoma: os direitos de auto-determinação, soberania e não-intervenção assumem historicamente um caráter quase que absoluto nos discursos e práticas externos autônomos do Brasil.

Essa importância dada ao compromisso com os princípios da soberania é reconhecida pelo pensamento brasileiro: autodeterminação e não-intervenção são reconhecidos como "acumulados históricos da diplomacia brasileira", sendo que "esse padrão da ação diplomática vem de longe e carrega, desde sua origem, princípios e valores que influenciam a conduta até o presente" e representa "a valorização da soberania e da individualidade do Estado como sujeito das relações internacionais" (CERVO, 2008c, p. 27) e

[...] a percepção segundo a qual a intervenção, feita sob o manto da civilização a difundir, dos direitos humanos, da democracia ou de outras causas tira, via de regra, a motivação propulsora de interesses nacionais concretos de nações dotadas de maior poder... (CERVO, 2008c, p. 27).

Assim, tendo em vista que o objetivo primário é o desenvolvimento, pode-se dizer que a defesa da soberania dos Estados é, em primeiro lugar, a defesa da garantia da individualidade do Estado desenvolvimentista brasileiro, liberdade da imposição de interesses econômicos de nações mais poderosas, nas suas relações exteriores. Lógica essa reconhecida por Vizentini (1994, p. 28-29). Reconhece-se, aqui, a influência, também do pensamento de Araújo Castro (1972) sobre os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília. Para Castro (1972 p. 8-9) a política internacional independente do Brasil, deveria incluir, além da meta prioritária do desenvolvimento pleno, o acumulado histórico da diplomacia brasileira, entre os quais estão o princípio da igualdade soberana, da não intervenção e da resolução pacífica de controvérsias.

As preocupações com a ordem internacional estariam no mais baixo nível de prioridade. Ao mesmo tempo que o país não deve buscar revolucioná-la, também não deve concentrar suas energia em mantê-la ao custo de intervenções ou guerras limitadas.

Essa conduta também é identificada como parte do acumulado histórico da diplomacia brasileira nos estudos brasilienses sobre a inserção internacional do Brasil. É o padrão de ação externa denominado "solução pacífica de controvérsias", motivado pelo "[...] fato de o Brasil não dispor de potência estratégica [...]" (CERVO, 2008c, p. 27). Ao apoiar ações militares de quebra de soberania no exterior, o país perderia a força da coerência do princípio de não-intervenção que deve sustentar em prol de sua inserção internacional desenvolvimentista (VIZENTINI, 1994, p. 28-29).

Uma segunda explicação é que, via de regra, as preocupações de segurança da ordem internacional se desvinculam dos temas econômicos e sociais, na visão das grandes potências, argumento derivado, como se viu na parte 2 desse trabalho, do pensamento nacional-desenvolvimentista (JAGUARIBE, 2013, p. 315-317) e sobre a PEI (CASTRO, 1972, p. 15; LIMA, 1992, p. 59). Assim, o país, em sua inserção internacional autônoma, na interpretação brasiliense, como se verá melhor adiante (item 3.2.2.2.1) vai somente auxiliar essas potências na manutenção da ordem quando puder obter vantagens para o desenvolvimento, pela via da barganha ou do convencimento dos países centrais de que a segurança internacional depende do desenvolvimento na periferia.

A Escola de Brasília reconhece essa exceção ao princípio de "solução pacífica de controvérsias" como outro elemento do acumulado histórico, a "ação externa cooperativa", que representa "a convicção de que a cooperação econômica para promover o desenvolvimento traz ganhos concretos e aconselha submeter a política de segurança a esses mesmos ganhos...". (CERVO, 2008c, p. 28)

Assim, a inserção internacional autônoma do Brasil inverte a prioridade dos valores societários internacionais identificada por Bull (1995; 2002). O país objetiva o desenvolvimento, tema econômico referente à justiça distributiva internacional, e tem como meios o esforço de alterar o aspecto comutativo das regras, normas e instituições referentes aos temas econômicos e o afincamento aos princípios de soberania, campo político-jurídico da justiça comutativa, e a participação, esporádica, condicionada e seletiva na manutenção da ordem internacional.

A inserção internacional dependente, como se verá detalhadamente adiante (item 3.2.2.2.2), mantém as prioridades, retratadas por Bull (1995; 2002), da inserção internacional dos países centrais: o alinhamento com as grandes potenciais para a manutenção da ordem, em primeiro lugar, a flexibilização da não-intervenção quando esse objetivo primário o demandar e o tratamento do desenvolvimento de forma colateral, já que em prol desse não é necessário levar adiante uma luta na ação externa do Estado, mas apenas uma adaptação melhor aos fluxos do capitalismo. Uma hierarquia, portanto, decrescente entre os temas de segurança, político-jurídicos e econômicos.

3.2.2.2 Conceitos clássicos da Escola Inglesa que foram alterados pela visão dependentista, *lato sensu*, nacional-desenvolvimentista e da PEI, e enquadrados nas ideias da Escola Francesa

Interessa ver também, além da inversão normativa desses conceitos de Bull (1995; 2002) a partir do pensamento dependentista, *lato sensu*, nacional-desenvolvimentista e da PEI, como os conceitos de finalidade e causalidade (DUROSELLE, 2000) contribuem para um melhor entendimento do papel dessas ideias de Bull (1995; 2002) nas concepções de autonomia e dependência de inserção internacional. Além de mostrar como a hierarquização da agenda de

política internacional proposta por Bull (1995; 2002) constitui causalidade internacional (DUROSELLE, 2000) pela hegemonia do centro na produção de regras e da ordem internacional (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 37), também será possível ver, especificamente, como regras, instituições valores referentes à soberania e à segurança internacional, produzidos desde os Estados centrais, também constituem, além dos já vistos temas econômicos e assuntos políticos referentes à economia, causalidades internacionais. Em seguida, mostrar-se-á como as finalidades dos estadistas de países periféricos se relacionam com essas causalidades para gerar inserções internacionais dependentes ou autônomas.

Na seção 3.2.1, já foi exposto como a ideia de Sunkel e Paz (1970, p. 37) de que os Estados centrais controlam a produção de normas internacionais e, assim, conseguem dominar as decisões sobre as regras, instituições e valores no que diz respeito à economia internacional, as quais, como vimos a partir de Bull (1995; 2002), são comutativas. Resta reconhecer que o poder analítico do pensamento de Sunkel e Paz (1970, p. 37) é mais amplo. O autor não expõe apenas o poder do centro de ditar as regras, instituições e valores sobre economia, mas regras e a ordem internacional em sentido geral (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 18, 37, 225), o que, pode-se dizer, inclui a priorização de algumas regras e valores sobre outras.

Assim, essa hierarquização da agenda de política internacional desde o poder hegemônico do centro e sua expansão, em forma de dominação, para a periferia, pode ser vista como uma causalidade internacional. Isso porque causalidade para Duroselle (2000, p. 165, 203) é uma força histórica formada por uma coletividade, no caso os países centrais, a qual exerce pressão sobre as decisões dos estadistas, dos quais se analisa, aqui, os governantes das nações periféricas.

Além da hierarquização da agenda de política internacional, o pensamento de Sunkel e Paz (1970, p. 18, 37, 225) também consegue sustentar a leitura das regras comutativas relacionadas ao tema da soberania e dos valores da ordem internacional, que estão inseridos nos assuntos de segurança. Sunkel e Paz (1970, p. 18, 37, 225), como se viu, tratam da geração e expansão hegemônicas de regras em geral e da ordem internacional dos países centrais para os periféricos, no que estão incluídos o direito e as instituições que dizem respeito ao tema político da soberania internacional, assim como as preocupações de segurança com a ordem internacional.

Dessa forma, o direito internacional que trata de questões de não-intervenção e autodeterminação, princípios calcados na noção de justiça comutativa, mas flexibilizáveis diante de necessidades imperativas da ordem (BULL, 1995, p. 78), e os próprios valores de segurança da ordem, são elaborados desde o centro do sistema e difundidos para a periferia. Diante desse esquema hegemônico de dominação, as regras, instituições e valores relacionados à temática da soberania e da ordem internacionais, podem ser vistos como causalidades, uma força que emana de coletividades (DUROSELLE, 2000, p. 165), no caso o conjunto dos países centrais, e que pressionam as decisões do homem de Estado (DUROSELLE, 2000, p. 203), o estadista de um país periférico.

Desse modo, tem-se, no acumulado, cinco categorias, enumeradas de forma lógica, de causalidades identificáveis no pensamento brasileiro acerca da inserção internacional do Brasil. A primeira é a produção do subdesenvolvimento pelo capitalismo, ela foi observada já na parte 3. Em segundo lugar viu-se, na seção 4.2.1., como a direção da sociedade europeia e dos países centrais em geral sobre as regras da economia internacional (as quais se percebeu, na partição 4.2.2.1., serem de caráter comutativo) também constitui causalidade internacional. A terceira causalidade, descrita nessa seção (4.2.2.2), é que se refere à hegemonia dos países centrais na produção de regras comutativas acerca da soberania dos Estados, que inclui a flexibilização dos princípios de não-intervenção e auto-determinação. Em quarto lugar, verificou-se, também nessa partição, a causalidade dos valores de segurança e ordem internacionais emanados desde as nações centrais. Por último, observou-se que a agenda de política internacional que estabelece uma hierarquização decrescente entre os temas de segurança, da ordem internacional; políticos, da justiça comutativa, que se dirige para regras econômicas ou de soberania; e da justiça distributiva que se dirige para o tema econômico específico do desenvolvimento.

Podemos ver, assim, que a conformidade ou oposição entre causalidades e finalidades, que definem, respectivamente, uma inserção internacional dependente ou autônoma, para os brasileiros, como se viu na parte 3, não se refere apenas ao aspecto econômico, mas também à confluência ou resistência aos imperativos de segurança e ordem internacional dos países centrais e ao aspecto comutativo das regras, normas e instituições referentes aos temas econômicos internacionais, assim como à flexibilização dos princípios comutativos de não-intervenção e soberania.

Além disso, o movimento na mesma direção ou em sentidos contrários de causalidades e finalidades define dependência ou autonomia de inserção internacional, na visão dos autores brasileiros, respectivamente, e isso também na medida em que há a manutenção da hierarquia entre ordem, justiça comutativa e justiça distributiva ou sua inversão.

3.2.2.2.1 O tipo ideal de inserção internacional autônoma

A inserção autônoma completa seria, resumidamente, o movimento oposto integrado das finalidades em relação a essas cinco causalidades. Disso resulta a prevalência do objetivo do desenvolvimento, tendo como programa principal a inserção, no direito internacional, de regras distributivas sobre os temas econômicos e a não-flexibilização das regras que digam respeito à soberania e aceitando, como instrumento secundário, porque pode minar a coerência em relação ao princípio da não-intervenção, o auxílio aos países centrais em assuntos de segurança da ordem internacional desde que haja benefícios internacionais ao desenvolvimento.

Esse é, analiticamente, o tipo ideal de autonomia nos estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, o que quer dizer que nem todos os períodos considerados de inserção internacional autônoma pelos estudiosos brasileiros se encaixam perfeitamente nessas categorias. Mas que os períodos considerados autônomos se enquadram o suficiente, e que os desvios do modelo, nos casos reais, são tratados como heterodoxias pelos autores brasileiros, de modo que esse modelo ideal de análise se mantém mesmo diante de exceções, para a interpretação de quais são os momentos de autonomia da inserção internacional do Brasil.

Além dessa observação de que, empiricamente, identifica-se, o tipo ideal de autonomia de inserção internacional como a referência, mesmo que não perfeita, que os autores brasileiros têm para interpretar certas ações externas do país como autônomas, pode-se apontar também que um autor brasileiro dá indícios explícitos de que o faz. Amado Cervo (2008c, p. 28-30) afirma, em primeiro lugar, que fazem parte do "acumulado histórico brasileiro", o "desenvolvimento como vetor", a "autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias" e a "ação

externa cooperativa e não-confrontacionista", que corresponderia, em parte, à opção de colaborar, ou não, com potências hegemônicas nas suas preocupações de segurança em troca de benefícios para o desenvolvimento. Esse autor complementa esse seu comentário ao notar que outro "padrão de conduta" do legado histórico "a independência de inserção internacional [...] contamina todos os anteriores como substrato ideológico" (CERVO, 2008c, p. 31). Assim, resumidamente, para Cervo (2008c), desenvolvimento, os princípios de direito ligados à preservação da soberania e a possível cooperação internacional em temas de segurança com países desenvolvidos fazem parte de uma inserção internacional autônoma do Brasil.

Ver-se-á, adicionalmente, na prática, que todos os autores brasileiros aqui estudados consideram períodos de inserção internacional como autônomos de acordo com, pelo menos, a maioria desses critérios. Nesse sentido, serão apresentados, aqui, dois períodos históricos considerados de inserção internacional autônoma pelos estudiosos brasileiros. O primeiro, momento que vai de 1840 a 1860, representa uma aproximação, com exceção, aos critérios ideais que, considera-se, caracterizam a inserção internacional autônoma do Brasil para os autores brasileiros. O segundo, o Primeiro Governo Vargas (1930-1945), representa, em plenitude, o tipo ideal de autonomia de inserção internacional e servirá, assim, para mostrar como esse modelo encontra sustentação completa em pelo menos um momento histórico, mesmo que seja excepcionado em outros.

Assim, entre 1840 e 1860, período denominado de "ensaio de autonomia" (CERVO; BUENO, 2010, p. 72) e de inserção internacional soberana (CERVO, 2008c, p. 70), houve um projeto político industrialista (CERVO; BUENO, 2010, p. 73; CERVO, 2008c, p. 70), existiu, portanto, o objetivo de desenvolvimento, que, como vimos na parte 2, significa, no século XIX, industrialização para os autores brasileiros.

A reação ao direito internacional econômico, sobretudo, comercial, da época, materializado nos tratados desiguais, com seu caráter comutativo, de reciprocidade perfeita entre desiguais (CERVO, 1981, p. 20), foi sua extinção (CERVO, 1981, p. 49; CERVO; BUENO, 2010, p. 72) e a aplicação de tarifas protecionistas (CERVO, 1981, p. 49; CERVO; BUENO, 2010, p. 73). Essas duas medidas, sendo consideradas, com base nas discussões parlamentares da época, programas direcionados intencionalmente ao objetivo do desenvolvimento industrial (CERVO,

1981, p. 49; CERVO; BUENO, 2010, p. 73), significaram o afastamento do direito internacional de caráter comercial comutativo — a não-renovação dos tratados — e sua substituição por regras distributivas: o protecionismo que tratava desiguais como tal ao buscar sua aproximação, em termos econômicos, dos países industrializados. Pela via unilateral, o Brasil, fez justiça a si mesmo, estabelecendo normas distributivas para o seu comércio internacional.

Em relação à não-flexibilização do direito internacional comutativo relativo à soberania, há uma exceção ao tipo ideal autônomo. O Brasil intervêm na região platina no período entre 1840 e 1860, como atesta a intervenção contra a Argentina de Rosas em 1852 (CERVO; BUENO, 2010, p. 116). Desse modo:

Nem sempre a diplomacia brasileira orientou-se pelos princípios de autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias, como revela a política implementada nas relações com os países da Bacia do Prata nos meados do século XIX." (CERVO, 2008c, p. 27)

Fica evidente que para as análises brasilienses essa intervenção de 1852, como toda a presença no prata entre 1851 e 1876, foi um "desvio de perspectiva" e um erro (CERVO; BUENO, 2010, p. 147):

Do ponto de vista econômico, as repercussões internas da aventura platina foram muito negativas: os custos, ainda não quantificados com precisão, desviaram da modernização interna um enorme volume de capital. A alternativa racional apontaria para seu aproveitamento no projeto de 1844, o que sem dúvida teria salvaguardado a segurança do lado do prata, pela simples construção da potência econômica. (CERVO; BUENO, 2010, p. 125)

Assim, "a aventura platina (...) consumiu energias que teriam sido mais bem aplicadas no esforço de superação da dependência estrutural." (CERVO; BUENO, 2010, p. 147) e, portanto, não teria significado uma inserção autônoma no sentido próprio que lhe dão, como se tem visto até aqui, os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília: um movimento que visa romper com a dependência internacional do Brasil.

Em relação à segurança da ordem internacional, o caráter autônomo da inserção internacional, do período de 1840 a 1860, condiz com a baixa priorização desses assuntos. O Brasil não colabora com a manutenção, e nada, em termos de ganhos de desenvolvimento, lhe é oferecido para colaborar, da ordem estabelecida pelos países centrais, ao não participar em nenhuma das guerras europeias de

meados do século XIX, como se comprova pela ausência de qualquer dado histórico nesse sentido nas obras brasilienses.

Outro período de autonomia de inserção internacional apontado pelos autores brasilienses é o primeiro Governo Vargas (1930-1945). A inserção internacional desse momento histórico é vista como de "autonomia decisória" e "desenvolvimento assertivo" (CERVO, 2008c, p. 72), "autonomia na dependência" (VIZENTINI, 2005, p. 15) e como "instrumento do projeto de desenvolvimento nacional" (CERVO; BUENO, 2010, p. 234). Denominações das quais se pode derivar que o período é considerado, por esse autores brasilienses como de autonomia, no sentido desenvolvimentista, da inserção internacional, tendo, portanto, o desenvolvimento, "concebido, então, como expansão industrial" (CERVO, 2008c, p. 128), como objetivo primário.

Em relação à tentativa de mudar o sentido comutativo do direito internacional econômico, pode-se ressaltar, na via bilateral, o tratado de compensação comercial com a Alemanha, o qual visava principalmente as exportações agrícolas, mas, ao mesmo tempo, impedia uma inundação ilimitada de produtos importados no mercado nacional, o que trazia alguma vantagem para os industriais brasileiros (CERVO; BUENO, 2010, p. 255). Esse tratado, apesar de ter um sentido comutativo, de direito, e, portanto, assimétrico e desigual, de fato, já que os parceiros eram desiguais (CERVO; BUENO, 2010, p. 250), abria possibilidades para efeitos distributivos na medida em que permitia um controle das importações.

O respeito às regras comutativas da soberania — a não-intervenção — se revelou pela opção pela mediação na questão de Letícia (CERVO; BUENO, 2010, p. 242) e na Guerra do Chaco (CERVO; BUENO, 2010, p. 243). A questão de Letícia é particularmente sintomática do padrão de conduta não-intervencionista da inserção internacional brasileira autônoma. Ao Brasil não interessava apenas a estabilização da região de Letícia, mas também o asseguramento de sua própria linha fronteira na região, fato que levou o exército brasileiro a cogitar, inclusive, o uso de força militar no local (CERVO; BUENO, 2010, p. 242). A solução sem intervenção prevaleceu, contudo.

No que diz respeito ao tema de segurança da ordem internacional, o grande caso do Primeiro Governo Vargas é a conduta do Brasil frente à Segunda Guerra Mundial. "Nessa época, com efeito, a segurança foi concebida como variável dependente dos superiores objetivos do desenvolvimento..." (CERVO, 2008c, p.

128). Objetivou-se "...auferir benefícios concretos de desenvolvimento da diplomacia pendular entre as democracias e os regimes totalitários." (CERVO, 2008c, p. 128), Havia indícios de que essa diplomacia ambígua "...acabaria por repousar sobre a aliança com os Estados Unidos..." (CERVO, 2008c, p. 128), já que "a diplomacia pendular do Brasil, entre Washington e Berlim, buscava, em essência, reativar a velha 'aliança privilegiada' com os Estados Unidos, inovando-a com outras formas de cooperação econômica." (VIZENTINI, 2005, p. 16) "[P]orém, essa decisão foi protelada ao momento mais longínquo possível, tendo em vista auferir benefícios concretos de desenvolvimento da diplomacia pendular entre as democracias e os regimes totalitários. " (CERVO, 2008c, p. 128). Assim a equidistância pragmática teria permitido ao Brasil " tirar vantagens em termos econômicos e comerciais" (CERVO; BUENO, 2010, p. 242). Mesmo

Depois de feita a opção pelos aliados contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão), em janeiro de 1942, ainda assim, o esforço de guerra, ao lado dos Estados Unidos, destinar-se-ia a preencher requisitos de desenvolvimento, como a obtenção de créditos e de mercados para promover as exportações, a ampliação do parque industrial e a realização, em especial, do grandioso projeto siderúrgico. (CERVO, 2008c, p. 128)

Pode-se ver, assim, que o Brasil, nesse período, apenas se envolveu em questões de segurança relativos à ordem mundial, porque teve como contrapartida a cooperação de um país central — os EUA — para o desenvolvimento econômico brasileiro.

3.2.2.2.2 O tipo ideal de inserção internacional dependente

A inserção internacional dependente é, por negação do que, viu-se, é considerado autonomia de inserção internacional para os autores brasilienses, a confluência das finalidades dos estadistas de países periféricos com as cinco causalidades que se identificou emanarem do centro capitalista e hegemônico mundial. A dependência da ação externa, em sua forma ideal, é, portanto, na ordem hierárquica à seguir, a priorização dos objetivos de segurança relacionados à ordem mundial, sem o seu condicionamento a ganhos no campo do desenvolvimento, a consequente possibilidade de desrespeito ao direito internacional comutativo

referente à soberania, como os princípios de auto-determinação dos povos e não-intervenção, a aceitação das regras comutativas sobre a economia internacional e o tratamento do tema do desenvolvimento como colateral, já que poderia ser alcançado pela associação com o centro capitalista.

É possível ver, desse modo, que a dependência de inserção internacional é, como vem sendo reiterado, a conformidade das finalidades externas dos homens de Estado de uma nação periférica com as cinco causalidades internacionais identificadas no pensamento brasileiro (tais como compendiadas no final da seção 3.2.2.2.). Assim, a finalidade de obter desenvolvimento econômico pela associação com países centrais não reage, por ignorá-la, à causalidade da produção do subdesenvolvimento pelo capitalismo. A aceitação do caráter comutativo do direito econômico internacional é a conformidade com a geração desse tipo de regra pelo centro capitalista. Esse também determina as normas acerca da soberania e sua relativização, causalidade que conflui com a postura de intervencionismo e desrespeito à auto-determinação ocasionais do Estado periférico para contribuir com a manutenção da ordem internacional. Isto decorre da incorporação dos valores sobre ordem internacional produzidos desde o centro outra causalidade internacional. Por fim, a própria priorização decrescente das finalidades da inserção internacional, que vai dos temas de segurança da ordem internacional, passa pelas regras comutativas de soberania, e, depois, pelas referentes à economia, chegando, por último, às preocupações de desenvolvimento, está de acordo com hierarquização da agenda de política internacional elaborada desde os países centrais.

Da mesma forma que se fez com os casos considerados de inserção internacional autônoma, vão ser apresentados dois momentos históricos cujas ações externas são consideradas dependentes pelos estudiosos brasileiros aqui estudados, um que esteja em consonância plena com o tipo ideal de inserção internacional dependente e outro que possa ser enquadrado nesse modelo, apesar de excepcioná-lo parcialmente.

Um caso completo de inserção internacional dependente do Brasil seria o Governo Dutra. Os autores brasileiros aqui estudados e que tratam desse período apresentam fortes indícios de que consideram dependente a ação externa desse período. Assim, o governo Dutra teria sido um dos momentos "...de maior servilismo aos interesses estrangeiros, particularmente norte-americanos, na história do

país." (VIZENTINI, 2005, p. 16), expressando "...estreitos vínculos políticos, geopolíticos e econômicos com a matriz do sistema (capitalista), os Estados Unidos..." (CERVO, 2008c, p. 73-74), em relação aos quais teria havido, "...um completo alinhamento..." (CERVO; BUENO, 2010, p. 271).

Como vimos no item 3.1.2, autores brasileiros consideram que o modelo de relações internacionais centro-periférico e também dependentes (já que incluem também temas políticos, como se está mostrando nesse capítulo) é propagado, depois da Segunda Guerra Mundial, pelos Estados Unidos, que passam a exercer a hegemonia mundial em substituição à Europa. É a partir dessa constatação que se pode dizer que o diagnóstico dos autores brasileiros do alinhamento e dependência frente aos EUA do Governo Dutra, significa dependência na inserção internacional em sentido geral, na relação com a estrutura hegemônica que tendia a estabelecer uma relação assimétrica não apenas na relação entre EUA e Brasil, mas entre todos os países centrais e periféricos.

A partir da identificação desse entendimento compartilhado pelos autores de Brasília do caráter dependente da inserção internacional do Brasil no Governo Dutra, pode-se prosseguir ao exame de como a ação externa do Estado nesse período histórico se enquadra no tipo ideal de inserção internacional dependente descrito acima. O Governo Dutra teria priorizado o valor da ordem internacional. Esse, emanado desde o centro hegemônico, os EUA, era identificado em termos de segurança, como foi observado na seção 3.2.1, com as "...fronteiras ideológicas e com as zonas de influência..." (CERVO, 2008c, p. 129) e com o "...envolvimento dos países nos sistemas regionais de aliança das duas superpotências..." (CERVO, 2008c, p. 129). O Governo Dutra convergiu com esses objetivos prioritários da política internacional de segurança dos EUA, por acreditar ter um lugar privilegiado na construção da nova ordem, já que "...alimentou ilusões infundadas, como a do capital político — o Brasil receberia tratamento privilegiado em razão da cooperação de guerra com os Estados Unidos..." (CERVO, 2008c, p.130). O país, assim, "...demonstrou a adesão brasileira às teses norte-americanas, como se elas coincidissem com a arquitetura do mundo desejada por um país em desenvolvimento..." (CERVO, 2008c, p. 96) Na prática, essa incorporação de prioridades de países centrais se deu pela proatividade da diplomacia brasileira nas negociações que levaram à criação "...da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) e da Organização

do Tratado do Atlântico Norte (Otan), órgãos responsáveis pelo novo ordenamento geopolítico e estratégico..." (CERVO, 2008c, p. 96).

No campo dos princípios de soberania, o Brasil, apoiou a formação da ONU (CERVO, 2008c, p. 96), organização que reconhecia, com base em uma noção comutativa de justiça, os princípios da auto-determinação e da não-intervenção, mas flexibilizou a primeira diretriz, contradizendo o legado histórico da própria diplomacia brasileira — que Cervo (2008c, p. 31) considera de caráter autônomo — em favor das preocupações de segurança da Guerra Fria. Ilustra essa postura o rompimento de relações com a União Soviética (CERVO; BUENO, 2010, p.272), essa sanção política representou um desrespeito à auto-determinação, já que se devia à oposição ao sistema político-ideológico desse país. Outro fato importante que demonstra a ruptura com a auto-determinação é o voto brasileiro na ONU que não reconhecia a China Popular e a impedia de ser parte dessa organização (CERVO; BUENO, 2010, p. 272), como no caso da URSS, por causa do sistema político interno do país. Ambas essas atitudes, em relação à URSS e à China Popular são vistas, por Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2010, p. 272) como alinhamento ao bloco ocidental, o que confirma, a visão dos autores brasileiros sobre a qualidade ideológica, de repúdio ao comunismo, e, portanto, de intromissão nos assuntos políticos de outros países, dos dois atos.

Em relação à normas comutativas do direito internacional econômico, pode-se ver que o Brasil as aceitava, e até procurava papel protagônico na sua reformulação após a guerra, em primeiro lugar, como um complemento à intromissão ideológica em assuntos internos de outros Estados em prol da manutenção da ordem. Tal como foi mostrado na partição 3.2.1., o “[...] liberalismo ilimitado na zona de influência americana [...]” fazia parte da ordem internacional hegemonicamente difundida pelos EUA (CERVO, 2008c, p. 128-129). Havia, assim, uma securitização dos assuntos econômicos, já que esses eram vistos como essenciais para a manutenção da ordem mundial. Nesse sentido, o Brasil procurou auxiliar os EUA na montagem de instituições econômicas liberais para todo o bloco ocidental. Houve, assim, “[...] grande ativismo da diplomacia brasileira nas negociações para criação do Gatt, do FMI e do Banco Mundial, órgãos responsáveis pelo novo ordenamento econômico [...]” (CERVO, 2008c, p. 96)

Dentro do respeito que o Brasil mostrava pela nova ordem mundial e seu caráter liberal, a questão do desenvolvimento era, coerentemente, subordinada ao

fluxo econômico externo. Houve, assim, um "...desenvolvimento associado às forças externas do capitalismo..." (CERVO, 2008c, p. 74). Esse desenvolvimento associado era condizente com a teoria econômica liberal propagada pelos EUA. De acordo com essa teoria, os EUA difundiam a ideia de que o desenvolvimento viria pela liberalização dos fluxos de capitais privados (CERVO; BUENO, 2010, p. 271). Assim, ao seguir essa diretriz (CERVO; BUENO, 2010, p. 271), o Brasil se convencia de que as forças internacionais de mercado e, não, a inserção internacional do Estado deveriam ser protagonistas da solução do problema do subdesenvolvimento.

Um caso imperfeito desse tipo analítico ideal de inserção internacional dependente é o Governo Castelo Branco. Existe um consenso, nas obras dos autores brasileiros aqui estudadas e que tratam desse período, de que essa inserção internacional pode ser vista como dependente. Assim, esse governo é considerado "um passo fora da cadência", uma ruptura com a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart (CERVO; BUENO, 2010, p. 368-369), "um reajuste de rumos da 'república bananeira'" (VIZENTINI, 2005, p. 43) ou uma inserção internacional que "reverteu o processo de autonomia" (CERVO, 2008c, p. 130) e que se "alinhava aos interesses da hegemonia norte-americana" (CERVO, 2008c, p. 131).

Essa percepção, entretanto, apesar de predominante, não é absoluta. Para Cervo e Bueno (2010 p. 370) existiu uma "contradição" na inserção internacional do Brasil à época de Castelo Branco, teria havido um "universalismo mitigado" (CERVO; BUENO, 2010, p. 370) ou "inevitável" (CERVO; BUENO, 2010, p. 377), em outras palavras, uma autonomia remanescente, na inserção internacional do Governo Castelo Branco. Isso condiz, ainda, com a análise de Vizentini (2005, p. 43) de que existiu, nesse período, "um ajuste de rumos, não uma ruptura" em relação a uma inserção internacional mais independente.

A importância primária, nesse governo, é dada à "geopolítica típica da guerra fria", presente nas ideias da Escola Superior de Guerra sobre o perigo comunista e das fronteiras ideológicas (VIZENTINI, 2005, p. 41), estabelecendo o parâmetro de combate ao comunismo que balizava "[...] a ordem internacional concebida para realizar interesses norte-americanos pelo mundo." (CERVO, 2008c, p. 130) Isso teria cumprido a missão da inserção internacional da época de Castelo Branco de "[...] repor as relações com os Estados Unidos de modo a [...] alinhar a política de segurança à estratégia da segurança coletiva no contexto da Guerra Fria." (CERVO,

2008c, p. 130-131) Ainda, " [...] a bipolaridade foi tão relevante externamente, ao ponto de bastar-se como estratégia." (CERVO; BUENO, 2010, p. 369) Vemos, aqui, que há uma confluência de visões desses autores brasileiros acerca da priorização dos assuntos de segurança na inserção internacional do Governo Castelo Branco, o que significava que esse objetivo era prioritário e não se condicionava ao desenvolvimento, bastava-se como estratégia.

Essa orientação geral, de acordo com os mesmos estudiosos levava ao ocasional desrespeito pelo Brasil da autodeterminação e da não-intervenção. Assim, deveria haver para os homens de Estado do primeiro governo militar "[...] a limitação das soberanias em benefício da segurança coletiva e das fronteiras ideológicas [...]" (CERVO; BUENO, 2010, p. 375). Dois fatos demonstram a ação prática em relação a essa diretriz. A primeira, o rompimento de relações com Cuba — uma "prova de lealdade ao 'grande irmão do Norte'" (VIZENTINI, 2005, p. 41) —, foi um desrespeito ao preceito da auto-determinação, o que se evidencia no fato de que "[...] o Itamaraty explicou a medida por razões ideológicas, já que aquele governo se declarava marxista-leninista e excluía a si próprio do hemisfério livre [...]" (CERVO; BUENO, 2010, p. 375). Embora também houvesse justificativas no sentido das ações externas subversivas de caráter militar de Cuba na América Latina (CERVO; BUENO, 2010, p. 375), a motivação ideológica expõe a ingerência externa em assuntos políticos internos da ilha por meio do rompimento de relações. Outro acontecido, dessa vez rompendo com o princípio de não-intervenção, foi o Brasil assumir o comando da intervenção militar interamericana na República Dominicana e a contribuição de 1.100 homens brasileiros ao empreendimento." (CERVO; BUENO, 2010, p. 375). Cervo e Bueno (2010, p. 376) interpretam a intervenção na República Dominicana como um ativismo da diplomacia brasileira "[...] no sentido de tornar coletiva a segurança continental [...]", desincumbindo os EUA de responderem sozinhos à crise no país caribenho. Mais importante, foi que esse governo militar apoiou a ideia de uma força americana de defesa, que seria responsável por intervenções no continente (VIZENTINI, 2005, p. 42).

Houve, todavia, em relação a essa flexibilização do direito comutativo internacional referente à soberania, exceções da referida autonomia remanescente de inserção internacional. Assim, "[...] uma certa margem de autonomia foi mantida, com a recusa do Brasil à solicitação norte-americana de enviar tropas ao Vietnã."(VIZENTINI, 2005, p. 43), houve a "[...] aceitação bilateral das divergências

políticas [...]”, em relação ao Leste europeu, e visita do ministro do planejamento à URSS (CERVO; BUENO, 2010, p. 379).

Em relação às regras internacionais econômicas, o Brasil, logo no início do Governo Castelo Branco, mostrou sua disposição em reestabelecer o respeito por uma noção comutativa de justiça em relação às trocas econômicas. Nesse sentido, na via unilateral, revogou a Lei de Controle da Remessa de Lucros (VIZENTINI, 2005, p. 40; CERVO; BUENO, 2010, p. 375) e promulgou a lei de garantias ao investimento externo (VIZENTINI, 2005, p. 40). Nas relações bilaterais seguiu o mesmo viés, fazendo acordo com os EUA de ressarcimento das empresas encampadas pelo Governo João Goulart (VIZENTINI, 2005, p. 40; CERVO; BUENO, 2010, p. 375). No que diz respeito às suas relações multilaterais, o governo brasileiro respeitou as recomendações de ajustamento econômico e endividamento do FMI (CERVO; BUENO, 2010, p. 375).

Existiram, contudo, as referidas sobrevivências da autonomia de inserção internacional também em relação ao regime comutativo do direito econômico internacional. “[...] [A]mpliar o mercado para os produtos de exportação do Brasil.” continuava a ser um objetivo da inserção internacional (CERVO; BUENO, 2010, p. 378), pautado pelo reconhecimento de Castelo Branco de “[...] que o Brasil havia montado o maior parque industrial da América Latina [...]”, e “[...] que os países ricos impunham barreiras ao acesso de manufaturados dos países em desenvolvimento [...]” (CERVO; BUENO, 2010, p. 377). O Brasil, nesse sentido, buscou “[...] relações econômicas, em que se agregassem componentes de desenvolvimento, como importação de máquinas, equipamentos e tecnologias [...]” com os países do Leste europeu, reativando comissões mistas e a Coleste (Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental) (CERVO; BUENO, 2010, p. 379). Buscando expandir os mercados de exportação, o Brasil ainda enviaria duas missões comerciais à África (CERVO; BUENO, 2010, p. 379-380). Nas relações multilaterais, o Brasil engajou-se na luta pela inclusão de regras distributivas nos organismos econômicos internacionais. Nesse sentido, o país defendeu, na UNCTAD e no GATT a doutrina da "segurança econômica coletiva", “[...] que atribuía à comunidade internacional a responsabilidade pelo desenvolvimento dos povos atrasados, a ser impulsionado pela reforma do comércio internacional.”, com esse intuito o Brasil integrava o Grupo dos 75, que servia a coordenação das posições do terceiro mundo (CERVO; BUENO, 2010, p. 378).

Não obstante, o tema do desenvolvimento, estava, em geral, em posição colateral em relação à ação externa do Estado. Houve, para Vizontini (2005, p. 41), um abandono da diplomacia desenvolvimentista. O que teria predominado seria um "desenvolvimento associado dependente" (CERVO; BUENO, 2010, p. 370). Os adeptos desse modelo "[...] vislumbravam um desenvolvimento impelido de fora pelas forças do capitalismo internacional." (CERVO, 2008c, p. 48). Visão essa que "Decorreu de uma convicção implícita e equivocada nas avaliações da direita brasileira [...] acerca da evolução do capitalismo, segundo a qual, ofertadas as condições de liberdade, o capital internacional fluiria espontaneamente" (CERVO; BUENO, 2010, p. 370). O papel da ação externa do Estado seria convencer que promovia "A abertura ao capital estrangeiro." (CERVO; BUENO, 2010, p. 370), por meio de um "[...]sistema regulatório favorável à penetração [...]" desse fator (CERVO, 2008c, p. 48). Assim a finalidade era a "[...] de induzir o desenvolvimento pelo livre jogo de mercado, sem Estado e sem fronteiras." (CERVO; BUENO, 2010, p. 370) Outra face da inserção internacional vista como recomendável para deixar acontecer o desenvolvimento era o alinhamento com os EUA. Desse modo,

As relações especiais com os Estados Unidos, matriz do sistema, seriam valorizadas e postas acima de qualquer outra variável de conduta. De lá, sobretudo, adviriam os fatores essenciais de desenvolvimento, tais como capital, empreendimentos e tecnologia e também influência política e ideológica. (CERVO, 2008c, p. 48)

Assim, a questão do desenvolvimento seria uma derivação da aliança com os EUA, "[...] nas esferas política, geopolítica e de segurança" (CERVO, 2008c, p. 48).

Pode-se ver, portanto, que não havia a percepção de que era preciso contrapor as finalidades da inserção internacional à causalidade da produção internacional do subdesenvolvimento — a qual, aliás, nem se reconhecia —, para progredir em direção ao desenvolvimento. Dessa forma, a questão do desenvolvimento não precisava ocupar, em si, lugar prioritário na agenda internacional do Brasil, já que não dependia da força externa do Estado, mas dos fatores do mercado internacional. Ao governo brasileiro restava apenas desobstruir esses fatores e afastar a desconfiança dos investidores, mediante o alinhamento aos EUA.

Existiu, todavia, também, o movimento, que representava a autonomia de inserção internacional inevitável, de reconhecer as adversidades do capitalismo e da ordem hegemônica internacionais para o desenvolvimento de países periféricos e de

contrapô-las. Tal fato já foi acima exemplificado pela postura do Brasil em relação aos regimes econômicos internacionais. Houve, adicionalmente, a tentativa, mesmo que não de grande porte, de condicionar a aquiescência do Brasil a regimes de segurança a concessões dos países centrais para o desenvolvimento dos periféricos. Isso é observável na postura do Brasil diante da Conferência de desarmamento de Genebra, de 1964. Na ocasião o Brasil propôs criar um fundo que captasse as poupanças realizadas pelo desarmamento nuclear das grandes potências e as canalizasse para o desenvolvimento dos países periféricos (CERVO; BUENO, 2010, p. 378).

3.3 Considerações finais: racionalismo central e periférico

Viu-se, ao longo desse capítulo, como a Escola de Brasília, é influenciada pela visão crítica-periférica da Escola Inglesa de que os países europeus criaram, no século XIX, regras, instituições e valores societários internacionais assimétricos na sua aplicação para a periferia mundial, ponto de vista que é complementado pelo pensamento de Sunkel e Paz (1970) sobre a produção de regras e ordem pelos países centrais, em geral, para todo o sistema internacional, assim como pela análise de Cervo (2008b; 2008c) de como esse domínio político internacional europeu, no século XIX e começo do XX, e estadunidense, na maior parte do século XX, expressou-se pela produção de regras econômicas liberais que reproduzem desigualdades internacionais na periferia.³⁸

Adicionalmente, observou-se a influência sobre os autores brasilienses do pensamento — de linhagem clássica e racionalista na Escola Inglesa — de Hedley Bull (1995; 2002) sobre ordem e justiça comutativa e distributiva internacionais. Este autor, como se viu, valoriza, desde um ponto de vista normativo, a priorização

³⁸ Pode-se dizer, assim, que, indo além das relações econômica internacionais centro-periférica produtoras de subdesenvolvimento apontadas, como se viu na parte 2, pelo pensamento cepalino, Cervo (2008b; 2008c), e Sunkel e Paz (1970), mostram a existência de relações internacionais dependentes. Isso porque os autores apontam assimetrias políticas decorrentes das diferenças econômicas entre centro e periferia. Como visto na parte 2, essa integração entre temas políticos e econômicos é fundamental para que se possa falar em relações de dependência (CARDOSO e FALETTTO, 1977, p. 12).

das preocupações com ordem e segurança internacionais, e a consequente possibilidade de quebra dos princípios comutativos de auto-determinação e não-intervenção para preservar essa ordem, assim como a desvalorização do tratamento de questões de desenvolvimento por meio de regras distributivas internacionais.

Observou-se que esse esquema normativo de Bull (1995; 2002), somado às ideias da visão crítica-periférica da Escola Inglesa, esclarece que a produção de regras e instituições econômicas internacionais desde o centro do sistema capitalista se dá baseada em uma noção de justiça comutativa, relegando a um segundo plano as questões distributivas referentes ao desenvolvimento.

Assim, além de ajudarem a qualificar esse aspecto político-econômico da ação externa dos países centrais, o pensamento de Bull (1995; 2002), visto desde o ponto de vista crítico-periférico de Sunkel e Paz (1970) e Cervo (2008b; 2008c), retrata também como essas práticas estão inseridas no conjunto maior da política internacional dos países centrais. A criação de regras e instituições comutativas não se aplica apenas ao campo político-econômico, mas também ao político-militar: o direito internacional referente à soberania. Essa pode ser flexibilizada em favor de imperativos da preservação da segurança sistêmica — a ordem internacional —, enquanto, em relação ao direito internacional econômico, os países centrais procuram impedir a introdução de princípios distributivos. Foi possível identificar, assim, que esse tratamento das questões de segurança, políticas e econômicas, tanto no século XIX como no século XX, explica-se pela hierarquia, teorizada por Bull (1995; 2002), de agenda internacional dos países centrais. Assim, a priorização da ordem internacional explica a necessidade de eventuais rupturas dos princípios de auto-determinação e não-intervenção, assim como a maior importância dada à justiça comutativa em relação a assuntos econômicos entre os Estados, a qual encontra sustentação no liberalismo econômico, suprime a introdução de regras distributivas nas trocas econômicas internacionais, o que desfavorece o desenvolvimento dos países periféricos.

Essa interpretação da política internacional dos países desenvolvidos, já que parte de uma visão crítica do racionalismo de Bull (1995; 2002), baseada em uma ontologia que divide o mundo entre centro e periferia e enxerga relações econômicas e políticas de dependência entre eles, e já que se refere às práticas externas de países centrais, pode ser chamada de racionalismo central.

Os estudos de inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, a partir da contaminação acumulada da visão crítica-periférica da Escola Inglesa sobre esses conceitos clássicos desta mesma Escola, enxerga como hegemônicas, já que os países desenvolvidos têm um poder maior na produção de ordem e regras internacionais (SUNKEL; PAZ, 1970), essas práticas internacionais racionalistas dos países centrais. A partir desse ponto de vista, juntamente com a influência da Escola Francesa, pôde-se ver que os autores brasileiros encaram como causalidades internacionais — já que podem ser vistas como forças que emanam de coletividades (DUROSELLE, 2000, p. 165), no caso o conjunto dos países centrais, e que pressionam as decisões do homem de Estado (DUROSELLE, 2000, p. 203), no caso o estadista de um país periférico — essas práticas internacionais dos Estados desenvolvidos, que podem ser enquadradas como racionalismo central.

Assim, além da produção internacional do subdesenvolvimento (já explicitada no capítulo 2), também é considerada causalidade o domínio político das nações centrais sobre a produção de regras e instituições econômicas internacionais, hegemonia que acaba por imprimir um caráter predominantemente comutativo, alheio às necessidades distributivas e de desenvolvimento, sobre essas regras e instituições. Outra causalidade, a terceira, seria a que se refere à hegemonia dos países centrais na produção de regras comutativas, e de critérios para sua flexibilização, acerca da soberania dos Estados. Em quarto lugar, verificou-se, também, a causalidade dos valores de segurança e ordem internacionais emanados desde as nações centrais. Por último, observou-se a causalidade da agenda de política internacional que estabelece uma hierarquização decrescente entre os temas de segurança, da ordem internacional, políticos, da justiça comutativa, que se dirige para regras econômicas ou de soberania e da justiça distributiva que se dirige para o tema econômico específico do desenvolvimento.

Viu-se, em seguida, que a coadunação das finalidades de ação externa de um país periférico com essas cinco finalidades, ou seja, a *mimese* do racionalismo central, configura, para os estudiosos da inserção internacional do Brasil da Escola de Brasília, o tipo ideal de uma inserção internacional dependente. Por outro lado, uma inserção internacional autônoma, em seu tipo ideal, seria a oposição das finalidades externas de uma nação periférica a essas causalidades, de tal forma que a ação externa destes países inverta o tratamento e a priorização das questões de segurança, políticas e econômicas feita pelos Estados centrais. A inserção

internacional autônoma colocaria, assim, o valor do desenvolvimento em primeiro lugar, buscando inserir regras distributivas no direito internacional econômico, repudiando práticas e princípios que maculem os princípios de auto-determinação e não-intervenção, a fim de preservar sua independência decisória internacional, e não se envolvendo com questões da ordem e segurança internacionais, a não ser quando essa participação for uma contrapartida para ganhos ao desenvolvimento.

A esse tipo ideal de inserção internacional autônoma dos países periféricos, considera-se útil chamar de racionalismo periférico, já que, nos termos de Wight (1991), não se conforma, em uma atitude realista, com o cenário internacional, nem tenta revolucioná-lo, mas se assenta na crença de uma mudança evolucionária pelo desenvolvimento, tal como também concebida por Araújo Castro (1972, p. 10), por meio da ação externa independente do Estado periférico e da alteração das regras, instituições e valores do sistema e da sociedade internacionais, de modo a romper com os vínculos internacionais de dependência entre centro e periferia.

CONCLUSÃO

Concluiu-se, nesse trabalho, que é possível caracterizar uma Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil, que tem como marca analítica, observável nas obras selecionadas, o que é possível chamar de racionalismo periférico. Uma linha de pensamento própria que representa escolhas ontológicas, no campo analítico e no normativo, e metodológicas. A visão de mundo mais importante, em termos analíticos, é a afirmação de que o sistema capitalista internacional reproduz constantemente desenvolvimento em alguns países e subdesenvolvimento em outros, de forma que existe uma diferenciação tendencial profunda entre periféricos e centrais, e, ainda, ao incluir os elementos políticos da sociedade internacional, uma divisão entre países dependentes e autônomos, sendo o Brasil enquadrado nas primeiras categorias. Vendo o Brasil como tendo essa identidade, os autores brasileiros estudados, interpretam o interesse nacional como sendo o desenvolvimento pleno, a ruptura com essa condição periférica e dependente. Como se viu, essa ontologia é herdada, em primeira mão, do pensamento da Cepal, mas também é tributária das elaborações desse mesmo tema feitas pela teoria da dependência, do nacional-desenvolvimentismo e das ideias da PEI.

O argumento analítico da Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil, referente a diferenciação, em termos políticos, entre países autônomos e dependentes, é a de que os primeiros são dominantes no estabelecimento da ordem e das regras da sociedade internacional, fazendo prevalecer seus interesses econômicos e mantendo a desigualdade e uma injustiça distributiva entre as nações. Essa segunda posição ontológica deriva, como vimos, de uma leitura combinada que os autores da Escola aqui trabalhados fazem das ideias da Escola Inglesa e suas críticas e do pensamento cepalino e da teoria da dependência

No que diz respeito aos traços metodológicos da Escola, foi possível observar, em primeiro lugar uma quebra com o determinismo estruturalista da teoria da dependência propriamente dita e uma transposição da ideia cepalina de que o desenvolvimento é possível, apesar de uma reprodução estrutural e internacional do subdesenvolvimento, pela agência do Estado, ao plano da ação externa do país. Outro argumento apresentado no desenvolvimento da dissertação, a esse respeito,

foi o de que esse aproveitamento, para o estudo da inserção internacional do Brasil, da valorização do agente apesar do reconhecimento de uma estrutura não foi influência apenas da Cepal, mas também, e de forma mais direta, porque já têm como objeto de estudo a própria ação externa brasileira, do nacional-desenvolvimentismo e do pensamento sobre a Política Externa Independente.

Essa valorização analítica simultânea de agente e estrutura é refinado e sistematizada, pela influência que a Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil sofre da Escola Francesa da História das Relações Internacionais. Os conceitos desta Escola de finalidades e causalidades, correspondem, de forma imperfeita, aos conceitos de agente e estrutura. A causalidade não é propriamente sinônimo de estrutura, mas sim de força profunda, uma tendência social espontânea gerada pela coletividade de atores sociais. A finalidade também não é o próprio agente, mas seus interesses e objetivos, que sofrem o impactos das tendências sociais, mas que não se restringem a elas. A vantagem que a Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil retira desse esquema analítica, é o fato de ele não colocar, já na fixação da definição dos conceitos, a ação do ator e as forças sociais em categorias estanques, tal como nas ideias de agente e estrutura. A Escola Francesa da História da Relações Internacionais já concebe finalidade e causalidade como um par conceitual inseparável e inter-penetrado, eliminando o risco de cair em interpretações deterministas ou voluntaristas. É nesse contexto, que a Escola de Brasília vai partilhar da ideia, concebida anteriormente pelo nacional-desenvolvimentismo e pelo pensamento sobre a PEI de que a ação externa do país é digna de atenção analítica própria, mas não desvinculada do contexto internacional em que ela se insere.

Outra marca metodológica, herdada do pensamento sobre a PEI e combinado com a influência da Escola Francesa, é a de que essa ação externa deve ser estudada não apenas no campo da diplomacia ou da política externa, mas que se deve atentar para o objeto de estudo maior das relações internacionais — ou inserção internacional — do Brasil. Essas incluem tanto a ação diplomática, quanto a política externa. A primeira exercida sem a segunda, corresponde apenas às causalidades internacionais, como regras e valores e os interesses dos países centrais, representando portanto uma ação restrita à tática do país em relação aos problemas que surgem no patamar dessas variáveis internacionais. A política externa é o que dá as diretrizes estratégicas da diplomacia, que, além das forças

internacionais, passa a levar em conta os interesses e necessidades nacionais. As relações internacionais de um país agregariam, ainda, um terceiro elemento, o das forças sociais de um Estado, ou causalidades internas, que possuem interesses externos próprios e exercem pressão sobre a elaboração da política externa, assim como são por ela afetados.

Os conceitos analíticos, de cunho ontológico e metodológicos, vistos até esse ponto, levam também a pontos de vista prescritivos da Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil. Como se observou, essa Escola interpreta o interesse nacional do país como sendo o desenvolvimento econômico e social pleno, um objetivo que requer medidas tanto no plano interno como no externo. A análise da inserção internacional do Brasil é, assim, justamente o estudo, entre outras coisas, das necessidades externas e estratégias internacionais correspondentes para promover essa meta.

Nesse sentido, como foi visto no desenvolvimento do trabalho, a Escola em questão valoriza como autônomos os momentos históricos da inserção internacional do Brasil em que houve justamente o alinhamento da ação externa com essa meta e desvaloriza como dependentes as inserções internacionais que não tiveram esse intuito como finalidade principal, tendo se acomodado à causalidade internacionalmente reprodutora de dependência (como também de subdesenvolvimento e periferização), ao invés de ter se oposto a ela ou/e buscado sua transformação.

Coube, no desenrolar do trabalho, observar também que o objetivo do desenvolvimento é a busca por uma posição mais justa do país dentro do capitalismo e, não, a superação desse sistema econômico. Assim, a inserção internacional desenvolvimentista não assume feições revolucionárias em relação ao capitalismo internacional, nem tampouco no que diz respeito à injustiça distributiva presente na ordem, regras e valores da sociedade internacional. O que se busca é uma transformação evolutiva das causalidades econômicas e políticas, mediante práticas e discursos que se contraponham à tendência de reprodução do subdesenvolvimento. Exemplos dessas práticas e discursos seriam a não adoção do liberalismo econômico no que ele obstrua a industrialização plena, a reivindicação da colaboração ao desenvolvimento dos países periféricos por parte dos países centrais e a tentativa constante de mudar as regras e inverter as prioridades da ordem internacional, afim de instaurar regras e valores correspondentes a uma

justiça distributiva internacional. Essa ação internacional também não poderia ser classificada de realista, no sentido concebido por Martin Wight (1991), segundo o qual os atores internacionais se conformariam e adaptariam às realidades materiais — principalmente militares na visão clássica da Escola Inglesa, mas eminentemente econômicas desde o ponto de vista brasileiro — e políticas da sociedade internacional.

Desse modo, a inserção internacional do Brasil, na medida em que se conforma com a meta do desenvolvimento, entendida como o interesse nacional genuíno pelos autores brasileiros, caracteriza-se como racionalista, já que busca uma transformação evolutiva das causalidades internacionais. Mas, ao mesmo tempo, assume uma postura diante dessas causalidades diferente, e mesmo inversa, à dos países centrais, que controlam e buscam fazer evoluir e transformar essas causalidades de modo que façam progredir seus interesses, essas poucas vezes coincidentes com o do desenvolvimento dos países periféricos. Esse racionalismo de estratégias e objetivos diversos daqueles dos países centrais é, assim, bem denominado como racionalismo periférico.

Esse termo representa a síntese desses conceitos prescritivos da Escola de Brasília da Inserção Internacional do Brasil, os quais, por seu turno, são decorrentes, como se viu, dos argumentos analíticos-ontológicos e metodológicos da mesma Escola, de forma que se pôde caracterizar a Escola, em seu conjunto conceitual, como uma vertente de pensamento racionalista-periférico.

A curiosidade que se abre a partir das conclusões desse trabalho é de porque um país como o Brasil, e outros países periféricos, são colocados, na visão de mundo da Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil, diante de um desafio internacional que é sobretudo econômico e político — o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, a autonomia e a dependência — e, não, político-militar — a guerra ou a ameaça de guerra, tal como deveria ser o caso segundo a visão da teoria realista da Relações Internacionais, desde o pressuposto de que o sistema ou a sociedade internacionais são anárquicos. Algumas respostas são dadas pela Escola estudada, já que incorpora a ideia de sociedade internacional, ao invés de sistema, da Escola Inglesa e mostra como essa sociedade é assimétrica em termos políticos, dada a tendência à diferenciação econômica dos países.

Esse argumento, apesar de convincente, parece incompleto, já que a socialização entre os Estados, na própria visão da Escola Inglesa, apenas mitiga o

estado potencial de guerra e não é capaz de eliminar totalmente a rivalidade bélica entre as nações. Da mesma forma, o reconhecimento de que essa socialização é assimétrica não afasta, por si, a ideia de que os Estados periféricos também podem estar ameaçados pelo risco da guerra. Resta, assim, a pergunta de quais seriam as condições materiais e ideacionais internacionais que possibilitam um afastamento dos imperativos de segurança dos países periféricos e a possibilidade de adoção, nessas regiões, de inserções internacionais pouco preocupadas com questões militares e até pacifistas e não-intervencionistas, como as que são valorizadas como autônomas, no Brasil, pela Escola de Brasília da inserção internacional do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA FILHO, Almir Cezar de Carvalho. *Dinâmica, determinações e sistema mundial no desenvolvimento do capitalismo nos termos de Theotônio dos Santos: da Teoria da Dependência à Teoria dos Sistemas-mundo*. Dissertação de Mestrado apresentada como ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.
- BELLAMY, Alex. The English School. In: GRIFFITHS, Martin (Ed.). *International Relations Theory for 21st Century*. Nova Iorque; Londres: Routledge, 2007.
- BERNAL-MEZA, Raúl. *Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BRASIL, Presidência da República. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965*. Rio de Janeiro, 1963.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB discutido. *Textos Para Discussão*, São Paulo, n. 137, p.1-40, ago. 2004.
- BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.
- BULL, Hedley. *The Anarchical Society: a study of order in world politics*. 3. ed. Nova Iorque: Columbia University Press, 1977.
- BULL, Hedley. *The Anarchical Society: a study of order in world politics*. Londres: Macmillan, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependency and development in Latin America*. Londres: University of California Press, 1977.
- CASTRO, João Augusto de Araújo. O congelamento do Poder Mundial. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.33, p.7-30. jan. 1972.
- CERVO, Amado. Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 51, n. 2, p. 8-25, ago. 2008a.
- _____. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1371). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008b. p. 41-75.
- _____. *Inserção Internacional: Formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008c.

_____. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 2, n. 46, p. 5-25, out. 2003.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Unb, 2010.

DUNNE, Tim; KURKI, Mija; SMITH, Steve. *International Relations Theories*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périmé: Une vision théorique des relations internationales*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1981.

FONSECA, Gelson. Estudos sobre Política Externa no Brasil: os tempos recentes (1950-1980). In: FONSECA, Gelson; CARNEIRO LEÃO, Valdemar (Orgs.), *Temas de Política Externa Brasileira*. Brasília: Funag/Ipri-Atica, 1989. p. 275-283.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962

_____. *Perspectiva da economia brasileira*. Rio de Janeiro: MEC / ISEB, 1958.

_____. *Underdevelopment and Dependence: the fundamental connection*. Nova Iorque: Centre of Latin American Studies, University Of Cambridge, 1973.

GIRAULT, René. *Relations internationales contemporaines*. Paris: Masson, 1995, 1988, 1993.

GRUPO MISTO CEPAL-BNDE. Bases de um programa de desenvolvimento para o período de 1955-62. In: GRUPO MISTO CEPAL-BNDE. *Análise e projeções do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro : BNDE, 1957.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introduction to International Relations: theories & Approaches*. Oxford; Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.

JAGUARIBE, Helio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Brasília: Funag, 2013.

LESSA, Antonio Carlos. A intensificação do debate acadêmico e social sobre relações internacionais e política exterior no Brasil. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antonio Carlos (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 457-491.

LIMA, Hermes. Significado do nacionalismo. *Cadernos do Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, IBESP, n. 4, p. 85-100, 1955.

LIMA, Maria Regina Soares de. Eixos analíticos e conflito de paradigmas na política exterior brasileira. *Cadernos do Ipri*, Brasília, n. 11, p.71-82, nov. 1994.

_____. Enfoques analíticos de política exterior: el caso brasileño. In: R.Russell (Comp.), *Enfoques teóricos y metodológicos para el estudio de la política exterior*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano/RIAL, 1992. p. 53-83.

MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PAILLARD, Yvan G. *Expansion occidentale et dépendance mondiale: fin du XVIIIe – 1914*. Paris: Armand Colin, 1994.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Manual do candidato: política internacional*. 2. ed. Brasília: Funag, 2012.

PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, 1960.

_____. *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, 1957.

PREBISH, Raúl. Crecimiento, desequilibrio y disparidades: Interpretación del proceso de desarrollo económico. In: GURRIERI, Adolfo (Comp.). *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982a.

_____. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: GURRIERI, Adolfo (Comp.). *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982b.

_____. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000. p. 179-215.

_____. Problemas teóricos y práticos del crecimiento económico. In: GURRIERI, Adolfo (Comp.). *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982c.

_____. El mercado común latinoamericano. In: GURRIERI, Adolfo (Comp.). *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982d.

RENOUVIN, Pierre (Ed.). *Histoire des Relations Internationales*. Paris: Hachette, 1994. 3 Volumes.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

RIST, Gilbert. *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. Londres: Zed Books, 2008.

ROSTOW, Walt Whitman. *The Stages of Economic Growth*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1990.

SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y Dependencia*. México: Editora Era, 1978.

_____. *Dependencia y cambio social*. Cadernos de Estudos Sócio- Económicos, Santiago, n.11, 1970.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Are There Regional and National Conceptual Approaches to International Relations? In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Ed.) *Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st Century: Regional and National Approaches*. Brasília: IBRI, 2009.

_____. História das relações internacionais: o objeto de estudo e a evolução do conhecimento. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 7-40.

_____. Revisitando a Escola Inglesa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 49, n. 1, p.131-138, jun. 2006.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. *El Subdesarrollo Latinoamericano y la Teoría del Desarrollo*. México: Siglo XXI, 1970.

VIGEZZI, Brunello. Apresentação. In: BULL, Hedley; WATSON, Adam (Orgs.). *L'espansione della società internazionale*. Milão: Jaca Book, 1994, p. XI-XCVII.

_____. *The British Committee on the Theory of International Politics (1954-1985): the Rediscovery of History*. Milão: Untcopli, 2005.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. *O Nacionalismo Desenvolvimentista e a Política Externa Independente*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, ano 37, n.1, jan/jun. 1994.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *Manual do candidato: história mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética*. 3. ed. Brasília: Funag, 2012.

WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WIGHT, Martin. *International Theory: the three traditions*. Leicester: Leicester University Press, 1991.

ZORGBIBE, Charles. *Histoire des relations internationales*. Paris: Hachette, 1994, 1994, 1995, 1995.